

IRAÍDE MARQUES DE FREITAS BARREIRO

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação para mestrado, defendida por Iraíde Marques de Freitas Barreiro e aprovada pela Comissão Julgadora em 07.11.1989



EDUCAÇÃO RURAL CAPITALISTA

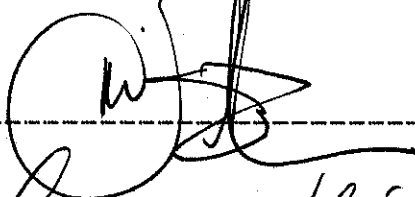
**a contradição entre a educação modernizadora
e a educação de classe popular na
Campanha Nacional de Educação Rural**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

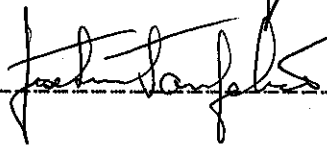
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

- 1989 -

Comissão Julgadora

A stylized handwritten signature in black ink, featuring a large circular loop on the left and several sweeping horizontal strokes extending to the right.

Mariana Florio de Jesus

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of connected, somewhat vertical strokes that form a cursive name.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho teria sido impossível, se eu não tivesse contado com a colaboração inestimável de instituições e de pessoas. Dedico, pois, meus agradecimentos, especialmente:

- ao PICD/CAPEB, pela bolsa de estudo oferecida no decorrer da pós-graduação;
- ao Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), por ter-me franqueado seu acervo documental para a realização desta pesquisa;
- à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, nas pessoas de Régia e Ivete, pela atenção com que me ofereceram o material de Fórum de Educação sobre "Escola Rural", realizado no ano de 1984, em São Paulo;
- à biblioteca da PUC de São Paulo, pelo empréstimo de documentos relativos à Campanha Nacional de Educação Rural;
- à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, na pessoa de Vandete P. do N. Medeiros, pela prontidão em colocar-me à disposição documentos importantes pertencentes à biblioteca daquele órgão, e que serviram de suporte empírico para esta dissertação;

- à Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro, na pessoa de Yara Alves Machado Gomes, pela ajuda inestimável na coleta e organização da documentação da Campanha Nacional, existente naquele arquivo documental;
- à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, especialmente à seção de Informação Documental, representada por Eliana Perez, pela prontidão em organizar os microfilmes relativos à Campanha Nacional;
- à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - ao propiciar-me os recursos de impressão e encadernação deste trabalho;
- à Dona Teresa, minha sogra, que muito carinhosamente cuidou de meus filhos nos momentos difíceis, possibilitando-me o tempo requerido para a realização deste trabalho;
- à Zélia Lopes da Silva, pela amizade, prestígio e incentivo que sempre marcaram nossas discussões informais;
- Ao Rony Farto Pereira, que, entre tantos afazeres, encontrou tempo para revisar a ortografia deste trabalho, de forma competente;
- para finalizar, meu agradecimento especial ao Professor Doutor Moacir Gadotti, orientador desta pesquisa, cujo convívio intelectual nesses anos foi decisivo para minha formação. Com ele, aprendi, igualmente, que o trabalho científico também é um ato de prazer.

RESUMO

Analisa-se aqui o trabalho desenvolvido pela Campanha Nacional de Educação Rural, desde a sua fundação em 1952 até o encerramento de suas atividades, ocorrido no ano de 1963.

Tendo como preocupação específica o entendimento do fenômeno da Educação Rural Capitalista no Brasil dos anos cinquenta, a investigação procurou desvendar as contradições e as lutas sociais que emergiram ao longo de toda a atuação da Campanha Nacional de Educação Rural. Para a consecução desse objetivo foram utilizados os conceitos de educação modernizadora e educação de classe. Da perspectiva dos camponeses, essas contradições e lutas envolviam uma complexa mistura de horizontes culturais, determinando entre eles um comportamento de ignorância e saber que os levavam em certas situações a resistir e, em outras, a aceitar as imposições da educação modernizadora, ministrada pela Campanha Nacional. Do lado da Campanha Nacional ressaltava-se um conflito que permeava a própria ação de seus técnicos e educadores, cuja ação parece ter-se constituído, em alguns momentos, a partir da mistura conflituosa entre os valores da cultura camponesa e o pensamento modernizador da própria Campanha.

SUMÁRIO

PARTE I

RAIZES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I	
- Antecedentes Históricos	17
1 - A Indústria Brasileira dos anos 50	34
2 - A Industrialização: principais vertentes interpretativas ..	42
CAPÍTULO II	
- A Conjuntura dos Anos Cinquenta e a Educação Rural no Brasil ..	54
1 - O Estereótipo do "Progresso" e a Ideologia da Modernização.	61
2 - A Modernização Agrária a partir dos Anos Cinquenta: repercussões econômicas e sociais	66

CAPÍTULO III

- O Surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural	88
1 - O Ruralismo Pedagógico	90
2 - O Surgimento do "Desenvolvimento de Comunidade"	91
3 - A Campanha Nacional de Educação Rural	94

PARTE II

UM PROJETO DE EDUCAÇÃO RURAL CAPITALISTA

CAPÍTULO IV

- A Campanha Nacional de Educação Rural: organizações e formas de atuação.....	109
1 - Fundamentos Filosóficos e Ideológicos da Campanha Nacional de Educação Rural	123

CAPÍTULO V

- A Campanha Nacional de Educação Rural: reforma agrária e lutas camponesas	160
1 - A Política de Fixação	160
2 - A Definição das Áreas de Atuação	165

PARTE III

EDUCAÇÃO RURAL E CULTURA CAMPONESA

CAPÍTULO VI

- O Lazer, a Cultura, o Trabalho	179
1 - Do lazer tradicional ao lazer disciplinado	183
2 - Tempo de brincar não é tempo de trabalhar	193
3 - O Teatro Rural: as luzes do palco e a expropriação da cultura	198
4 - A educação de classe e a reapropriação do moderno	205

CAPÍTULO VII

- O Controle e a Penetração na Intimidade Camponesa	224
1 - A casa higiene e a nova moral: os mecanismos para a cons- tituição de condutas disciplinares	225
2 - A figura da mulher na modernização camponesa	243
3 - Sanitarismo, saúde e o exercício da dominação	250

CONCLUSÃO	274
-----------------	-----

FONTES	279
--------------	-----

BIBLIOGRAFIA	282
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

As questões centrais desta pesquisa originaram-se em meu cotidiano camponês, vivenciando e acompanhando o processo de transformação e modernização do bairro rural do Limoeiro, município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, onde reside ainda hoje a minha família. Essas transformações abrangeram desde alterações na estrutura agrária do bairro até a descaracterização da cultura de seus habitantes. Nesse sentido, com meu projeto de pesquisa, elaborado em 1983, preocupava-me em compreender especificamente o processo de transformação cultural do Bairro do Limoeiro.

O Bairro nasceu entre 1925-30, obedecendo às características da colonização de Presidente Prudente. Constituiu-se por pequenas e médias propriedades, sendo sua população composta principalmente de portugueses, seguida de italianos, com os espanhóis e mineiros aparecendo em menor quantidade. Sua estrutura econômica, por volta dos anos 30, baseava-se principalmente no plantio do café, algodão e por último do amendoim, sendo este último produto já mais característico dos anos 60 e 70. Nestes anos, as relações de trabalho entre os moradores fundamentavam-se na exploração

do trabalho familiar e "na troca de dias de serviço". Esta última prática foi sendo progressivamente substituída pelo trabalho do "bóia fria" nos anos 70, à medida que o bairro se ressentia cada vez mais dos efeitos da modernização agrária.

Em torno de 1940, o bairro ganhou a primeira escola rural, localizada num lugarejo onde residia um sitiante que exercia uma certa liderança sobre os demais moradores. Desde a criação da escola até 1959/60, era costume da professora morar no seu local de trabalho, hospedando-se junto a essa família do bairro. Posteriormente, a professora passou a viajar diariamente em uma "charanga" alugada, juntamente com outras professoras de bairros vizinhos. As crianças que frequentavam a escola iam a pé, caminhando em média 4 a 5 quilômetros por dia.

A referida família, fez alguns melhoramentos em sua propriedade, tais como: a construção da escola, um coreto, uma casa para farmácia, um campo de futebol e outro para bochas, uma venda e uma capela, o que levava os habitantes a participarem daquelas atividades. Determinadas práticas religiosas, como a missa e via-sacras, permanecerem até 1975, mais ou menos, bem como aquelas relacionadas ao lazer. Era costume aos domingos à tarde a disputa de uma partida de futebol, contando-se, ainda, com a torcida das moças do bairro, que se aglomeravam à beira do campo.

Uma vez por ano, após a colheita, realizava-se uma grande festa beneficente para a capela, ou para a catedral de Presidente Prudente. Tal evento contava com a participação e organização de todos os habitantes do bairro, através de doações de prendas, trabalhos preparativos, leilões, etc. Ainda em relação ao lazer, quase que diariamente os rapazes frequentavam a venda, à noite, para um bate-papo. Todas essas formas de lazer hoje são praticamente inexistentes, devido ao pequeno número de habitantes do bairro e uma outra que sobreviveu apresenta-se de forma muito descaracterizada em relação à época em que surgiram.

Por essa descrição pode-se perceber que os habitantes são muito devotos, fato este provavelmente devido a uma certa influência dessa família do bairro, que tem um filho padre, figura muito querida e admirada pelos habitantes do local. Nos domingos em que não havia missa no bairro, os moradores eram transportados para a cidade em caminhão, para assistirem, bem como outras cerimônias religiosas, em Presidente Prudente. A carroceria do caminhão era dividida por um banco, onde algumas mulheres se sentavam e à frente do qual se postavam em pé as demais mulheres, juntamente com o chefe da família citada, que também, na condição de dono do veículo, recebia o dinheiro da passagem. Atrás do banco os homens viajavam em pé. Após a missa, os casados faziam compras, enquanto os jovens

passavam na praça ou na feira. Tanto na ida quanto na volta, na maioria das vezes, as mulheres cantavam músicas religiosas e populares ao longo do percurso. Podemos dizer que esses momentos de religiosidade transformavam-se também em momentos de lazer.

Em torno dos anos 70, o bairro ganhou dois novos empreendimentos, que viriam alterar a estrutura econômica do mesmo, bem como os hábitos e costumes de seus habitantes. Através da Companhia de Eletrecidade Rural, houve a instalação de luz elétrica no sítio da família-líder. Com isto, a olaria ali existente deixou de desenvolver um trabalho inteiramente artesanal, instalando máquinas elétricas para a fabricação de tijolos, além de passar a usar uma quantidade menor de mão-de-obra. Algum tempo depois, surge a primeira televisão naquela localidade, fato este que alterou e interferiu nos costumes relacionados ao lazer, na medida em que vários moradores do bairro se deslocavam até lá em busca do lazer televisivo e não mais para as práticas de lazer anteriormente descritas.

A instalação da Indústria CICA foi outro empreendimento que contribuiu para provocar alterações na estrutura agrária do bairro. Em primeiro lugar, porque levou seus habitantes e toda a região a plantarem o tomate, tida como cultura moderna, para vender à indústria. Em segundo lugar, porque ela passou a absorver parte da mão-de-obra que residia nesse bairro e em outros vizinhos, para trabalhar

como operário na indústria.

Por último, através da solicitação de alguns moradores do bairro, o prefeito de Presidente Prudente destinou verbas para fretar peruas Kombi que passaram a ser usadas no transporte de estudantes do bairro para a cidade, a fim de cursarem as séries correspondentes ao antigo ginásial e colegial. Até então, esses estudos eram realizados com muita dificuldade. Os estudantes do sexo masculino faziam o percurso até à cidade na condição de caronistas ou a pé, caminhando em média 20 quilômetros de ida e volta. As mulheres só estudavam quando podiam hospedar-se em casas de parentes, na cidade. Com esse novo meio de transporte, aumentou muito o número de estudantes que viajava para a cidade, além de facilitar o transporte dos moradores que até então usufruíam dos caminhões que carregavam tijolos ou faziam o percurso a pé. Os alunos distribuía-se pelos diferentes cursos, tais como: mecânica e eletrônica no SENAI, datilografia, contabilidade, ginásial, colegial, cursinho e faculdade.

Em 1976, eu concluí o colegial, ainda residindo no referido bairro. Nessa época, algumas questões me inquietavam. Por que nos preocupávamos sempre em ocultar nossa condição de moradores do sítio? Por que, apesar de tanto imitar a vestimenta dos moradores da cidade, não conseguíamos nos libertar de nosso jeito de gente de sítio? (1). Outro fato viria marcar ainda mais minhas inquietações

e dúvidas em relação aos valores do meio rural. Certa ocasião, recebemos uma visita da cidade, que, ao ver uma plantação de amendoim, começou a procurar as vagens nas ramas. Sua surpresa foi grande, ao saber que as vagens do amendoim ficavam nas raízes da planta. Frente a essa situação, meu pai comentou: "Depois dizem que nós somos caipiras. Caipiras são eles que não sabem nem onde ficam as vagens do pé de amendoim. Eu moro na roça, mas conheço as coisas da cidade e eles moram na cidade e não conhecem as coisas da roça".

Paralelamente a essas preocupações, observava que o bairro do Limoeiro ia sofrendo várias transformações num ritmo acelerado. Entre 1975/80, inaugurou-se o asfalto que liga Presidente Prudente à CICA. Com essa melhoria, o local ganhou uma linha de ônibus circular, além de surgirem os primeiros loteamentos nesse mesmo bairro e em outro vizinho, decorrente do processo de urbanização de Presidente Prudente, que avançava cada vez mais. Nessa mesma época, muitos habitantes do bairro haviam migrado para a cidade, observando-se, como consequência, vários alqueires de terra ociosos.

Em 1981, concluí a graduação em Psicologia e o curso de Formação de Psicólogos, na Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP. No ano seguinte, ingressei no mestrado da Faculdade de Educação da UNICAMP, momento em que minhas preocupações em relação àquela situação do bairro,

até agora descrito, ganharam o caráter de problema a ser investigado.

Em 1983, elaborei então meu projeto de pesquisa para a dissertação de mestrado. Nele, sistematizei minhas preocupações em torno das modificações agrárias que o bairro do Limoeiro sofrera, modificações estas que provocaram a migração de grande parte de sua população para a cidade, além de interferir drasticamente no caráter camponês de sua cultura. Preocupava-me, ainda, o papel que a escola rural poderia ter desempenhado enquanto um possível agente da modernização, contribuindo para a descaracterização da cultura camponesa. Com essas questões, pretendia estudar as características específicas do bairro, entrevistando seus habitantes pioneiros, os mais jovens e os supostos agentes da modernização, que atuavam no local, tais como: a professora rural, os representantes da casa da lavoura e dos bancos de financiamentos.

No entanto, minhas discussões com o orientador foram indicando progressivamente que, para entender às determinações concretas que causaram as transformações de Limoeiro, era necessário buscar as determinações mais gerais que transcendiam o próprio bairro. Nesse sentido, a própria busca do particular, ou seja, a necessidade de entender o bairro em si mesmo, acabou conduzindo as nossas preocupações para a investigação do processo de modernização e industrialização agrária a nível mais amplo, envolvendo o

Estado e o Brasil como um todo.

Ao iniciar esse percurso mais amplo da investigação, em 1985, efetuava um levantamento bibliográfico na biblioteca da PUC de São Paulo, quando descobri alguns volumes da Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, que me chamaram a atenção. A partir da leitura dos mesmos, percebi que poderia encontrar, através dessa Campanha, explicações para entender as determinações mais gerais que causaram as transformações na agricultura brasileira e na cultura dos camponeses. Senti que havia uma forte identificação entre a problemática vivenciada pelos camponeses com os quais a Campanha Nacional trabalhou e a dos habitantes do bairro do Limoeiro, o que me estimulou ainda mais a estudar esse programa. Passei então a analisar especificamente a Campanha Nacional de Educação Rural, com a preocupação de entender a sua proposta educacional, no contexto da modernização dos anos cinquenta.

Para melhor compreender as contradições entre o trabalho da Campanha Nacional e a cultura camponesa, tive que desenvolver e utilizar, ao longo da pesquisa, os conceitos de educação modernizadora e educação de classe. Por educação modernizadora, conceito que está relacionado ao trabalho da Campanha Nacional, entendo o processo de aprendizado que objetiva promover a modernização capitalista, pela via da educação. Esse processo desencadeia-se, de um lado, através da educação informal

(meios de comunicação de massa) e, de outro, através da educação formal, tendo como um dos recursos o efeito de demonstração. A educação modernizadora caracteriza-se ainda por importar os recursos e padrões educacionais e culturais de uma realidade "adiantada" e aplicá-los a uma realidade "atrasada". Nesse sentido, tal importação é considerada válida por si própria, resultando disso que o conhecimento adquire um fim em si mesmo, e não por aquilo que ele possa significar em termos funcionais para aqueles que o recebem. Para a educação modernizadora, o que importa é a passagem do saber "tradicional" para os modelos modernizados, segundo os valores e interesses dominantes da sociedade (2).

Por educação de classe entendo a sua constituição a partir do aprendizado informal, ocorrendo no cotidiano das classes populares (no caso desta pesquisa, refiro-me particularmente à categoria social dos camponeses), que reproduz formas diferentes dos modos de seus saber. Tal educação ocorre em vários momentos e em situações diversas em que a classe esteja envolvida, tais como: sindicatos, família, lazer, trabalho, etc. Enfim, trata-se da produção do saber e da cultura popular gerenciados pela classe popular (3). Contudo, é preciso salientar que esses dois modos de educação não existem em estado puro, dicotomizados, mas sim mesclados, decorrendo disso constantemente um processo de luta entre as duas concepções.

O trabalho dividiu-se em três partes. A primeira, intitulada Raízes Históricas da Educação Rural no Brasil, é composta por três capítulos. Neles, inicialmente foi abordada a constituição histórica da economia brasileira desde o século passado, com o intuito de mostrar historicamente os caminhos que levaram o Brasil a adotar uma política econômica no século XX, marcada pela industrialização, para chegar à especificidade assumida por esse processo no período desenvolvimentista. A reconstituição da gênese de tal processo permitiu analisar as suas consequências na agricultura dos anos 50/60, que, ao alterar as relações naturais de produção, causou sérios transtornos de ordem social e cultural para os camponeses de várias regiões do Brasil. Esse quadro histórico permitiu situar historicamente o surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural, germinada a partir do estabelecimento de acordos entre o Brasil e os EUA.

Na segunda parte, sob o título Um Projeto de Educação Rural Capitalista, indagou-se sobre a natureza do trabalho da Campanha Nacional. Num primeiro momento, foram investigadas a sua organização e formas de atuação e, finalmente, vieram à tona os fundamentos filosóficos e ideológicos desse programa. Tais reflexões permitiram que se discutissem os critérios adotados pela Campanha Nacional na escolha de sua áreas de atuação, no privilegiamento de determinadas categorias de camponeses em detrimento de

outras, como alvo de seus trabalhos, e os lineamentos gerais de sua atuação.

A terceira e última parte, denominada Educação Rural e Cultura Camponesa, constitui-se na parte nuclear da pesquisa. Aí, foram abordadas especificamente os mecanismos usados pela Campanha Nacional, objetivando formar o "novo" camponês, pela via da educação. Através da educação formal e informal, a Campanha atingia a vida do cotidiano dos camponeses. Ao mesmo tempo, foram investigadas também as formas contraditórias de enfrentamento entre a educação ministrada pela Campanha e as tradições e valores dos camponeses com os quais trabalhou.

Notas da Introdução

- (1) "Estas formas de estar sendo se diferenciam das urbanas até na maneira de andar, de vestir-se, de falar, de comer que tem as gentes". Cf. Paulo Freire - Extensão ou Comunicação? 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.46.
- (2) O conceito de educação modernizadora foi constituído a partir das colocações de Pedro Benjamin Garcia - Educação modernização ou dependência? Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, pp.30-33.
- (3) Como educação de classe, usamos o mesmo conceito definido por Brandão. Cf. Carlos Rodrigues Brandão - Saber e Ensinar: três estudos de educação popular. 3ª ed., Campinas, Papirus, 1983, p.81. Ainda, do mesmo autor, "Da educação Fundamental ao Fundamental da Educação". Cadernos do CEDES, São paulo, Cortez Editora/Autores Associados, (1):30, 1980.

PARTE I

RAÍZES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

CAPÍTULO I

Antecedentes Históricos

A economia da América Latina caracterizou-se pelo modelo tradicional do desenvolvimento, voltado "para fora". Esse modelo de desenvolvimento prendia-se à monocultura de produtos primários, destinados fundamentalmente à exportação. Segundo Conceição Tavares, para que compreendamos melhor o significado desse modelo, é necessário contrastá-lo com as chamadas economias centrais.

No caso das economias centrais, embora as exportações fossem componentes importantes, não lhes cabia a exclusiva responsabilidade pelo crescimento da economia. A esta variável (exportação), juntava-se o crescimento interno autônomo, acompanhado de inovações tecnológicas, proporcionando um crescimento integrado e diversificado das forças produtivas (1).

Já na América Latina, não era isto que ocorria, pois,

"não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da Renda, como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia" (2).

Além disso, a diversificação da sua capacidade produtiva era pobre, devido à sua produção baseada na monocultura.

No caso das importações dos países centrais, elas ocorriam basicamente para suprir necessidades de alimentação e de matérias-primas, que não eram naturalmente produzidas ali, de forma satisfatória. Nas nossas economias, tínhamos também esses mesmos problemas das economias centrais, agravados ainda da necessidade de importarmos os bens de consumo terminados e praticamente o total de bens de capital, que o crescimento da economia voltado para fora requeria.

Mesmo com todas essas dificuldades e limitações imprimidas ao desenvolvimento da economia da América Latina, o setor de exportação proporcionou um processo interno de urbanização, e junto com ele o surgimento das chamadas indústrias de bens de consumo interno, tais como: indústrias de tecidos, calçados, vestuário, móveis, etc. Porém, a baixa produtividade de tais indústrias, juntamente com a produção do setor agrícola de subsistência, não proporcionavam às

atividades internas um dinamismo próprio.

"Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter eminentemente dependente reflexo de nossas economias" (3).

Para Conceição Tavares, o cerne da problemática do desenvolvimento das economias voltadas "para fora" está presente na "divisão internacional do trabalho", decorrente da imposição das economias líderes aos países periféricos, de uma divisão social do trabalho completamente distinta daquela dos países centrais. Nos países desenvolvidos, não se distinguia a produção destinada à exportação, daquela destinada ao consumo interno. Os produtos manufaturados ali produzidos, eram tanto consumidos internamente, quanto exportados.

Já na América Latina, havia uma nítida divisão entre os setores externos e internos da economia. Os primeiros, destinados ao setor de exportação, eram compostos por produtos primários. Apenas uma pequena parcela desses produtos era consumida internamente. Já o setor interno era voltado exclusivamente para a subsistência, com baixa produtividade, atendendo a uma parte das necessidades

básicas (4).

A divisão internacional do trabalho e a conseqüente submissão dos países periféricos aos países centrais tem sua origem na colonização da América Latina. No Século XV, Portugal tem acesso às Ilhas do Atlântico, iniciando o processo de povoamento e produção. Os primeiros produtos a serem explorados foram os de origem natural, como as madeiras para construção de origens tinturais, como o pau-brasil existente entre nós. Foram fonte de atração também os metais, que pelo menos no princípio da colonização ocuparam um lugar relativamente pouco destacado na América (5).

Em uma segunda fase da colonização européia, a mesma via com muito bons olhos a possibilidade de aqui explorar produtos tropicais, como o açúcar, o tabaco, a pimenta, o arroz, o algodão, etc., que eram muito raros na Europa. Serão estas possibilidades vantajosas de exploração na América do Sul que estimularão a colonização européia, no Brasil. A colonização européia descobriu, também, a possibilidade de importar negros africanos para trabalhar aqui, na qualidade de escravos. Assim, no caso brasileiro, a colonização deu-se em função do comércio e da exportação de produtos aqui cultivados em proveito do comércio europeu, tendo como mão-de-obra o trabalho escravo. Caio Prado, define com clareza essa situação de dependência. Afirma ele, que

"se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro e diamante; depois, algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo exterior, voltando para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizara a sociedade e a economia brasileira" (6).

A citação supra evidencia claramente o verdadeiro caráter da colonização brasileira: uma colonização voltada inteiramente para a exploração de produtos naturais e de matéria-prima, com base no trabalho escravo, e a serviço do desenvolvimento do capitalismo metropolitano. É dentro desse caráter que encontramos as explicações para a essência da nossa formação econômica e social, marcada por uma situação de dependência para com os países europeus. O Brasil, que era colônia de Portugal, manterá com este relações comerciais baseadas em formas monopolísticas de exploração,

até a sua emancipação política. A partir daí deixará de ter um comércio de monopólio com sua metrópole, exportando principalmente para a Inglaterra.

Durante a Vigência do Império (1822-1889), mais precisamente a partir de 1850, há uma larga expansão das forças produtivas.

"No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundaram-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbano, 2 de gás, e finalmente 8 estradas de ferro".

Todavia, o surgimento desses empreendimentos, bem como de outros semelhantes, ocorreu devido à

"especulação estimulada pela súbita liberação dos capitais dantes investidos no tráfico africano, bem como pela inflação de crédito e emissões de papel-moeda que então se

verificam" (7).

Tais empreendimentos, frutos da especulação e da inflação de crédito naquele momento, representavam contudo, para o Brasil, um avanço econômico. Essa nova fase de desenvolvimento não representou de forma nenhuma a ruptura do sistema colonial de produção, pois a agricultura de caráter extensivo e predatório continuou sendo responsável pelo crescimento da produção brasileira.

Vale ressaltar, entretanto, que nessa época o país já contava com empreendimentos como estradas de ferro e empresas de navegação a vapor, assim como começavam a se instalar as primeiras manufaturas.

O período imperial será ainda marcado pelo desenvolvimento da economia cafeeira. O café, que já era cultivado nas proximidades de Campinas antes de 1800, mas de forma insignificante, ganhará novo impulso a partir de 1850, devido ao surgimento de prósperas regiões agrícolas e da decadência das lavouras tradicionais da cana-de-açúcar, do algodão e do tabaco (8). Aquele produto será sempre cultivado em grandes propriedades monoculturais, com a exploração do solo de forma predatória, tendo como mão-de-obra o trabalho escravo.

A produção do café continuará sempre ascendente, a ponto de o Brasil tornar-se o maior produtor mundial, colocando-se em 1º lugar no mercado internacional como exportador de produtos primários. Sua produção, que entre os

decênios de 1821-30 foi de 3.178 sacas de 60 Kg, passará em 1881-90, para 51.631 sacas (9).

O período que vai de 1870-1880 será marcado por anos de prosperidade nacional, em decorrência do crescimento sem interrupção observado desde 1850.

"Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e sobretudo agrícolas continuam a se multiplicar em ritmo crescente, e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto. Esta acumulação capitalista provém sobretudo da agricultura, cuja prosperidade é notável e oferece larga margem de proveitos" (10).

Paralelamente, a vida financeira do país desenvolveu-se de maneira compatível com a exigência daquele momento.

"A multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios de bolsa, permitem captar e mobilizar em escala que se vai

fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista" (ii).

Toda essa transformação econômica resultará numa completa remodelação material do país. Ao final do Império, o Brasil contará com aumento da população, um aparelhamento técnico formado por estradas de ferro, navegação a vapor, rede rodoviária e rede telegráfica. O setor industrial também se desenvolveu com relativo progresso, contando ao final do Império com cerca de cem estabelecimentos de manufaturas têxteis, que obedeceram aos critérios, para se instalarem nas diversas localidades, da existência de grande quantidade de mão-de-obra e da produção de matéria prima, que no caso era o algodão. Neste sentido, Caio Prado dirá que:

"Concentra-se assim a indústria têxtil no Rio de Janeiro (capital e algumas cidades maiores próximas); em Minas Gerais, particularmente Juiz de Fora, cidade que surge depois da Independência e se tornará a principal da província; centros do Nordeste (de população densa e larga produção algodoeira):

Pernambuco e Bahia, sobretudo. Finalmente, no Maranhão, e precisamente em Caxias, centro importante de produção algodoeira" (12).

Apesar do desenvolvimento industrial representar um avanço naquele momento, perdurará ainda no Brasil a estrutura colonial de produção, voltada para poucos gêneros destinados à exportação, dificultando, com isso, um maior avanço no setor da indústria.

Se durante a vigência do Império foi apreciável a expansão das forças produtivas no Brasil, com o advento da República (1889-1930) esse processo de expansão se fortalecerá mais intensamente. Isto, muito em função da descentralização do poder republicano, dando maior autonomia aos Estados.

"Os anos que se seguem e ao primeiro decênio do século atual o apogeu desta economia voltada para produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, e que vimos em pleno crescimento no período anterior" (13).

Contribuíram para essas perspectivas de sucesso fatores de ordem externos e internos.

Como fator externo, tivemos o desenvolvimento da população européia e norte americana, exigindo com isso um maior incremento do mercado e o desenvolvimento de uma tecnologia moderna. A criação dessas novas necessidades representou para o Brasil a oportunidade de expandir seu mercado de matérias-primas e gêneros alimentares tropicais, para atender o mercado externo.

Juntamente com o fator externo, desenvolveram-se aqui no Brasil condições específicas que beneficiaram o crescimento do seu mercado interno. Foi resolvido o problema de mão-de-obra. A abolição da escravidão propiciou o surgimento do trabalhador livre, que era condição favorável ao desenvolvimento da economia, na medida em que ela representava uma nova fonte de consumo material, dentro do mercado. Com isso, estimularam-se as indústrias de tecido e alimentação, devido ao poder de compra desses recentes consumidores, até então de certa forma excluídos do mercado. A substituição da mão-de-obra escrava, pela livre, deu-se basicamente com a imigração subvencionada dos países europeus superpovoados, cujos trabalhadores eram atraídos pelo desenvolvimento econômico do Brasil.

Neste momento de corrida para o progresso e enriquecimento, tivemos também a participação importante das técnicas modernas. As máquinas elétricas desempenharam um

papel fundamental na preparação do café (que, em 1890, já contava com uma produção elevada), bem como os meios de transporte ferroviários e marítimos usados para o escoamento da grande produção agrícola.

Outro fator ainda estimulará o desenvolvimento econômico brasileiro no período republicano: é a presença das Finanças Internacionais. O capital estrangeiro que entrava no Brasil desde os primeiros anos da Independência, na forma de empréstimos públicos, se concretizará nesse momento de euforia econômica, através da instalação de Bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses, norte-americanos e outros). As Finanças internacionais encontrarão aqui um campo próspero para o desenvolvimento de seus negócios, através de oferta de seus recursos, financiando plantações, custeando a produção e exportando os produtos brasileiros.

"O largo incremento da lavoura cafeeira, por exemplo, não teria sido possível sem os capitais e créditos fornecidos pela finança internacional"
(14).

No seu conjunto, o desenvolvimento econômico, do período Republicano será bastante significativo.

O setor industrial também encontrará seu espaço para desenvolver-se durante a República. O brusco declínio

do câmbio estimulará a produção interna. O próprio regime que se inicia, então, desenvolverá uma política mais consciente no sentido de apoiar a produção do país, além da tarifa alfandegária, que continuará a elevar-se com o objetivo de proteger as indústrias internas.

Caio Prado constata que

"entre 1890 e 1895 serão fundadas 425 fábricas, com inversão de mais de 200.000 contos isto é, 50% do total invertido no começo do período" (15).

Mais adiante, esse autor acrescenta:

"em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontradas 3.258 estabelecimentos industriais com 665.663 \$ 00 de capital, empregando 150.841 operários" (16).

O Estado de São Paulo colocava-se, já em 1907, como o maior produtor industrial do país em relação aos demais Estados, com uma produção de 40% do total. Tal concentração da indústria em território paulista explica-se pelo próprio progresso geral do capitalismo no Estado,

devido ao desenvolvimento paralelo do café.

"A distribuição das atividades industriais ainda mantém em 1907 a estrutura anterior: a indústria têxtil e a de alimentação compreendem a parte substancial do conjunto" (17).

As demais não passarão de pequenas unidades modestas e dispersas, com reduzido número de operários e uma inversão insignificante de capital.

Com a I Guerra Mundial (1914-18), a indústria brasileira dará um grande impulso, devido à necessidade de produzir aqui os produtos manufaturados, que antes eram importados e que, em função da crise externa, não serão fornecidos ao Brasil. Também contribuiu para a expansão industrial nesse momento, a queda da taxa de câmbio.

Em 1920, no primeiro censo realizado após a guerra, verificar-se-á que houve um crescimento industrial durante o conflito, porém com as mesmas características da indústria em 1907, no que se refere à dispersão e à distribuição percentual da produção:

"A modificação mais sensível será a transferência para o primeiro lugar das indústrias de alimentação, que passam de

26,7% da produção em 1920"
(18).

Essa modificação deveu-se ao fato da exportação de carnes congeladas aos países beligerantes intensificar-se durante a realização da guerra. Nesse momento, a indústria ocupa um lugar importante na economia do país, faltando-lhe, porém, estímulo suficiente para um avanço qualitativo.

"A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial. Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira dos países impedia que fossem compradas no exterior" (19).

Esta era a situação da indústria brasileira em 1920, e que continuará da mesma forma por mais algum tempo. Será uma indústria que viverá sempre à mercê das crises tanto externas como internas, a influenciarem ou não o seu desenvolvimento. A indústria interna não conta ainda com um plano racional para seu desenvolvimento. Ela se debaterá de forma precária, lutando com dificuldades de transporte, técnicas deficientes, além de baixa produtividade que atendia aos estreitos mercados internos. Como consequência, será reduzida sua acumulação de capital, impedindo dessa forma que a indústria deslance.

No período de 1924-1930, as indústrias brasileiras viverão uma fase sombria, em que muitas fracassarão ou manterão um nível de sobrevivência precário, à exceção de um setor da indústria brasileira, constituído pelas subsidiárias de grande empresas estrangeiras. Em geral, eram empresas que operavam no Brasil através da exportação de seus produtos, e acabam se instalando aqui, a fim de contornarem o problema das tarifas alfandegárias e usufruírem da mão-de-obra barata. A produção dessas indústrias dividia-se em duas fases: a primeira realizada na matriz, no exterior, a segunda, no Brasil: era a montagem de veículos de motores, por exemplo.

O mais importante a ressaltar a respeito desses setores vinculados às indústrias subsidiárias é que

"serão os principais responsáveis pelo estabelecimento no país de uma indústria de base, capaz de iniciar aqui mesmo a elaboração da matéria prima e a produção do material semi-elaborado, e mesmo a maquinaria destinados as diferentes indústrias que trabalham diretamente para o consumo final" (20).

Finalmente, a indústria brasileira ganhará um impulso decisivo a partir de 1929, em decorrência da grande depressão externa. Com a crise externa, a indústria brasileira vê-se obrigada a entrar no esquema de substituição de importação a fim de suprir as necessidades do país, que deixou de importar, devido às condições externas desfavoráveis.

1. A Indústria dos anos cinquenta

Ao mesmo tempo em que a economia brasileira crescia e fortalecia, comprometia, por outro lado, a sua estabilidade. O caráter colonial da economia, fundado em grandes propriedades de monocultura, a produção exclusiva de produtos de matérias-primas para exportação e a dependência exclusiva do mercado internacional como fonte de arrecadação da Renda Nacional, tornava o sistema frágil e vulnerável. Todos esses elementos que caracterizavam o sistema econômico brasileiro enunciavam-se como prenúncio de uma crise que não tardou a chegar. Logo o mercado interno ressentia-se dessa política de dependência em relação ao exterior: em 1896, há a primeira superprodução do café, com a conseqüente queda nos preços e o acúmulo dos estoques, como veremos.

Em 1890, foi criada uma situação excepcionalmente favorável ao desenvolvimento do café, contribuindo para isso vários motivos, tais como: a) queda na produção asiática em virtude de doenças nos cafezais, fato este que facilitou a expansão do mercado brasileiro; b) o aumento da mão-de-obra, porque a imigração ficou sob o controle dos fazendeiros, e, finalmente, o efeito da inflação de crédito, que beneficiou os cafeicultores, financiando a abertura de novas terras e

elevando o preço do café através da depreciação cambial. Assim, conforme Celso Furtado,

"a produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 Kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria em 1901-02 16,3 milhões" (21).

A expansão internacional em larga escala da produção do café conferiu ao Brasil uma posição de destaque, que permitiu aos empresários brasileiros manterem seu controle em três quartas partes da produção mundial do produto. Ao enfrentarem a primeira crise de superprodução, já no início do século atual, os empresários do café do Brasil perceberam, contudo, que se encontravam numa situação privilegiada em relação aos demais produtores locais de artigos primários, precisando para isso desenvolverem mecanismos que lhes permitissem se defender contra a baixa de preços do produto. Para isso, eles precisavam de recursos para estocarem o café, retendo, dessa forma, parte do produto fora de circulação a fim de controlarem a oferta do mesmo no mercado externo. Tais estoques, mantidos através de empréstimos contraídos no exterior, entrariam em circulação no momento em que o mercado estivesse favorável, ou para cobrir deficiências na produção de anos anteriores.

Antes, porém, da experiência da preservação dos lucros dos cafeicultores através dos mecanismos de controle de estoques via retirada do produto do mercado, foi experimentado o expediente da desvalorização da moeda. Assim, a partir de 1893, com o prolongamento da crise dos EUA, os preços do café declinaram no mercado mundial, e o Brasil só conseguiu superar essa fase difícil através da depreciação externa da moeda. Se os efeitos da crise de 1893 foram absorvidos com a depreciação da nossa moeda, o mesmo já não se podia fazer em 1897, quando o preço do café declinara mais ainda, em virtude de nova depressão no mercado mundial. A classe média urbana que já havia, na crise de 1893, arcado com a elevação dos preços dos produtos em geral, que consumiam, não estava agora disposta a novamente fazê-lo. Em decorrência dessa situação, os estoques de café avolumaram-se. Houve uma superprodução e, apesar disso, o governo não pôde usar, nesse momento, do mecanismo cambial para proteger os cafeicultores, devido à intranquilidade social que geraria tal medida, caso pressionasse novamente a classe média urbana (22).

Frente à impossibilidade de recorrer ao mecanismo cambial, as classes dirigentes dos Estados cafeeiros começaram, então, a discutir a possibilidade de se retirar parte destes estoques de café do mercado. Essa idéia foi concretizada no convênio celebrado em Taubaté, em fevereiro de 1906, quando se definiu uma política de "valorização" do

café, que consistia em:

- "a) com o fim de estabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura de café, o governo intervinha para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado;
- d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações" (23).

O plano de "valorização" do café foi colocado em prática através da liderança dos governos de Estados, já que o governo Federal relutou em fazê-lo, devido à pressão que recebia dos comerciantes importadores e industriais, cujos interesses divergiam dos cafeicultores. A valorização artificial do café foi muito bem sucedida, mantendo os preços desses produtos até 1930. Mas o desenvolvimento de

tal política vinha inevitavelmente acompanhada de contradição.

"Mantendo-se firme os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta" (24).

Logo, a política de valorização do café, ao invés de desencorajar a expansão das plantações, agiu no sentido contrário. Em consequência do excesso de produção, os estoques de café acumulavam-se mais a cada ano, enquanto as exportações mantinham-se estabilizadas, causando um desequilíbrio entre a oferta e a procura.

"Em 1927-29, as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida" (25).

Em 1929, a situação do Brasil em relação ao café era muito crítica. A produção do café encontrava-se em níveis elevados, prevendo-se o auge da produção para 1933,

em virtude da expansão das plantações realizadas em anos anteriores. Os estoques do produto continuariam a crescer, e era impossível ao governo brasileiro conseguir créditos no exterior para financiar a retenção de novos estoques fora do mercado. Primeiro devido à crise externa de 1929 e segundo porque o Brasil não tinha mais reservas para fazer novos empréstimos.

Frente a essas circunstâncias, cria-se uma situação de impasse para resolver o problema da superprodução do café: colhê-lo ou deixá-lo apodrecer nos pés.

O problema, contudo, não se resumia à questão de colher ou não café; o mais importante que isto, era saber quem pagaria pelas perdas do café que o mercado exterior não absorvia mais. A solução encontrada pela classe dirigente cafeeira foi, inicialmente, o clássico mecanismo da taxa cambial, assegurando com isso o lucro dos cafeicultores e fazendo com que a sociedade arcasse com as perdas dos empresários do café. Fazendo uso desse instrumento, o governo protegia os cafeicultores de seus prejuízos, e não resolvia o problema da superprodução do café, uma vez que, ao exportarem o café, eles asseguravam seus lucros com a desvalorização da moeda. Ou seja, na conversão dólar em cruzeiro.

A depreciação da moeda, portanto, não resolvia a crise, mas ao contrário, agravava-a na medida em que os

cafeicultores continuavam a colher café, devido lucro que ele representava. Com isso, tal mecanismo pressionava o mercado, declinando ainda mais os preços desse artigo e depreciando a moeda. Para que se evitasse esta situação, e o lucro dos cafeicultores continuasse garantido, o governo decidiu retirar parte do café de circulação, financiando os estoques e destruindo parte da produção.

Em virtude da crise externa de 1929, o governo brasileiro não podia fazer novos empréstimos, precisando então recorrer à expansão interna de créditos. Ou seja, o governo emitiu moeda sem lastro ouro.

"Desse modo, o café poderia ser comprado a preços que não prejudicassem os interesses dos cafeicultores. Isso ocorreria de modo que recursos de origem externa fossem substituídos por recursos de origem inflacionária" (26).

Ocorreu então, o que Celso Furtado denomina "socialização das perdas", ou seja, a sociedade toda pagou pela perda do café e para a preservação dos lucros dos empresários do café.

Para Celso Furtado, essa política de protecionismo adotada em relação aos cafeicultores, por parte do governo, garantindo seus lucros no período da crise, assegurou também

a taxa de emprego do setor exportador e indiretamente de outros setores da produção interna. Em consequência, dinamizou-se o setor industrial, que passou a produzir para substituir importações. Para esse autor, a adoção de uma tal política protecionista em relação aos cafeicultores, que terminou por estimular o setor industrial, teria sido promovida "inconscientemente" e de forma casual. À medida que essa política assegurou a continuidade das atividades dos setores produtores, ligados ao mercado interno, desenvolveu-se a capacidade produtiva industrial existente e até então não utilizada.

A partir de 1930, com o prolongamento da crise externa, o Brasil inaugura uma nova fase de desenvolvimento econômico, agora com a economia voltada "para dentro", com o objetivo de substituir importações. Como veremos a seguir, a partir de 1930, o Brasil empenhar-se-á em aprimorar cada vez mais o seu desenvolvimento industrial interno, criando, em função desses novos objetivos, mecanismos de defesa e proteção da indústria brasileira.

2. A Industrialização: Principais Vertentes Interpretativas

Os estudos realizados sobre o surgimento da industrialização brasileira apontam diferentes explicações para mostrar quando e como o Brasil passou de uma economia estritamente colonial de exportação para a industrialização, e como ocorreu essa transição. Ao buscarem essa explicação, os autores orientam-se basicamente em duas correntes: a da substituição de importações, defendida pelos autores Celso Furtado e Conceição Tavares, e a outra corrente, a da difusão da habilidade empresarial, defendida por Warren Dean (27). Esse mesmo estudioso tenta ainda juntar as duas correntes mencionadas acima, também na intenção de explicar o surgimento da industrialização. Há, ainda, a posição de José de Souza Martins, que aborda a questão da gênese da industrialização de forma diferente, em relação aos autores já mencionados.

Vejamos, pois, as colocações fundamentais relativas à posição que discute o problema da industrialização brasileira a partir da tese de substituição de importações. Em decorrência do prolongamento da crise dos anos 30, o Brasil ficou impossibilitado de continuar a importar como vinha fazendo, sendo obrigado a adotar nova

política econômica. O desenvolvimento dessa política, que consistiu em defender o mercado interno dos efeitos da crise externa, fez com que o Brasil passasse a ter um novo modelo de desenvolvimento, "voltado para dentro" (28). Esse modelo de desenvolvimento significou a substituição de importações pela produção nacional, onde o setor industrial interno passou a produzir certos produtos ou grupos de produtos da pauta de importações, que correspondiam às restrições do comércio exterior.

No período que se segue à grande depressão, em função da política adotada pelos governos para proteger o mercado interno, a atividade industrial recuperou-se rapidamente. Nos anos até início da segunda guerra mundial (1939), a expansão industrial deu-se em função do maior aproveitamento das forças produtivas aqui instaladas e subutilizadas, permitindo substituir uma série de bens de consumo leves, antes importados.

"Assim mesmo deve ter ocorrido ampliação nas indústrias alimentares, de alguns materiais de construção e de certos equipamentos agrícolas cujas importações....caíram acentuadamente" (29).

Durante a segunda Guerra Mundial (1939-45), o governo incentivou o setor da siderurgia, iniciando-se em

1946 o funcionamento de Volta Redonda, que foi a primeira operação da indústria pesada na América Latina. Após a segunda Guerra Mundial, a expansão industrial, dentro do modelo de substituição de importações, dividiu-se em três fases principais (30).

Na primeira fase, no imediato pós-guerra (1945 a 1947), o Brasil retomou o crescimento, readquirindo sua capacidade de importar aos níveis da pré-crise. Nesses anos, a economia do país foi mais orientada para o setor de exportação do que para a substituição de importações alcançando em 1946 índices similares aos de antes da guerra. Considerando que o Brasil exportava café e importava manufaturados, sendo estes mais caros em relação àquele, esta diferença causava déficits ao Brasil.

A partir de 1948 até 1954, inicia-se a segunda fase de desenvolvimento interno do Brasil. Nesses anos, o país entrou em regime de controle cambial, e como resultado dessa política, incentivou-se o desenvolvimento de indústria interna, à medida que não compensava mais importar, mas sim produzir, substituindo dessa forma os bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos aqui. Surgem, então, as indústrias de eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável.

A terceira e última fase de desenvolvimento do Brasil, ainda no modelo de substituição de importações, ocorreu entre os anos de 1956 a 1961. Nesse período, a

característica básica foi a de maior ordenamento e racionalidade na sua expansão. Esta fase foi marcada ainda pelo

"aumento da participação direta e indireta do Governo nos investimentos, e com a entrada de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela substancial do investimento em certos setores" (31).

A participação financeira do governo destinou-se a financiar projetos específicos relacionados ao setor da indústria e, também, para cobrir déficits do balanço de pagamentos.

O capital estrangeiro orientou-se basicamente para a indústria mecânica.

"Neste período teve lugar a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, da construção naval de material pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. Expandiram-se também várias indústrias básicas como a siderurgia,

petrolíferas, metalúrgicas dos não ferrosos, celulose e papel, química pesada, etc" (32).

Essa expansão e diversificação no setor industrial, como vimos, deu-se em função de vários subsídios e incentivos do governo, merecendo destaque maior os incentivos cambiais e tarifários introduzidos pela Lei nº 3.244, de 1957. No conjunto, esses fatores levaram a um aprofundamento do processo de substituição de importações no Brasil, que conduziram a um ritmo de desenvolvimento mais acelerado nesse período, em relação aos anteriores.

Uma outra explicação para o surgimento da industrialização brasileira baseia-se na idéia de que a mesma ocorreu a partir da difusão de habilidade empresarial, que é a posição defendida por Warren Dean. Segundo Martins, essa explicação fundamenta-se na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a abolição da escravidão, haveria uma transformação no regime de trabalho, mudando as relações de produção. Logo, os fazendeiros passaram a computar o trabalho como um fator de lucratividade para o capital. Em função disso, os fazendeiros adotaram uma posição favorável em relação à abolição dos escravos. Isso, não porque desejavam libertá-los da sua condição, mas sim porque queriam libertar o capital empatado na aquisição dos mesmos, e poder também aproveitar o trabalho dos escravos

(agora homens livres), de forma racional (33).

"A liberação do capital, resultante da liberação do escravo e da transformação das relações de produção, teria produzido, como consequência, aquele tipo de pessoa, o empresário, capaz de assumir a racionalidade desse capital, dedicando-se então, ao desenvolvimento da atividade industrial" (34).

A consciência de burguês para a industrialização não teria ocorrido, contudo, em virtude do desenvolvimento de certas relações históricas de produção, mas fundamentalmente em virtude de uma consciência cultural pré-existente e formada principalmente a partir do surgimento dos centros urbanos.

Por último, temos a posição de José de Souza Martins, tida por ele como "considerações alternativas para a gênese da industrialização brasileira". Para esse autor,

"a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais como o café, mas sim nos interstícios

dessas relações, à margem e contra o circuito de trocas estabelecido pelos importadores" (35).

A indústrias, no seu entender, teria nascido

"para substituir a produção artesanal e doméstica, ou a produção em pequena escala disseminadas por um grande número de pequenos estabelecimentos tanto na capital quanto no interior" (36).

Portanto, a indústria brasileira surgiu para substituir a produção artesanal e doméstica, desenvolvidas concomitantemente com a produção do café, e não para substituir importações. Logo, para Martins, a explicação do surgimento da industrialização não deve ser buscada nas oscilações da economia cafeeira, pois ela está

"vinculada a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria" (37).

Martins faz então algumas considerações em relação ao surgimento da industrialização, dizendo que há indicações de que, antes da libertação dos escravos (1886/88), houve uma

significativa expansão da atividade comercial e industrial em São Paulo, e também nas cidades do interior. O desenvolvimento dessas atividades foi mais intenso no meio urbano do que nas fazendas, fato este que teria levado a uma certa separação entre a agricultura e a indústria, já naquele período, e não somente a partir dos anos trinta.

Portanto, no entender de Martins, a indústria teria nascido concomitantemente ao desenvolvimento da produção do café, em função das relações de produção históricas daquele momento. Dentro desse raciocínio, a industrialização teria sido historicamente determinada, e não fruto de uma consciência cultural pré-existente dos empresários. Nem tampouco, como fundamenta a tese de substituição de importações, a indústria brasileira teria nascido em decorrência de crises internas no setor cafeeiro e de crises externas como a grande depressão dos anos 30, levando o Brasil a produzir grupos de produtos ou parte deles, que antes eram importados.

Notas do Capítulo I

- (1) Maria da Conceição Tavares - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p.30.
- (2) op. cit. p.30.
- (3) Idem, Ibidem, p.31.
- (4) Idem, Ibidem - loc. cit.
- (5) Caio Prado Júnior - Formação do Brasil Contemporâneo. 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1969, p.25.
- (6) Idem, Ibidem, p.32.
- (7) Idem, Ibidem, p.192.
- (8) Caio Prado Júnior - História Econômica do Brasil. 20ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977, p.158 a 164.
- (9) Idem, Ibidem, p.160.

- (10) Idem, Ibidem, p.194.
- (11) Idem, Ibidem - loc. cit.
- (12) Idem, Ibidem, p.197.
- (13) Idem, Ibidem, p.207.
- (14) Idem, Ibidem, p.210.
- (15) Idem, Ibidem, p.260.
- (16) Idem, Ibidem - loc.cit.
- (17) Idem, Ibidem, p.261.
- (18) Idem, Ibidem - loc.cit.
- (19) Idem, Ibidem, p.262.
- (20) Idem, Ibidem, p.268.
- (21) Celso Furtado - Formação Econômica do Brasil. 10ª ed.
São Paulo, Editora Nacional, 1970, p.177.
- (22) Idem, Ibidem, p.178.

- (23) Idem, Ibidem, p.179.
- (24) Idem, Ibidem, p.180.
- (25) Idem, Ibidem, p.181.
- (26) José de Souza Martins - O cativo da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p.99.
- (27) Para este autor, foi a familiaridade dos comerciantes importadores com o mercado consumidor de manufaturados e com os produtos industrializados que costumavam importar, que lhes abriu a possibilidade para produzirem as mercadorias que importavam. Cf. Warren Dean - A Industrialização de São Paulo (1880-1945). Trad. Octávio Mendes Cajado, 2ª ed., São Paulo, Difel, S/D, Consultar especialmente o capítulo I.
- (28) Maria da Conceição Tavares. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p.33.
- (29) Idem, Ibidem, p.70.
- (30) Cf. Conceição Tavares, p.70 a 73.

(31) Idem, Ibidem, p.72.

(32) Idem, Ibidem - loc.cit.

(33) José de Souza Martins - O Cativoiro da Terra. São Paulo, Livraria Editora Humanas, 1979, p.109.

(34) Idem, Ibidem - loc.cit.

(35) Idem, Ibidem, p.106.

(36) Idem, Ibidem - loc.cit.

(37) Idem, Ibidem - loc.cit.

CAPÍTULO II

A Conjuntura dos Anos Cinquenta e a Educação Rural no Brasil

Vimos, anteriormente, dentro do modelo de substituição de importações, mais particularmente entre os anos de 1956 a 1961, que o Brasil teve um grande avanço em seu desenvolvimento, culminando com o surgimento de várias indústrias. Esse período é peculiar em relação aos demais períodos de expansão industrial dentro do modelo de substituição de importações, devido ao apoio efetivo do governo em relação ao setor da indústria. Esse apoio foi realizado através de financiamentos de projetos e de empréstimos governamentais, contribuindo dessa forma para que a expansão industrial caminhasse de forma mais ordenada e racional.

A expansão industrial verificada nesse período não se restringiu somente ao setor urbano, mas teve amplas repercussões na agricultura, à medida que acelerou o processo de modernização no campo, via instalação de

indústrias de insumos agrícolas, particularmente as de tratores e máquinas agrícolas, juntamente com as de fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, etc. A partir daí, a agricultura sofre sérias transformações em sua estrutura, deixando de ser um setor autônomo, para se tornar num ramo da própria indústria.

"De um lado, ela recebe matérias primas de certas indústrias, como fertilizantes, defensivos, máquinas, sementes e mudas selecionadas, isto é, "fabricadas"; de outro, fornece insumos a outras indústrias, como as de tecidos, de alimentos processados, de calçados, etc"
(1).

Essa nova síntese, como chama Graziano, entre a indústria e a agricultura extermina as condições naturais da produção agrícola, para produzi-las num segundo momento, artificialmente. Em outras palavras, através de recursos artificiais o homem domina a natureza, fabricando-a a seu bel prazer.

"Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis,

aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem” (2).

A industrialização da agricultura ocorre nesse processo de submissão na Natureza ao Capital. A agricultura transforma-se em um meio de aplicação do capital em geral, e mais particularmente do setor industrial, enquanto consumidora de adubos, fertilizantes, máquinas, defensivos, etc. e também enquanto produtora de matérias-primas para as indústrias.

A efetivação da modernização na agricultura tem seu grande marco entre os anos de 1956/61, em decorrência do desenvolvimento da indústria nacional e mais particularmente no Estado de São Paulo. Esses anos, como já vimos, correspondem à última fase do processo de substituição de importações, em que

“teve lugar a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. Expandiram-se

também várias indústrias básicas como a siderurgia, petrolífera, metalúrgica dos não ferrosos, celulose e papel, química pesada, etc” (3).

Para que se instalasse esse conjunto industrial, foi necessário o desenvolvimento de determinados setores da indústria, particularmente o setor da indústria dinâmica. Assim, observamos entre os anos de 1949, 1958 e 1961, modificações significativas na estrutura de determinados setores da indústria brasileira, em decorrência do processo de substituição de importações.

Em 1949, (4), as indústrias de alimentos e a têxtil eram responsáveis por 50% do valor da produção total das indústrias de transformação. A seguir, colocavam-se as indústrias de metalurgia e química, com uma produção bem inferior às de alimentos e têxtil, porém numa posição superior em relação às demais indústrias de transformação, que contavam com uma produção inferior a 10%.

Em 1958 a participação conjunta das indústrias têxteis e de alimentos representava 36%, e em 1961 baixou para 34% do valor total da produção. Ao contrário do que ocorreu com essas duas indústrias, nesse mesmo período, verificou-se um aumento considerável no peso relativo no grupo das indústrias dinâmicas, compostas pelas indústrias

mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de transporte e química. O grupo das indústrias dinâmicas aumentou a sua produção de 22%, em 1949, para 38%, em 1958 e 41% em 1961.

O contrário ocorreu com as indústrias tradicionais de alimentos, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário e editorial, cuja participação total passou de 70% em 1949 para 32% em 1961. Esse decréscimo no total da produção dessas indústrias não significa que as mesmas não expandiram sua produção, mas sim que o fizeram em ritmo menos acelerado em relação às indústrias dinâmicas. Por esse motivo, elas são denominadas indústrias vegetativas.

No último grupo das indústrias de transformação, as intermediárias, que são formadas pelas indústrias de minerais não metálicos, papel, papelão e borracha, também aumentaram a sua produção no decorrer dos anos analisados, mas num ritmo muito inferior ao das indústrias dinâmicas. O grupo das indústrias intermediárias aumentou a sua participação em 8%, em 1949, 10%, em 1958/61.

Resumindo, podemos afirmar que no decorrer do período analisado, 1949/58/61, o grupo das indústrias dinâmicas foi o que atingiu um estágio mais avançado de produção nacional, dentro do modelo de substituição de importações, em relação ao grupo das indústrias vegetativas e intermediárias, como mostra a tabela abaixo.

QUADRO 1: Participação por grupo de indústrias na produção nacional. (*).

	1949	1958	1961
Indústrias Dinâmicas	22%	38%	41%
Indústrias Vegetativas	70%	52%	49%
Indústrias Intermediárias	8%	10%	10%

(*) Dados extraídos a partir das colocações de Conceição Tavares, op. cit., p. 91 a 97.

Podemos afirmar, portanto, que particularmente a expansão das indústrias dinâmicas, representadas principalmente pelas indústrias mecânicas, de bens de capital, siderúrgica, metalurgia e química pesada, está diretamente relacionada com a industrialização da agricultura. Isto, porque são essas indústrias as responsáveis pela fabricação de máquinas agrícolas, como as de tratores, colhedoras e outras, bem como de fertilizantes químicos, e todo tipo de insumos que passou a ser usado na agricultura. Como já dissemos anteriormente, foi após a instalação dessas indústrias que se acelerou o processo de modernização da agricultura paulista e brasileira.

Observamos que os anos trinta representaram o marco da gênese da industrialização brasileira, conforme postula a tese da substituição de importações. Porém, os reflexos desse processo de industrialização, na agricultura, efetivaram-se principalmente a partir dos anos 50, com a instalação das chamadas indústrias pesadas, como já assinalamos. A partir disso, a agricultura brasileira, mais particularmente a paulista, modernizou-se, transformando-se num investimento vantajoso para o capital, mais especificamente para o setor industrial. Esta modernização transformou os hábitos de vida do homem do campo, trazendo-lhe repercussões sociais danosas, principalmente em relação aos assalariados agrícolas e aos pequenos produtores.

A constatação dessas alterações justifica a escolha da periodização estabelecida nos anos 50, para o desenvolvimento da problemática circunscrita em nosso trabalho, relativa à situação e à história de luta e resistência da educação rural nesse período.

Antes de nos atermos à forma em que se dá a inserção e absorção dos produtos modernos na agricultura, bem como as consequências da modernização no campo, veremos, primeiramente, quais são os aspectos ideológicos que atuam como facilitadores na aceitação das técnicas modernas em detrimento daquelas "tradicionais", até então usadas pelo trabalhador rural.

1. O Estereótipo do "Progresso" e a Ideologia da Modernização

O desenvolvimento industrial no final do século passado, acompanhado do processo de urbanização, definiram as relações de predomínio entre o meio rural e o meio urbano. O setor urbano passou a representar um investimento altamente vantajoso para o capital, devido às atividades comerciais, bancárias e industriais, agora desenvolvidas. De outro lado, a economia rural deixou de representar um investimento vantajoso e atrativo, em relação à economia urbana (5).

Porém, a industrialização e a urbanização não trouxeram apenas modificações das atividades ligadas ao setor econômico, mas causaram também mudanças nos valores da sociedade brasileira. Esta passou a redefinir sua cultura a partir da cultura do meio urbano, em detrimento da cultura do meio rural. Esse predomínio da cultura urbana levou também a uma distinção valorativa entre o meio rural e o meio urbano, via formulação de estereótipos negativos do homem do meio rural, tais como: "ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc." (6).

Martins ressalta, ainda, que

"o estereótipo, por sua vez, conduziu a duas atitudes básicas: o seu uso para reforçar as características urbanas da existência dos que utilizavam (e que ao que parece, não se distanciavam demasiado dele, transformando-o numa afirmação verbal e ideal) e sua manipulação para advogar a "intervenção" das instituições urbanas na vida rural, dinamizá-las e propiciar as condições para transformar o caipira do estereótipo no cidadão das concepções urbanas" (7).

A veiculação desses estereótipos no meio rural transformou-se num grande instrumento de dominação, à medida que tendia a fazer com que o homem do meio rural incorporasse em grande parte esses estereótipos, dando-lhes um caráter pejorativo, semelhante àquele veiculado na cidade. A incorporação desses estereótipos, com essa conotação negativa, leva as pessoas neles implicadas ao desejo de se libertarem dos mesmos, já que estes são

sinônimos de "atraso", em relação à cultura urbana. A alternativa apresentada para a superação desses estereótipos se dá via consumo de produtos e estilos de vida urbanos, o que permite dizer que o homem do meio rural se moderniza, quando se transforma num consumidor urbano.

Frequentemente, o "atraso" das populações rurais é invocado pelo meio urbano, como um empecilho à substituição das técnicas "tradicionais" pelas "modernas", fato este que levaria essas populações a terem uma baixa produtividade. Na prática, a solução para estes dois problemas ("atraso cultural" e baixa produtividade) se daria através da realização de programas desenvolvidos no meio rural, por extensionistas, tais como: técnicos agrícolas, engenheiros, agentes de crédito, etc. Esses programas têm por objetivo a adoção de máquinas, adubos, fertilizantes, defensivos, etc., por parte do homem do meio rural, com o objetivo de aumentar a produtividade da lavoura.

Martins observa que a

"tônica desse programas é a produtividade (em geral, mais produto por unidade de área); raramente fala-se em, rentabilidade do capital empenhado na produção agrária (lucro por unidade de Capital)" (8).

O que existe, portanto, é uma associação suposta entre esse dois elementos (em relação à economia agrária). O que demonstra a presença da ideologia urbana. Assim, na busca de uma maior produtividade (que representa só um lado da questão), o homem do campo vê na máquina e nas técnicas modernas a possibilidade de progressos e ascensão na vida, e finalmente a superação do estereótipo do caipira e do atraso. Com isso, o homem do campo fica impossibilitado de raciocinar em termos de capital investido, lucratividade e previsibilidade, pois a ilusão do "moderno" leva-o a pensar "em termos de aspirações urbanas de conforto e de consumo extensivo".

"Ele é mais sensível à valorização da técnica e vê com verdadeiro deslumbramento os aparelhos que lhe são exibidos diretamente ou através de folhetos coloridos" (9).

Dentro desse quadro, a

" 'modernização' é compreendida como modificação da cultura material das populações rurais, pelo abandono de práticas rotineiras e de instrumentos "arcaicos", e pela adoção de

práticas 'modernas', como a curva de nível, a vacinação preventiva do rebanho, o combate às pragas, a utilização de maquinaria de tração mecânica, os fertilizantes, os herbicidas, etc" (10).

A modernização da agricultura, portanto, prende-se neste caso à "modernização da cultura" e não ao capital e sua reprodução.

2. A modernização agrária a partir dos Anos Cinquenta: repercussões econômicas e sociais

Procurou-se mostrar, até o momento, a constituição da gênese da indústria brasileira e, também, quando efetivamente seus efeitos atingiram a agricultura, mais particularmente a paulista, de forma decisiva. O passo seguinte será o de analisarmos detalhadamente esses efeitos do processo de industrialização na agricultura, que alteram as relações naturais de produção, causando sérios transtornos de ordem social e cultural para o homem do campo.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira tem particularidade em relação ao da indústria. A terra possui um valor em si mesmo, não é possível ao homem multiplicá-la, "fazer mais terras", enquanto que, na indústria, o homem produz máquinas e outros instrumentos de trabalho. Porém, a industrialização rompeu com determinadas limitações que a natureza impunha ao homem, como, por exemplo, o aumento da produção por unidade de terra;

"é como se o homem passasse a fabricar as terras necessárias através da utilização das

técnicas que desenvolveu (irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, etc.) e das relações que estabelece entre os vários agentes sociais de produção" (11).

Todavia, para que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura atingisse esse estágio, existiram alguns fatores históricos que preconizaram esse processo, agindo, eu diria, como facilitadores. Um deles foi a criação do monopólio da terra, através da Lei de Terras, em 1850, tornando a terra propriedade privada dos fazendeiros, impedindo, dessa forma, que os imigrantes e mais tarde os escravos libertados tomassem posse da mesma. O surgimento da propriedade privada assegurou, ainda, a venda da força de trabalho do homem aos fazendeiros, já que aqueles não possuíam terras. A lei de Terras

"sacramentou a noção de propriedade privada adequada ao capitalismo à medida que só permitiria o acesso à terra dos mecanismos de compra e venda" (12).

Outro fato que beneficiou o desenvolvimento do capitalismo, na agricultura, foi a posse de terras livres e férteis por parte dos fazendeiros, fato este que

representava menores custos na produção, em decorrência das condições favoráveis de fertilidade dessas novas áreas. Além disso, no caso brasileiro, a terra converteu-se em reserva de valor, passando a representar um lucro em si mesma, e não só através da produção. Daí a razão da existência de áreas de terras vazias, sem cultivo, à espera de valorização. A terra passou a representar, ainda, uma forma de acesso à outras riquezas naturais a ela associadas, como madeira, minérios, etc., bem como o alcance à créditos rurais, financiamentos e outros privilégios fiscais.

A terra continuará sendo um grande instrumento de dominação dos grandes proprietários, para garantir a reprodução de seu capital. Assim, com a intensificação do processo de industrialização da agricultura brasileira, no período de 1956/61, houve também uma reestruturação fundiária. No que diz respeito à estrutura da propriedade da terra, esta manteve-se altamente concentrada, chegando mesmo a aumentar esse grau de concentração. O mesmo não ocorreu com a estrutura da posse da terra.

"Na década de sessenta, há uma expansão da fronteira agrícola no estado e é quando se multiplicam as explorações de posseiros, bem como os estabelecimentos muito pequenos (de menos de 2 ha) de

todas as categorias de produtores, embora os pequenos parceiros e arrendatários já mostrem sinais de recuo" (13).

A partir de meados dos anos setenta, o Estado de São Paulo praticamente não conta mais com a expansão de fronteira agrícola, levando os pequenos produtores a se mudarem para os Estados vizinhos, como Mato Grosso e Paraná, em busca de terra para o cultivo. A expropriação dos pequenos produtores, para dar lugar à grandes propriedades e exploração maiores, não ocorreu de forma indiscriminada, mas atingiu particularmente os pequenos arrendatários, os pequenos ocupantes e, em menor grau, os pequenos proprietários.

"Esse fato permitiria dizer que a capacidade de resistência à expropriação esteve diretamente relacionada com o tamanho das explorações e com a condição mais estável de acesso à terra, que é a de proprietário da mesma" (14).

Nos anos 70, é possível sentir ainda mais os efeitos da modernização da agricultura (que viria alterar radicalmente sua estrutura), iniciado já em 1962, com a erradicação do café. As áreas de terra liberadas pela

erradicação do café foram ocupadas com a criação de pastagens artificiais. Era comum, na Alta Sorocabana e Alta Mogiana, os fazendeiros arrendaram suas terras para o plantio de milho, com a condição de que suas terras fossem devolvidas já com o capim plantado e formado após a colheita. É importante assinalar que todas as culturas que substituíram o café, seja o capim, o milho, o feijão, etc., não ocupavam em termos quantitativos o mesmo número de mão-de-obra que aquela utilizava, formando com isso um excedente.

Mesmo com a expansão da cultura da cana-de-açúcar, não se conseguiu absorver essa mão-de-obra "desocupada", já que a nova cultura, a partir de 1967, passou a utilizar técnicas modernas, requisitando um contingente maior de trabalho humano somente em épocas de colheitas. No restante do calendário agrícola, essa mão-de-obra era dispensada do trabalho. Esse excedente de mão-de-obra que vinha se constituindo desde a erradicação do café, ampliou-se ainda mais nos anos 70, com a expansão das grandes propriedades e das produções monocultoras, como a cana-de-açúcar, além do aproveitamento menor do uso da terra, pelos seus proprietários. O menor aproveitamento da terra ocorre porque as áreas não usadas pela agricultura representam "reserva de valor", já que a terra constitui em si um investimento seguro, ou como meio de acesso à outras riquezas, como créditos, etc. Ou, ainda, pela intensificação da produção

por área de terra, uma vez que, uma mesma área pode-se obter uma produção elevada, em decorrência do uso de tecnologias modernas, como máquinas, adubos, inseticidas etc.

Outro fator que acelerou a utilização do trabalhador temporário foi a valorização das terras de pior qualidade e o caráter especulativo que estas assumem especialmente nas regiões mais novas da Sorocabana e Noroeste, na metade dos anos 60. Com a valorização das terras, substituem-se as culturas tradicionais, de subsistência, pelas culturas modernas, mais lucrativas, levando a uma substituição também de produtores. Em virtude dessa substituição, ocorreu também o assalariamento do trabalhador, para que ele adquirisse sua alimentação no mercado, e não através do seu próprio cultivo. Economicamente, não é lucrativa para o grande proprietário a manutenção de famílias em suas terras, para produzir sua alimentação, mas é preferível assalariá-las e usá-las quando necessitar de seus serviços.

Com a valorização das terras, passou-se a usar técnicas modernas na agricultura, a fim de elevar a produtividade por área de terra. Como consequência desse processo de modernização, deixou de existir o trabalho contínuo na agricultura no decorrer do ano, já que algumas partes do ciclo produtivo na agricultura foram parceladas, sendo algumas mecanizadas e outras não. A tecnificação da agricultura levou a modificação na relação de emprego

permanente, transformando-a em emprego temporário, na medida em que não se requeria mais o trabalho humano em todo o calendário agrícola.

Vale ressaltar que essas mudanças, observadas no desenvolvimento da agricultura a partir dos anos 60, vindo a alterar radicalmente a base técnica da produção agrícola, não se deram ao acaso. Tais mudanças, que levaram à modernização da agricultura paulista, são consequências do desenvolvimento da indústria pesada no Estado de São Paulo, entre os anos de 1956 a 1961, com sérias repercussões na agricultura. Esse período foi marcado pela grande expansão do setor dinâmico da indústria, representado principalmente pelas indústrias de bens de capital, siderurgia, metalurgia e química pesada. A instalação desse setor industrial contribuiu decisivamente na industrialização da agricultura, através da fabricação de máquinas colhedoras, de insumos modernos, como adubo, herbicidas, etc. Essa produção moderna foi colocada no mercado e absorvida pela agricultura, através de financiamentos e créditos concedidos aos grandes agricultores, em particular, a juros baixos, incentivados pelo governo.

A valorização das terras de pior qualidade, a erradicação do café, a expansão da agroindústria açucareira, e a substituição de culturas tradicionais por culturas modernas formam um conjunto entre si, que, sem dúvida nenhuma, está ligado ao

"processo de modernização da agricultura com significativas modificações nas áreas cultivadas dos principais produtos agrícolas" (15).

Essas modificações da agricultura implicaram na substituição de culturas tradicionais e de transição por culturas modernas, pelo fato destas últimas serem mais lucrativas do que aquelas. A substituição de culturas também foi acompanhada pela substituição de produtores.

As culturas modernas são representadas pela batata, laranja, tomate, cana, soja e algodão. Elas usam de forma intensiva as tecnologias avançadas, bem como os insumos modernos (fertilizantes, defensivos químicos, tratores, sementes, mudas selecionadas, etc). Participam do grupo das culturas tradicionais o arroz, o feijão e a mamona, que, de maneira oposta ao grupo anterior, não usam em grande escala as técnicas e os insumos modernos. Existem ainda as culturas de transição, como a banana, cebola, milho, amendoim, mandioca, café e chá, onde o emprego de insumos e técnicas modernas estão ganhando proporções crescentes (16). O quadro 2 mostra a evolução no cultivo desses três grupos de produtos, considerados os principais do Estado de São Paulo.

QUADRO 2: Evolução do índice de área cultivada no Estado de São Paulo por grupo de produtos segundo o grau de tecnificação: 1956/77 (*).

Médias bianuais	Todos	Moderno	Transição	Tradicional
1956/57	89	81	102	66
1958/59	90	74	105	74
1960/61	98	84	110	84
1962/63	101	98	109	86
1964/65	102	103	94	121
1966/67	94	91	97	91
1968/69	93	93	93	91
1970/71	102	133	99	74
1972/73	97	137	91	67
1974/75	95	154	80	67
1976/77	96	163	80	64

Fonte dos dados básicos: IEA

a - Batata, laranja, tomate, cana, soja e algodão

b - Banana, cebola, milho, amendoim, mandioca, café e chá

c - Arroz, feijão e mamona.

(*) Quadro extraído de Graziano, op.cit.p.88

Base: 1962/66=100

Podemos observar na interpretação desse quadro,

que,

"A partir de 1967 delinea-se claramente um crescimento dos produtos modernos e um recuo que se acentua com o correr dos anos, da área cultivada com produtos tradicionais e em

transição (17).

Observamos, ainda, que a partir de 1967 há uma nítida substituição de culturas tradicionais e de transição, por modernas.

"Na verdade, não é apenas uma mudança de cultura senão o que está substituído são os próprios produtores: são as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico que estão sendo expulsas pela grande produção mecanizada e empresarial. (Nogeyama e Graziano da Silva. 1979)"

(18).

Graziano chama atenção ao fato de algumas culturas terem se modernizado, enquanto outras não. Na sua interpretação, as transformações na base técnica de agricultura estariam articuladas com a indústria interna (como, por exemplo, com a indústria de alimento, de rações, de óleos vegetais, as usinas de açúcar, álcool, etc.), em que o destino da produção seria basicamente mais para atender o mercado interno do que externo. Em função dessa articulação entre as indústrias internas e produção agrícola, os preços dos produtos são melhores a nível interno (para importação). Logo, a preferência pelos

chamados produtos modernos estariam associados ao fator lucratividade.

"em função de utilizarem maiores proporções de insumos químicos e máquinas, adquiridas fora do setor agrícola, que são fortemente subsidiados — tornam-se mais lucrativas do que as tradicionais e em transição" (19).

Graziano ilustra esses argumentos demonstrando, através do quadro abaixo, que os produtos considerados modernos utilizam em grande escala o crédito agrícola de custeio, no Estado de São Paulo.

QUADRO 3: Distribuição do crédito de custeio destinados aos produtores agrícolas de São Paulo em 1976, segundo as culturas beneficiadas (%). (*)

Culturas	total custeio	Insumos Subsidiados		
		Corretivos e fertiliz.	Defensivos químicos	Sementes e mudas
algodão	13	10	23	8
arroz	5	4	2	3
batata	3	3	2	25
café	24	8	4	-
cana	16	19	19	1
feijão	1	1	-	-
frutas	6	10	11	1
hortaliças	3	5	4	1
milho	14	17	2	6
soja	9	11	16	27
trigo	4	3	4	17
outras	2	9	13	11
Total	100	100	100	100

Nota: o traço (-) indica valores inferiores a 0,5%

Fonte dos dados básicos: COMCRED (1977).

(*) Quadro extraído de Graziano, op cit. p.92.

Notamos, por exemplo, que algumas plantações como "algodão, cana-de-açúcar e soja somados às frutíferas (da qual a laranja é o produto mais significativo) respondem por mais de 40% do volume total de custeio destinado aos

produtores paulistas no ano de 1976. A participação dos insumos subsidiados fora do setor agrícola dessas três culturas (algodão, cana e soja) mais as frutíferas é ainda maior: 50% no caso dos corretivos e fertilizantes e quase 70% nos defensivos químicos" (20).

A modernização da agricultura paulista através do uso intensivo de tecnologias modernas, que foi em grande parte incentivado pelo próprio Estado via crédito rural e financiamentos, esteve também associado à concentração de terras, que é particularmente usada para conseguir tais créditos. É importante frisar, ainda, que em consequência da modernização agrícola houve uma alteração fundamental na base técnica da produção.

Essa alteração expropriou o homem do campo, transformando-o em trabalhador volante, à medida que parte de seu trabalho foi substituída pelas técnicas modernas. O quadro 4 mostra essa alteração na base técnica de produção agrícola, ao evidenciar a diminuição dos estabelecimentos agropecuários que dispunham só do trabalho na agricultura.

QUADRO 4: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários segundo o tipo de força utilizada nos trabalhos agrícolas: Estado de São Paulo, 1960/75. (*)

Tipo de forças	Moderno	Transição	Tradicional
animal	51,2	49,5	57,1
mecânica	2,1	9,4	22,0
animal e mecânica	4,0	16,2	11,4
humana	42,7	24,9	9,5
total	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975.

(*) Quadro extraído de Graziano, op cit. op.107.

"Note-se que em 1960 mais 40% dos estabelecimentos rurais do estado só utilizavam o trabalho braçal, enquanto que apenas 6% dispunham de força mecânica. Em 1975, a situação praticamente se inverte: menos de 10% dos estabelecimentos ainda dispõem somente do trabalho humano, enquanto que

um terço das explorações já utiliza força mecânica nas lidas diárias" (21).

A alteração na base técnica da produção agrícola refletiu-se também nas relações de trabalho do campo, alterando o perfil de absorção de mão-de-obra, transformando o trabalhador permanente em volante. Essa transformação ocorre inicialmente com a mecanização do plantio e do trato das plantações. São atividades que envolvem um período longo de trabalho, o que exigia a presença constante de mão-de-obra na sua ocupação, que, por esse motivo, residia na propriedade. Com a mecanização dessas atividades, particularmente a tratorização, reduziu-se o tempo de serviço a elas dispensado, transformando, assim, a mão-de-obra permanente em temporária. Ao mesmo tempo, opera-se uma mudança qualitativa: a mão-de-obra que passa a residir nas propriedades possui alguma especialização, tal como, tratorista, motorista, capataz, etc.

"Um segundo momento é a mecanização da colheita do uso de automotrizes e combinadas e de suas atividades complementares, como o carregamento, transporte e beneficiamento do produto, em certos casos" (22).

Aqui, é a mão de obra temporária que é substituída, dependendo do preço da máquina em relação ao salário pago na colheita. Isso porque há particularidades no uso da máquina na agricultura, dependendo da plantação.

Em alguns casos onde a área cultivada é menor, ainda, em função do tipo de cultura o uso da máquina encarece o custo do processo produtivo (como a cana-de-açúcar), necessitando fazê-la manualmente. Nesse caso, usa-se o trabalhador volante. O contrário também pode ocorrer, ou seja, fazer a colheita com máquinas, como no caso do algodão, onde, por dia, 190 homens são substituídos pela máquina, diminuindo o custo da colheita. Há casos ainda em que a mecanização da colheita já é viável tanto do ponto de vista técnico como econômico, como o do trigo, soja e do milho. De qualquer forma, a mecanização da agricultura contribuiu para depreciar ainda mais o salário dos trabalhadores temporários. Às vezes, só a presença física da colhedeira, em desuso, na propriedade, já é motivo para se pagar menos pelo trabalho volante.

Vale a pena frisar o caráter ideológico que assume a máquina para os produtores, enquanto instrumento de modernização. A máquina, para o produtor, é o verdadeiro símbolo da modernização mais do que o adubo e qualquer outro insumo moderno. Talvez seja esse um dos motivos que leva o grande produtor a manter máquinas em "vitrines", já que, para eles, estas são o símbolo do progresso, do moderno, da

superação do "atraso" e a realização das aspirações urbanas. Além do que a presença física da máquina contribui para o rebaixamento dos salários, como vimos acima.

A mudança na base técnica agrícola, que terminou por industrializar a agricultura, trouxe uma descontinuidade no ciclo de produção agrícola, acentuando a sazonalidade na ocupação de mão-de-obra, o que possibilitou uma relação de emprego intermitente na agricultura. A relação de emprego intermitente é mais vantajoso do ponto de vista econômico, para o proprietário rural, em relação ao emprego permanente.

"Especialmente no caso do trabalhador residente que combinava o assalariamento com a produção de parte de sua alimentação, a elevação dos preços das terras -- que também é um reflexo da modernização da agricultura paulista -- contribuiu decididamente para acelerar essa transformação na relação de trabalho, ao valorizar as áreas destinadas à produção de subsistência" (23).

A adaptação da forma de trabalho, à industrialização da agricultura (transformação do

trabalhador permanente em volante), exterminou também as antigas formas de cooperação existente na agricultura, particularmente entre os pequenos produtores. O "mutirão", a "troca de dias de serviço", que eram formas de ajuda mútua entre os pequenos proprietários, principalmente em época de colheitas, desaparecem para ceder lugar ao assalariamento temporário. Como se fazer "trocas de dias de serviços", com o trabalhador volante que foi expropriado da terra e dos meios de produção? Essa prática antiga já não tem sentido, porque não mais atende às novas necessidades do capital. Por uma questão de sobrevivência, o trabalhador volante tem que vender sua força de trabalho.

A partir dos anos setenta, a agricultura paulista modernizou-se mais ainda, com o uso intensivo de insumos modernos, principalmente herbicidas e também via colhedeiiras. Conseqüentemente, reduziu-se mais o número de trabalhadores rurais residentes nas propriedades rurais, como já vimos. Por outro lado, a agricultura moderna não deu conta de absorver esse contingente de mão-de-obra que ela própria expropriou do trabalho. Esse fato obriga os ex-trabalhadores rurais permanentes, agora volantes e/ou bóias-frias, a procurarem trabalho também nos centros urbanos, para completarem sua ocupação anual, já que na lavoura a relação de emprego é intermitente.

É preciso ter claro que a possibilidade do emprego intermitente surge quando se dissolvem as antigas relações

de trabalho, provocando um excedente na mão-de-obra. Esse excedente aparece, de um lado, porque o volante bóia-fria é impedido de produzir sua subsistência, na medida em que é expropriado da terra. E de outro lado, em virtude da modernização de a agricultura paulista ter aumentado a sazonalidade do trabalho. Enfim, o trabalhador volante é o resultado do processo de separação do trabalhador rural de seus meios de produção e também a solução para contornar o problema de variações sazonais em decorrência da modernização na agricultura, através do uso de mão-de-obra barateada.

Vimos, então, que as repercussões da indústria na agricultura são graves e profundas. Elas significaram a inserção de produtos modernos na agricultura, tais como: tratores, colhedoras, herbicidas, adubos, fertilizantes, etc, alterando, com isso, sua base técnica, tendo como consequência a expropriação do trabalhador rural de seus meios de produção. A modernização da agricultura significou, ainda, o extermínio das formas antigas de cooperação entre os agricultores, como o "mutirão" e a "troca de dias de serviço". Finalizando, podemos dizer que a modernização da agricultura expropria o homem do campo, via progresso técnico, expulsando-o para a periferia das cidades, na condição de assalariado sazonal, além de interferir na sua cultura, no seu modo de vida, levando-o a adquirir hábitos de vida urbana.

Notas do Capítulo II

- (1) José Graziano da Silva - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981, p.43.
- (2) Idem, Ibidem, p.44.
- (3) Conceição Tavares, op.cit., p.72
- (4) Os dados que passaremos a analisar foram extraídos de Conceição Tavares, op.cit., p.91 a 97.
- (5) José de Souza Martins - Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, p.1 e 2.
- (6) Idem, Ibidem, p.4.
- (7) Idem, Ibidem - loc.cit.
- (8) Idem, Ibidem, p.6.

- (9) Idem, Ibidem, p.31.
- (10) Idem, Ibidem, p.26.
- (11) José Graziano da Silva. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981, p.67.
- (12) Idem, Ibidem, p.58.
- (13) Idem, Ibidem, p.71.
- (14) Idem, Ibidem - loc.cit.
- (15) Idem, Ibidem, p.101.
- (16) Idem, Ibidem, p.87.
- (17) Idem, Ibidem, p.87.
- (18) Idem, Ibidem, p.89.
- (19) Idem, Ibidem, p.92.
- (20) Idem, Ibidem - loc.cit.

(21) Idem, Ibidem, p.107.

(22) Idem, Ibidem, p.109.

(23) Idem, Ibidem, p.112.

CAPÍTULO III

O Surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural

Embora tenhamos falado mais demoradamente sobre o caso do Estado de São Paulo, é sabido que a modernização agrária atingiu várias regiões do Brasil, podendo-se mesmo classificá-la como um fenômeno nacional. A deterioração das condições de vida, a expropriação da cultura e a transformação do trabalhador camponês em trabalhador sazonal, ocorridas com o processo de modernização agrária, não se fez de modo pacífico. Os camponeses empreenderam lutas e resistências, que se desenvolveram no seu cotidiano e corporificaram-se também em formas específicas de organização, como os movimentos de sindicalização e a constituição das Ligas Camponesas, a partir das quais aconteceram as várias rebeliões contra a nova forma de organização do capital.

Várias foram as estratégias das classes dominantes para vencerem essas resistências. Contudo, o nosso trabalho

trata especificamente de investigar o papel da educação rural capitalista nesse processo de luta que envolveu, de um lado, o capital agrário e, de outro, os camponeses. Trataremos agora, pois, das condições históricas que explicam o surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural nos anos cinquenta, que se constituiu, naquele momento, no fenômeno mais importante em termos de educação rural capitalista no Brasil. Como surgiu, pois, a Campanha Nacional de Educação Rural?

Para responder a essa pergunta, necessário se faz que estudemos, neste momento, os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, envolvendo diretamente a educação rural. Refazer esse passo é fundamental para que possamos entender as condições históricas que proporcionaram a criação da Campanha Nacional de Educação Rural, que representa um desses acordos, além de possibilitar um melhor entendimento do tratamento dispensado à educação rural, pelas elites.

1. O ruralismo pedagógico

A preocupação das classes dominantes em relação à educação rural tem seu marco na década de 20, ocasião em que houve um aumento crescente da migração rural-urbana, passando a significar uma ameaça à estabilidade social. Entre 1880 a 1920, a população que trabalhava nas fábricas cresceu significativamente, sendo que esse proletariado urbano passou a reivindicar seus direitos de cidadãos, através de greves (1). Com o evento da migração, as elites brasileiras passaram a ver na educação rural a fórmula para conter esse processo. Passou-se a pensar numa escola que valorizasse a vida no campo, sem, contudo, levar em conta a estrutura determinante das condições de vida da população migrante. Preocupadas em promover o habitante rural através da educação, as elites pensaram numa escola que atendesse às orientações do "ruralismo pedagógico". Nesses moldes, propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a "fixação" do homem ao campo (2). Dessa forma, a educação rural atendia de um lado aos interesses da oligarquia, na medida em que não se reduzia a produtividade na lavoura, assegurando ainda braços para o trabalho. De outro lado, os

industriais davam-se por satisfeitos, à medida que, promovendo a "fixação" no campo, evitava-se um possível "inchaço" das cidades e a impossibilidade de absorver tal mão-de-obra. A perspectiva do "ruralismo pedagógico" no tratamento da educação rural permaneceu até a década de 40, quando outras propostas passaram a ser implementadas, porém sem acrescentar nada de novo em relação à postura conservadora do movimento até então em vigor. Mudaram apenas seus promotores.

2. O surgimento do "Desenvolvimento de Comunidade"

A partir da década de 40, o "ruralismo pedagógico" deixa de ter a importância que vinha tendo. A educação rural passa a constituir-se através de campanhas comunitárias, fundamentadas pela técnica de Desenvolvimento de Comunidade, cuja adoção esteve ligada aos convênios estabelecidos no período com os EUA, passando então o Brasil a receber ajuda financeira da ONU. Desses convênios resultará uma nova estratégia de ação através da educação rural, fazendo com

que esta não se atenha mais estritamente à escola rural, mas se estenda também ao trabalhador rural adulto, através de campanhas comunitárias (3), que darão um passo decisivo para a institucionalização da técnica do "Desenvolvimento de Comunidade" no Brasil.

Em termos de condições externas, observa-se o desencadeamento de uma nova conjuntura internacional com reflexos na política interna, que viria favorecer o estabelecimento desses convênios, a partir dos quais seria instituída internamente a técnica de Desenvolvimento de Comunidade. Após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos e a Rússia deflagraram a chamada "guerra fria" pela conquista do poder político, econômico e ideológico sobre outros países. A consolidação do bloco socialista e a sua expansão aos países orientais passaram a representar perigo para os países capitalistas, que eram atingidos pela perda de suas colônias. Através da ONU, os Estados Unidos passaram a trabalhar com o objetivo de garantir a "ordem social" e preservar o "mundo livre", lutando para manter um número maior de países sob o seu domínio político, econômico e ideológico. Acreditavam os EUA que, na atual luta ideológica, os povos famintos assimilariam mais facilmente a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas. Convicto de suas idéias, o governo americano inicia após a II Guerra Mundial um extenso programa de assistência técnica aos países pobres, especialmente àqueles

situados na América Latina (4).

A nível interno, em 1942, o Brasil e os EUA estabeleceram um convênio para o incremento da produção de gêneros alimentícios, provavelmente como resposta à preocupação de que

"povos famintos tem mais receptividade à propaganda política comunista..." (5).

Esse acordo foi prorrogado até 1944.

Em 1945, foi firmado um Acordo sobre a Educação Rural, que preparava mais diretamente a entrada do "Desenvolvimento de Comunidade" no Brasil (6). Tal acordo foi resultante de cooperação estabelecida entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a "Inter-American Educational Foundation, Inc". (Cooperação subordinada ao "Office of Inter-american Affairs", agência do Governo dos Estados Unidos), que se propunha estabelecer

"maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os países"

(7).

Desse Acordo resultou a criação da "Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais" (CBAR), junto ao Ministério da Agricultura, composta por técnicos

americanos e brasileiros, responsáveis pela execução do programa. Os EUA puseram à disposição da CBAR um corpo de especialistas em educação rural além de concederem bolsas de estudo para o "adestramento" de brasileiros naquele país (8). A técnica de trabalho sugerida pelo Acordo foi a adoção de Missões Rurais, para o campo. As Missões Rurais constituíam-se a partir da técnica do Desenvolvimento de Comunidade (9).

3. A Campanha Nacional de Educação Rural

Com a importação da técnica das Missões Rurais, que era parte constitutiva do programa do Desenvolvimento de Comunidade, estavam, pois, lançadas as bases para a criação da Campanha Nacional de Educação Rural no Brasil.

Durante os anos 50, a ONU empenhou-se em divulgar o "Desenvolvimento de Comunidade" (10) como medida para solucionar o problema da integração das comunidades carentes aos planos governamentais de desenvolvimento.

"Aderindo às recomendações da ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA) definiu uma política de assistência à propagação do Desenvolvimento da Comunidade para as Américas e criou junto à Divisão de Assuntos Sociais, uma unidade responsável pela divulgação e impulso desses programas no continente" (11).

Essa visão de integração preconizada pela ONU não levava em conta as contradições e desigualdades das sociedades, colocando no desenvolvimento das comunidades o meio de integrá-las à vida nacional.

No Brasil, o quadro político encaminhava-se no sentido de torná-lo cada vez mais receptivo às importações dessas ideologias. No governo de Dutra (1945-50),

"começavam as discussões sobre as fórmulas em relação ao desenvolvimento e qual delas seria melhor para o Brasil" (12).

No período governado por Vargas (1950-54), basta ressaltar o seu apoio ao Acordo Militar Brasil-EUA, resultante das preocupações geradas pela "guerra fria", que objetivava

preservar o "mundo livre" dos regimes e ideologias comunistas (13). Essa posição ia ao encontro dos interesses ideológicos dos EUA, naquele momento.

No ano de 1949, sob o patrocínio do governo brasileiro, da UNESCO e da União Pan-Americana, foi realizado no Brasil o Seminário Interamericano de Educação de Adultos. Tal evento reuniu profissionais de países com experiência em Desenvolvimento de Comunidade, como México, Venezuela e Guatemala. Através da análise dessas experiências, pretendia-se chegar a conclusões que permitissem assentar as bases para a adoção de um sistema de trabalho compatível com as idéias internacionais em relação à América Latina (14). Nesse Seminário, as preocupações expressas pela OEA e a UNESCO prendiam-se ao índice de analfabetismo existente na América. Em relação a esse problema, um representante da OEA manifestou-se dizendo que o analfabetismo representava

"um fator de desintegração nacional, um empecilho para o progresso e uma ameaça à paz social e para a vida democrática da América" (15).

Considerava-se, ainda, que nas zonas rurais encontravam-se os maiores contingentes de analfabetos. Assim, vinculava-se a educação de adultos à solução de problemas rurais, através de métodos de ação comunitária.

O Manual de Educação de Adultos, que resultou desse seminário, sugeria a adoção do Desenvolvimento de Comunidade e recomendava os serviços de cooperativas, missões rurais e extensão agrícola. Sugeria ainda que a orientação das campanhas comunitárias deveria passar da "ação extensiva" à "ação em profundidade", através da ação direta do governo e da cooperação popular. Conforme salienta Paiva,

"a ação de profundidade foi tentada através de uma Missão Rural de Educação de Adultos, lançada experimentalmente em Itaperuna, Rio de Janeiro, e que deu origem à Campanha Nacional de Educação Rural" (15).

A experiência de Itaperuna, iniciada em 1950, foi inspirada nos princípios e técnicas do Desenvolvimento de Comunidade, a partir das sugestões do Congresso Interamericano, que se constituiu num primeiro passo para uma série de programas vinculados ao Desenvolvimento de Comunidade, dos quais o mais importante seria a Campanha Nacional de Educação Rural (17). Em 1952, surge a Campanha Nacional de Educação Rural, decorrente da experiência de Itaperuna, inaugurando dessa forma, a nível nacional, um programa oficial pautado nas técnicas de Desenvolvimento de

Comunidade.

"A Campanha Nacional de Educação Rural adquire maior relevo na década, pela sua duração, magnitude e pelas repercussões mais diretas sobre o Desenvolvimento de Comunidade brasileiro" (18).

Segundo Ammann, a bandeira da educação de adultos, desfraldada no Seminário Interamericano, foi a grande estratégia usada pelas organizações internacionais e pela política nacional para a penetração do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. Isto, devido aos interesses nacionais e internacionais na expansão do sistema capitalista e na modernização do meio rural.

A Campanha Nacional de Educação Rural partiu da ótica de que as populações rurais eram "atrasadas", "incultas", "desajustadas", cabendo-lhe a função de integrá-las e adaptá-las à sociedade. Como já dissemos, essa visão de integração não levava em conta as contradições e desigualdades sociais, partindo da perspectiva de que a sociedade era harmônica, existindo apenas alguns setores "desajustados". No entanto, tal visão era também compactuada por Vargas, que buscava consenso entre as classes, além de acreditar que os setores atrasados poderiam pôr em risco a harmonia e o equilíbrio da sociedade. Nesse quadro político,

a Campanha Nacional de Educação Rural encontrará um terreno fértil para o seu desenvolvimento, conforme veremos nos capítulos que se seguem.

Notas Do Capítulo III

- (1) Eni Marisa Maia - "Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos?" Revista da Associação Nacional de Educação / ANDE. São Paulo, 3 : 5, 1982.
- (2) Idem, Ibidem, p.5.
- (3) Maria Teresa Lousa da Fonseca - A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985, (coleção Educação Popular), p.56.
- (4) Safira Bezerra Ammann - Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 6ª ed., São Paulo, Cortez, 1987, p.29/30.
- (5) Idem, Ibidem, p.29/30.
- (6) O "Desenvolvimento de Comunidade" foi institucionalizado pela ONU após a II Guerra Mundial, no momento histórico da deflagração da "guerra fria". Sobre essa técnica de trabalho trataremos posteriormente.

- (7) Brasil. Ministério de Relações Exteriores. *Atos Internacionais*, (230). Rio de Janeiro, 1946. In: Safira Bezerra Ammann, op. cit. p.31, (grifos meus).
- (8) Safira Bezerra Ammann - op. cit. p.31.
- (9) Conforme afirma Safira Bezerra Ammann: "As missões Rurais de Educação inspiram-se nas Missões Culturais Mexicanas, as quais fazem parte do acervo histórico do Desenvolvimento de Comunidade, como exemplo de equipes técnicas autóctones preparadas para a atuação em projetos rurais de melhoria local, vinculados à educação". Portanto, as missões rurais de Educação orientaram-se a partir das experiências das missões do México, que aqui no Brasil iniciaram-se em 1951 com a Experiência de Itaperuna, caracterizando-se num primeiro momento pelo seu caráter de mobilidade. No entanto, esse trabalho "volante" mostrou-se ineficiente, optando então a Campanha Nacional de Educação Rural pelas Missões Rurais de Educação fixas. Cf. Safira Bezerra Ammann, op. cit. p.52/53.

O surgimento das Missões Culturais do México foi decorrente da necessidade de formar pedagogicamente os missionários (voluntários que se dispunham a trabalhar nas zonas rurais). Elas surgiram em 1922, após o

triunfo da Revolução Social do México, quando o Governo Federal lançou uma campanha para a construção de escolas primárias para a população indígena ou mestiça. "Esta campanha cumpria a promessa feita pelos revolucionários, de melhorar a sorte das populações rurais, mediante a criação de um sistema de educação adequado". Em 1924, um grupo de professores deslocaram-se da cidade do México, para oferecer curso de aperfeiçoamento aos novos professores voluntários. Em 1938 estas missões foram abolidas, sendo que em 1943 são relançadas em novas bases. Desta vez, "o objetivo central era constituir um verdadeiro organismo de educação extra-escolar, capaz de exercer ação decisiva e direta sobre o indivíduo, a família e a comunidade, tendo em vista a melhoria das precárias condições de vida do povo". Cf. Guillermo Bonilha y Segura - "As Missões Culturais no México". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vol.14, nº (38):51 a 58, 1950.

- (10) Em 1956, a ONU definiu a técnica de Desenvolvimento de Comunidade pautada no conceito societário que se rege pelos supostos da "harmonia" e do "equilíbrio", como um "processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e

culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país". Cf. - CBCISS. Desenvolvimento de Comunidades Urbanas e Rurais. Rio de Janeiro, 1962, p.25. In: Safira Bezerra Ammann - Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 6ª ed, São Paulo, Cortez, 1987, p.32.

(11) Idem, *Ibidem*, p.33.

(12) Antônio Geraldo de Aguiar - Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 3ª ed., São Paulo, Cortez: Piracicaba:Universidade Metodista de Piracicaba, 1985, p.71.

(13) Antônio Augusto Faria e Edgard Luiz de Barros. Getúlio Vargas e sua época. São Paulo, Global, 1982, (História Popular, nº 8), p. 77.

Vale ressaltar que no governo de Vargas foi criada a Experiência de Itaperuna, que depois resultou na Campanha Nacional de Educação Rural, constituindo-se no primeiro passo desencadeador de uma série de programas de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.

(14) Sobre a realização desse Seminário, consultar Safira Bezerra Ammann, *op. cit.*, p.34, e especialmente Vanilda

Pereira Paiva - Educação popular e educação de adultos.
4ª ed., São Paulo, 1987, p.194/197.

(15) Vanilda Pereira Paiva, op. cit. p.195.

(16) Idem, Ibidem, p.196.

(17) Safira Bezerra Ammann - op. cit. p.35.

(18) Idem, Ibidem, p.35.

Ainda na década de 50, foram criados mais dois programas vinculados ao Desenvolvimento de Comunidade e, a exemplo da Campanha Nacional de Educação Rural, inspirados em experiências americanas, voltados para a modernização da agricultura. O primeiro deles foi o do Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criado em 1956, com o "objetivo de prestar assistência às famílias rurais através do crédito supervisionado e de atividades de "extensão-educação". Cf. Safira Bezerra Ammann - op. cit. p.35. Em relação a este programa, consultar ainda, Maria Teresa Lousa da Fonseca - A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital, especialmente os capítulos 3 e 4. O segundo programa, o do Serviço Rural (SSR), foi instituído pelo projeto de lei (nº 84 de 11/11/1948), sendo instalado em 1955. Sob a ação de um plano

racional e conjunto, pretendia desenvolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras. Para tanto, partiu da perspectiva de dotar os trabalhadores da agricultura de instituições assistenciais nos moldes das já existentes na cidade, como o SESI e SESC. Priorizou como qualificação profissional a formação de: capatazes, tratoristas, aradores, agricultores, horticultores, práticos de veterinária, de indústria de laticínios, de farinha, etc, de modo a aumentar a eficiência e a produtividade. Cf. Maria Julieta Costa Calazans - Estudo Retrospectivo da Educação Rural no Brasil. Rio de Janeiro, IEASE, 1979, (mimeografado), pp. 32-33.

A criação desses programas no meio rural, nas décadas de 40-50, objetivava reorganizar e racionalizar o processo de trabalho requerido pela modernização no campo. No meio urbano, essa preocupação existiu desde o fim da Primeira Guerra, ganhando corpo, porém, a partir de 1931, com a criação em São Paulo do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), conforme demonstra Maria Antonieta Martins Antonacci. Segundo essa autora, o IDORT, no período de 1931/1945, privilegiou "a formulação de estratégias de institucionalização de ciência e tecnologia em torno da organização racional e industrial", no processo de trabalho. Antonacci refletiu sobre as dimensões

políticas do uso desses métodos científicos, que não atendendo ao bem-estar dos trabalhadores, visava a submetê-los ainda mais à intensificação e subordinação do processo de trabalho aos desígnios do capital. Cf. Maria Antonieta Martines Antonacci - "Institucionalizar ciência e tecnologia - Em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931)". Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH / Marco Zero, 7(14):59-78, mar/ago de 1987.

PARTE II

UM PROJETO DE EDUCAÇÃO RURAL CAPITALISTA

PARTE II

Um Projeto de Educação Rural Capitalista

Pudemos perceber, através do capítulo anterior, a importância do surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural desenvolvida no Brasil, a partir dos anos cinquenta. Necessário se faz agora que investiguemos a natureza do projeto de trabalho da campanha, para que possamos, na parte final e nuclear de nossa pesquisa, entender o caráter profundo da relação entre Educação Rural e as classes populares na sociedade brasileira. Indagaremos sobre a natureza do projeto de trabalho da Campanha em dois momentos: primeiramente, investigando a sua organização e formas de atuação e, finalmente, explicitando os fundamentos filosóficos e ideológicos da Campanha Nacional de Educação Rural.

CAPÍTULO IV

A Campanha Nacional de Educação Rural: organização e formas de atuação

A Campanha Nacional de Educação Rural foi criada em 09 de maio de 1952, durante o segundo período de Vargas. Porém, somente em 27 de março de 1956, no Governo de Juscelino Kubistschek, ela foi definitivamente regulamentada, passando a dispor de verbas próprias, pelos decretos n.ºs. 38.955 e 39.871.

"O Art. 1.º do Decreto 38.955 estabelece que a finalidade da Campanha Nacional de Educação Rural é difundir a Educação de Base no meio rural brasileiro".

Explicita ainda o Art. 2.º que a Campanha Nacional Educação Rural

"destina-se a levar aos indivíduos e às comunidades os

conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem, eficazmente, do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem".

O Art. 3º detalha mais os objetivos da Campanha Nacional de Educação Rural. Ao tratar, na alínea d, da competência desse programa, diz que o seu

"objetivo é o de concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural, por meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e de trabalho".

A alínea c tem o seguinte enunciado:

"contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações rurais"(1).

Assim, através de tais artigos regulamentando a Campanha Nacional Educação Rural, percebe-se a existência da convicção por parte de seus mentores de que através da educação se resolveriam os problemas sociais existentes entre as populações rurais. Dentro dessa perspectiva, a educação rural era colocada como um fim em si mesma, servindo para acobertar os determinantes estruturais da condição a que estavam submetidos os camponeses dos anos 50. Ao invés de se abordar os problemas dos camponeses no contexto estrutural da luta de classe, eles eram deslocados ao nível do individual e da comunidade. Questões que determinavam a existência daquelas condições de precariedade e pobreza entre os camponeses, como a exploração capitalista da força de trabalho agrícola e a expropriação da terra, advindas com a modernização agrária dos anos cinquenta, eram aprovadas pela Campanha Nacional de Educação Rural, que explicava sistematicamente a origem da penúria dos camponeses pelo primitivismo e atraso de sua cultura. Assim, pois, a Campanha Nacional, comprometida com os interesses do

Estado, cuja tarefa era a de preservar as estruturas dominantes e favorecer o desenvolvimento do capitalismo, pela via da modernização do meio rural (2), vê na educação a solução para os problemas sociais dos camponeses.

A Campanha Nacional de Educação Rural nasceu num contexto histórico específico, para atender aos interesses dominantes internacionais e nacionais. Em relação aos interesses internacionais capitalistas, é bom lembrar, como foi dito anteriormente, que a Campanha Nacional foi um dos programas criados a partir de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos para a preservação do "mundo livre" da "ameaça" comunista. Quanto à política interna, as preocupações de JK iam no sentido de promover o "desenvolvimento econômico" como estratégia para se evitar a penetração do comunismo, garantindo preservar desse modo os "ideais democráticos". O desenvolvimento econômico era concebido como aglutinando a todos e uniformizando os interesses, independentemente da existência de classes sociais distintas e antagônicas. Afirmava ainda

"que todos poderiam dar a sua contribuição, já que seriam todos beneficiados com o desenvolvimento" (3).

Para o Presidente, a participação do povo no desenvolvimento econômico conduziria à eliminação da pobreza, não colocando em risco seus "ideais democráticos". Portanto, o surgimento

da Campanha Nacional de Educação Rural dentro desse contexto histórico teria como objetivo a manutenção da sociedade opressiva, atendendo aos interesses dominantes, ao invés de propor uma pedagogia que contribuísse efetivamente para a transformação social. Nesse contexto, nasceu, com a Campanha Nacional de Educação Rural, o que poderíamos chamar de Educação Rural Capitalista.

Partindo sempre do suposto de que os camponeses eram "atrasados", "ignorantes", "incultos", fato que os tornava um setor "desfuncional" na sociedade (4), a Campanha Nacional de Educação Rural desenvolveu sua pedagogia através da Educação Fundamental, definida pela UNESCO

"como um processo de mudança cultural, um reagente poderoso capaz de arrancar da inércia e da rotina a populações inteiras. Sua força renovadora de costumes, de prática, de padrão de vida, vem das próprias forças que sempre existem em estado latente em todas as comunidades, forças essas que exploram com recursos científicos de que dispõem" (5).

A Campanha Nacional de Educação Rural afirmava, porém, que esse tipo de educação não deveria ser confundido com "assistencialismo", pois, na "Educação de Base", por eles ministrada (6), o indivíduo era levado a compreender o valor dos bens e a obtê-los por si mesmo, princípio este, contudo, que nunca foi posto em prática pela própria Campanha. Concebendo as populações rurais como "vazias" e culturalmente "atrasadas", a Campanha Nacional de Educação Rural usou a Educação Fundamental como instrumento de combate ao "atraso camponês", através da criação das seguintes modalidades e organizações de trabalho:

"a-Missões Rurais, Fluviais, Litorâneas e Suburbanas;
b-Centros Sociais de Comunidade;
c-Centros Regionais de Educação de Base;
d-Centros de Treinamento de Professores Rurais e Auxiliares Rurais;
e-Centros de Orientação de Líderes Locais;
f-Centros de Treinamento de Cooperativismo;
g-Congressos, Conferências, Seminários, Campanhas Educacionais e Semanas Ruralistas" (7).

No plano operacional, entretanto, a Campanha Nacional de Educação Rural valeu-se sobretudo das Missões Rurais de Educação e dos Centros Sociais de Comunidade. O objetivo das Missões Rurais era o de

"levantar o nível da comunidade onde operavam, lançando mão, exclusivamente, de técnicas educacionais" (8).

Sua composição básica se dava pelo médico, agrônomo, assistente social e o educador, empregando ainda: dentista, veterinário, enfermeira, agente de economia doméstica, técnico de rádio, técnico de cinema e motorista, além de outros especialistas, dependendo das necessidades. As técnicas usadas pelas Missões Rurais eram: organização da comunidade, extensão agrícola, serviço social de grupo, educação sanitária, sendo estas técnicas reforçadas através de programas audio-visuais (9). O trabalho da Missão Rural dividia-se em três fases: 1. diagnóstico da região, com o levantamento dos problemas; 2. planejamento dos trabalhos; 3. atuação dos técnicos até o ponto onde a comunidade poderia "caminhar sozinha" (10). Esta última fase terminava com a formação de líderes (11).

O treinamento dos técnicos que constituíam as Missões Rurais era realizada nos E.U.A., ou nos próprios Centros de Educação de Base fundados aqui no Brasil e coordenados pela Campanha Nacional de Educação Rural. A

relação entre a Campanha Nacional e os EUA era muito estreita, devido aos convênios estabelecidos entre ambos, como pudemos constatar.

Em 1956, realizou-se um perfeito entrosamento financeiro, técnico e ideológico estabelecido entre a Campanha Nacional de Educação Rural e o Ponto IV e Campanha Nacional de Educação Rural e a CARE (Cooperativa Americana de Remessas para o Exterior dos EUA) (12), ambos de procedência americana. O acordo com o Ponto IV, do Governo dos EUA, através da "United States Operation Mission-Brazil", estabelecia uma cooperação com as organizações municipais, estaduais e federais

"que trabalhavam em prol do desenvolvimento dos níveis de padrões de vida das populações rurais" (13).

Através desse acordo se pretendia equipar vários Postos de Educação Audio-Visual. Nesse mesmo ano foram treinados, nos EUA, seis bolsistas selecionados pela Campanha Nacional de Educação Rural e pela United States Operation Mission-Brazil, para fazer um curso de um ano sobre comunicação e técnicas audio-visuais, junto à Universidade de Indiana-Bloomington (14). Por meio do convênio Campanha Nacional de Educação Rural - CARE (Cooperativa Americana de Remessa para o Exterior dos Estados Unidos da América), se efetivou a doação de ferramentas para agricultores e para carpinteiro

rural, pertences para curativos e socorros de urgência, além de Cr\$ 50.000,00 em dinheiro. Tais benefícios foram destinados aos Centros Sociais de comunidade, que receberam também, por diversas vezes, a visita de representante da CARE (15).

As áreas escolhidas para a implantação das Missões Rurais (16) eram aquelas que na avaliação da Campanha Nacional de Educação Rural podiam responder mais rapidamente às novas orientações educacionais. Nesse sentido, o alvo da Campanha Nacional de Educação Rural incidia sobre as regiões onde predominavam os pequenos proprietários, que, pelo fato de serem moradores fixos, asseguravam melhor a permanência de valores a serem introduzidos, sendo que o mesmo não acontecia com os "parceiros e rendeiros" pela sua itinerância (17).

Contando com o apoio do Prefeito do Município, da Igreja e dos fazendeiros, a Missão Rural instalava-se já com a preocupação em formar no povo uma mentalidade associativa, de cooperação, despertando dessa forma a consciência do princípio "self-help". Cabia à Missão Rural

"guiar a comunidade em torno de suas motivações" (18).

Essa organização se consolidaria no Centro Social de Comunidade. Ao orientador de tais Centros não competia a função de formular programas de atuação, mas estes deveriam partir das determinações da comunidade (19) "com a

assistência discreta do orientador" (20). Um dos objetivos básicos do Centro social de Comunidade (21) era

"proporcionar o desenvolvimento físico, moral, cultural e material da comunidade, oferecendo oportunidade a todos os comunitários para o desenvolvimento dentro desses grupos, o aperfeiçoamento e a melhoria individuais" (22).

Através desses Centros (23) se daria a formação da consciência comunitária.

Dentre as modalidades de trabalho da Campanha Nacional de Educação Rural, suas preocupações voltavam-se também para a formação filosófica e ideológica de seu corpo técnico. Assim a Campanha criou o Centro Regional de Educação de Base e o Centro de Treinamento de Educadores de Base.

No dia 7 de dezembro de 1956, instalou-se em Colatina - Espírito Santo, o primeiro Centro Regional de Educação de Base no Brasil, sob a orientação da Campanha Nacional de Educação Rural (24). Esse Centro destinava-se a "formar, treinar, aperfeiçoar e especializar pessoal necessário aos trabalhos da

Educação de Base desenvolvidos
pela Campanha Nacional de
Educação Rural" (25).

Em data anterior à instalação do centro, ou seja, em 1954, foram criados os Centros de Treinamento de Educadores de Base (26), que, através de um alto padrão didático e prático, objetivaram preparar técnicos já formados em cursos superiores, como os médicos, agrônomos, assistentes sociais, enfermeira, etc, para trabalharem nos setores de Chefia e Planejamento da Campanha nas Missões Rurais e Centro Social de Comunidade (27).

Ainda em 1954, a Campanha Nacional de Educação Rural instalou outros Centros de Treinamento que não visavam mais à formação de seu corpo técnico, a exemplo dos dois até agora tratados, mas "a levantar o padrão de vida das populações rurais através de seus ensinamentos" (28), como veremos a seguir:

a- CENTRO DE TREINAMENTO DE PROFESSORES E DE AUXILIARES RURAIS (29). Este curso, de caráter prático, preparava professores rurais a fim de que pudessem colaborar nos objetivos da Educação de Base, aperfeiçoando suas atribuições pedagógicas junto às escolas e orientando-os para o papel que lhes cabia de liderança social junto às comunidades. Também eram preparados, nestes cursos, elementos com certa base cultural para o auxílio dos trabalhos das equipes ou dos Centros Sociais de Comunidade

(Auxiliares Rurais). Estes Cursos de Treinamentos para professores giravam sempre em torno de temas, como: "A Árvore", "A Criança", "Os Animais", "A Horta", que serão discutidos no capítulo VII deste trabalho, mostrando como a programação desenvolvida junto às professoras rurais caminhava no sentido de levá-las a substituírem, na comunidade onde atuavam, aspectos da cultura camponesa considerados pela Campanha Nacional de Educação Rural como atrasados. Existiam ainda os CURSOS DE HABILITAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS, ministrados no Centro Regional de Educação de Base, em Colatina, que tinham os mesmos objetivos dos Cursos de Treinamento, porém eram realizados em regime de internato para adestrar professoras leigas que ainda não haviam iniciado a docência.

b- CENTROS DE ORIENTAÇÃO DE LÍDERES LOCAIS. Destinavam-se a preparar especialmente rapazes e moças para o trabalho de líderes comunitários divulgando as atividades das Missões Rurais e dos Centros Sociais de comunidades, visando sempre a elevar o padrão de vida das populações rurais (30).

c- CENTROS DE TREINAMENTO DE COOPERATIVISMO DE JOVENS(31). Para este curso, eram selecionados moços que "estavam habituados à vida do campo e ainda não contaminados pela influência negativa dos grandes centros", (32) para trabalharem em regime de cooperativas. O trabalho nestes Centros se dava através do desenvolvimento de projetos como, por exemplo: "O cultivo de mil pés de tomate", "Engorda de

20 porcos", "Cultura de hectares de milho, de feijão, de batata, etc..." A cooperativa da Campanha Nacional de Educação Rural fornecia todo o material necessário: maquinário, apetrechos, sementes, adubos, inseticidas e fungicidas. Após o término destes projetos, os jovens retornavam às suas localidades, sendo assistidos pelos técnicos da Campanha Nacional de Educação Rural (33).

Outras atividades eram desenvolvidas nos Centros de treinamentos e pelas Missões Rurais, a fim de promover as motivações necessárias para o trabalho educativo, tais como:

"clubes agrícolas: para crianças, adolescentes e adultos, com demonstração das práticas racionais da agricultura, lavouras demonstrativas, pomares demonstrativos, clubes de lavradores, caixa de socorros de urgência, centro de enfermagem, cursos de puericultura, pelotões de saúde, cursos de Educação Social, centros de reuniões pedagógicas, orientação e colaboração às escolas,

associações de pais e mestres, caixas escolares etc., clubes femininos: com cursos de corte e costura, trabalhos manuais, alimentação e culinária, enfermagem doméstica, recreação, artesanato e indústrias, domésticas e rurais, ensinamentos cívicos e democráticos, etc."(34).

A Campanha Nacional de Educação Rural organizou ainda atividades como: Pelotão da Saúde (35), Cooperativismo entre os meninos (36) e curso de educação para a maternidade (37).

A Campanha Nacional de Educação Rural preocupou-se também em aperfeiçoar a formação dos professores por ela treinados, além de criar curso para a alfabetização de adultos, como o da ESCOLA PRIMÁRIA RURAL DE APLICAÇÃO DE MÉTODOS, que foi oficializada pelo decreto nº 1367, de abril de 1958, funcionando em prédio especialmente construído pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do Ministério da Educação e Cultura, em Colatina-Espírito Santo. Tinha por finalidade

"realizar a complementação do treinamento pedagógico das professoras-alunas do Curso do Centro Regional de Educação de

Base, através dos estágios realizados no ensino primário" (38).

Ainda no terreno da alfabetização de adultos, foi criado o CURSO SUPLETIVO NOTURNO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE BASE, (39) que funcionava no Prédio da Escola Rural de Aplicação de Métodos, tendo iniciado suas atividades em fevereiro de 1958, em prosseguimento ao Curso Noturno de Alfabetização de Adultos do Centro Regional de Educação de Base, extinto em 1957.

1. Fundamentos Filosóficos e Ideológicos da Campanha Nacional de Educação Rural

O caráter capitalista da Educação Rural ficou demonstrado no item anterior, ao investigarmos a organização e as formas de atuação da Campanha Nacional de Educação Rural. A identificação capitalista do trabalho da Campanha aparecerá, ainda de forma mais clara, ao explicitarmos agora os seus fundamentos filosóficos e

ideológicos. Tal identificação associa-se à difusão do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, que, a partir dos anos 50, estimula o surgimento de intelectuais brasileiros representando o pensamento dessa teoria. Tal produção intelectual influenciará decisivamente o trabalho da Campanha Nacional de Educação Rural.

Uma das primeiras publicações desse teor surge em 1952, quando o Ministério da Agricultura edita a obra Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna. Esse trabalho fornecia elementos que propunham

"indicar no plano nacional, diretrizes técnicas de processos educativos e assistenciais visando à melhoria das condições de vida econômica e social do meio rural", tendo como "método de trabalho o de organização social da comunidade" (40).

Ele teve grande repercussão no Brasil, oferecendo posteriormente subsídios para a Campanha Nacional de Educação Rural, já que esta nasceu a partir da experiência de Itaperuna.

Outra obra importante surge em 1957, quando o sociólogo José Arthur Rios, fundador e coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural (41), publica trabalho

fundamentado na educação de comunidade, entendendo-a como meio para

"promover o levantamento dos níveis e padrões de vida de uma comunidade inteira, através do planejamento democrático de suas possibilidades e recursos" (42).

A influência do pensamento de Rios nos trabalhos da Campanha Nacional desponta não só através dessa obra, como também pelos seus artigos publicados na Revista do programa (43). Sua contribuição deu-se também através de comunicação realizada no Seminário de Educação de Adultos, nos dias 12 a 26 de maio de 1957, em Porto Alegre (44).

Ainda nos anos 50, é publicada a terceira obra sobre Organização de Comunidade, sob autoria de Balbina Ottoni Vieira (45). Em relação a esta publicação, denominada Introdução à Organização Social da Comunidade, não encontramos referência feita pela Campanha Nacional, apesar de crermos que, em função dos seus objetivos, certamente também subsidiou os trabalhos dessa Campanha, de alguma forma.

Tratemos, agora, dos aspectos essenciais de cada uma dessas obras, mostrando como o pensamento das mesmas se articula e fundamenta os trabalhos da Campanha Nacional de

Educação Rural, sendo possível, através delas, traçar os aspectos filosóficos e ideológicos do programa.

Em relação à primeira obra, que descreve a Experiência de Itaperuna, Safira Ammann fez a seguinte apreciação:

"A despeito de pretender desdobrar-se ulteriormente a municípios limítrofes que abrangeriam três distintos Estados, a atuação da Missão Rural se dá em âmbito municipal e em resposta a problemas locais, sem repercussão nas estruturas sociais. A extensão agrícola, pautada no modelo americano, limita-se ao 'fomento à produção de hortaliças, emprego de boa semente, organização de clubes agrícolas, conservação dos recursos naturais, combate às pragas e assistência pecuária', não constando entre as atividades, por exemplo, reflexões e ações sobre a

estrutura agrária e sobre as relações sociais de produção vigentes no meio rural brasileiro" (46).

A ênfase política da publicação relativa à Experiência de Itaperuna recai, pois, na fragmentação localista. Segue essa mesma orientação o trabalho de José Arthur Rios. Em sua obra Educação dos Grupos, ele defende a idéia de que

"não há democracia sem um mínimo de regionalismo, de localismo, de municipalismo" (47).

O trabalho de Rios, a partir dessa postura, ao invés de engajar os grupos e as comunidades, e mais especificamente as classes populares, nos processos decisórios da nação, acaba - como diz Safira Ammann - por promover a fragmentação e isolamento desses grupos e comunidades em ações e decisões de âmbito estritamente local (48). Isto, evidentemente, é estratégico para contrapor-se ao movimento dos camponeses (Ligas Camponesas, processo de sindicalização e inúmeras revoltas por todo o Brasil), que nesse momento projetavam nacionalmente a sua luta.

Percebe-se o mesmo "localismo" desmobilizador em relação à obra Introdução à Organização Social da Comunidade, de Balbina Ottoni Vieira. Seu objetivo era o de "despertar nas obras sociais o interesse pelo crescimento

social da comunidade onde operam". Para a autora, o conceito de comunidade restringe-se a "um conjunto residencial, um povoado, uma vila, um bairro, uma cidade" (49). Safira, ao apreciar tais informações, diz apropriadamente que

"não se coloca, pois, ali, a problemática global nem específica da sociedade brasileira e são reproduzidas as características americanas da Organização Social da Comunidade, na medida inclusive em que centra sua estratégia na obra social, concebida esta como 'uma estrutura através da qual um grupo de indivíduos procura, sem idéia de remuneração ou de lucros para a organização, solucionar e prevenir problemas sociais, educar indivíduos e grupos e promover o bem estar da comunidade' "

(50).

No que diz respeito aos fundamentos teóricos dessas obras, tanto a Experiência de Itaperuna, como a Introdução à Organização Social da Comunidade, embasam-se na

teoria de Augusto Comte, adotando, para sua estratégia de ação, o tripé positivista: o indivíduo, a família e a comunidade. Confere-se ênfase especial ao trabalho junto à família, para que esta possa ter atuação eficaz junto à comunidade. Por ser considerada instituição de controle e de manutenção da ordem, a família é vista pelo positivismo como símbolo da hierarquia, da obediência e da autoridade que devem reger a sociedade (51). No interior da família, é dada ênfase especial à mulher. O positivismo vê na mulher a necessidade de que a mesma desempenhe o papel de guardiã da moral e simbolize a veneração, enquanto mãe, e devoção, enquanto esposa e filha (52). A idéia de localismo veiculada por essas obras também se articula com a teoria positivista, na medida em que esta teoria não nega as diferenças no interior da sociedade, porém acoberta o antagonismo de classe. Nesse sentido, as obras referidas procuram dar soluções e restringir os problemas ao nível da comunidade, da região, sem articulá-los à sociedade global e às estruturas que os determinam, ignorando a existência de classes sociais antagônicas.

Essas três obras, publicadas na década de 50, especialmente a Experiência de Itaperuna e a Educação dos Grupos, de José Arthur Rios, constituíram-se em pilares de sustentação dos fundamentos filosóficos e ideológicos da Campanha Nacional de Educação Rural (53). Não é sem razão, pois, que o trabalho da Campanha privilegiou a atuação junto

à família camponesa, conforme veremos na parte III de nossa pesquisa.

Além do positivismo comteano presente nessas obras, é preciso distinguir, especialmente na obra de José Arthur Rios, a contribuição da teoria funcionalista adquirida da leitura de autores da sociologia americana e, sobretudo de Talcott Parsons. Sobre o trabalho de José Arthur Rios, Safira Bezerra Ammann tece as seguintes considerações:

"A grande tônica desse trabalho é a noção de integração, com a qual Rios embasa seu conceito e sua tipologia de comunidade. Para ele, existem três ordens de comunidade: a imatura, a integrada e a desintegrada. A comunidade integrada, seguindo os postulados funcionalistas, é apresentada como modelo ideal onde 'a cooperação é plena e total' e onde se registram características, tais como: alto grau de sociabilidade e civismo; sistemas avançados de

agricultura e indústria; elevados padrões de vida e educação; grupo familiar forte; coexistência pacífica das religiões e das classes sociais, 'não havendo distinção social entre o proprietário, o gerente e a mão-de-obra'; grande estabilidade social, contribuindo 'para um mínimo de problemas sociais, crime, prostituição, miséria, êxodo'; 'as agências de serviços sociais trabalham coordenada e eficientemente, atalhando os focos de possíveis problemas e colaborando estreitamente com as autoridades na sua solução'; 'a liderança se acha bastante disseminada, não monopolizada por grupos ou classes'; a participação política é intensa; não há preconceitos contra o trabalho manual; altos índices

culturais artísticos e 'a recreação sadia, o equilíbrio social e espiritual explicam a ausência de tensões, conflitos ou frustrações' " (54).

Ora, todos esses traços da teoria funcionalista estarão também presentes na atuação prática da Campanha Nacional junto aos camponeses, conforme analisaremos também na parte III de nosso trabalho. A noção funcionalista de "comunidade imatura" ou "atrasada" permitirá a intervenção ampla dos técnicos da Campanha na cultura camponesa, nos aspectos relacionados ao lazer, procurando instituir uma "recreação sadia" na "comunidade". Vários outros temas serão também tratados sob os pressupostos do funcionalismo, como, por exemplo, a questão do "civismo", da "liderança", dos "problemas sociais", etc. Ainda em relação às obras Educação dos Grupos e Experiência de Itaperuna, temos a dizer que ambas estão vinculadas à política desenvolvimentista. Esta última apresenta-se articulada à política desenvolvimentista, na medida em que, para responder aos interesses das classes dominantes no sentido da "modernização do meio rural", procura "desenvolver entre as populações adultas 'marginalizadas', o sentido de ajustamento social" (55), tal como preconizava a ideologia desenvolvimentista. Ainda recorrendo a Safira Ammann, é preciso dizer também, que a obra Educação dos Grupos, de

Rios, "insere-se numa política nacional - desenvolvimentista cujo eixo nuclear é a modernização, com salvaguarda da paz social" (56). Dentro desse espírito, para que se realizem os valores da paz social e do bem comum, Rios

"estabelece algumas estratégias dentre as quais figuram o controle social pelas instituições básicas da sociedade que fornecem as normas de conduta dos indivíduos, o combate a "ideologias indesejáveis", como o comunismo, e o assentamento de um consenso social legitimado nas lideranças locais" (57).

A preservação da paz social pelo combate às "ideologias indesejáveis", que é assumida por Rios nesta obra, vai ao encontro da política desfraldada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, naqueles anos:

"Deixei claro que o intuito básico do Programa de Metas era defender o nosso modo de viver contra a ofensiva de ideologias opostas a nossas crenças cristãs e a nossas

instituições democráticas.
(...) O problema do comunismo,
sua expansão e articulação
como movimento político
internacional continua a ser
preocupação constante do
Governo" (58).

É por essa razão que as práticas da Campanha Nacional de Educação Rural estiveram também vinculadas aos propósitos desenvolvimentistas, conforme demonstra nossa análise da parte III deste trabalho.

Finalizando, a partir das reflexões até agora desenvolvidas em torno da constituição filosófica e ideológica que sustentou teoricamente a Campanha Nacional de Educação Rural, podemos dizer que esse programa edificou-se a partir da coexistência entre as diversas correntes de pensamento que estavam a serviço da expansão do capitalismo, tais como o Desenvolvimento de Comunidade, a filosofia tomista, o positivismo e o funcionalismo. Tais influências teóricas, aliadas à ideologia desenvolvimentista vigente no período, ao integrarem o suporte filosófico e ideológico da Campanha Nacional de Educação Rural, permitem-nos defini-la como um programa de Educação Rural Capitalista. A partir da análise de seu conteúdo, é possível concluir que a pedagogia definida por esse programa e executada pelo conjunto de técnicos e educadores nele engajados, constituiu-se em

instrumento de subordinação dos camponeses à exploração
capitalista (59).

Notas do Capítulo IV

- (1) Campanha Nacional de Educação Rural. "Regulamentação definitiva e fundo especial para a Campanha Nacional de Educação Rural". Rio de Janeiro, Ministro da Educação e Cultura, (3):10, 1ª sem., 1956.
- (2) Brandão, ao refletir sobre como a classe dominante concebe a educação a partir de seus interesses, ressalta que em nome do processo educativo se recobre a dimensão política dos programas educativos. Nesse sentido, "a educação como programa formalizado, é parte do aparelho de que classes sociais ou grupos de controle do poder político lançam mão para realizar alguns de seus interesses e objetivos políticos de domínio, ocultos sob propostas de "democratização" através da educação". Cf. Carlos Rodrigues Brandão - "Da Educação Fundamental ao Fundamental da Educação". Cadernos do CEDES, São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, (1):7, 1980.
- (3) Cf. Miriam Limoeiro Cardoso - Ideologia do desenvolvimento: o Brasil JK - IQ. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- (4) Calazans, ao criticar o caráter autoritário da Campanha Nacional de Educação Rural em conceber o camponês como vazio de saber e culturalmente atrasado, observa que a "possibilidade de se pensar esse vácuo social, educacional, estético ou econômico é dado pela postura que tende a reconhecer no diferente, não a alteridade, mas o ausente. Se uma sociedade é diferente da minha, assim o é porque é vazia de minha própria sociedade".

Cf. Maria Julieta Costa Calazans et alii - "Questões e Contradições da Educação Rural no Brasil". In: Jorge Werthein e Juan Diaz Bordenave (Coord.). Educação Rural no Terceiro Mundo: Experiências e novas alternativas. Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia T.L. Carregal, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, (Coleção Educação e comunicação; vol. 5.), p.172.

- (5) Cf. Diamantina Costa Conceição - "Qual o melhor processo para dinamização e o desenvolvimento cultural e econômico dos municípios brasileiros?". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):11, julho de 1954.

- (6) No decorrer da documentação da Campanha Nacional de Educação Rural, encontramos referências à Educação

Fundamental e à Educação de Base, tidas como sinônimos, não se estabelecendo particularidades em relação aos objetivos de cada uma delas. Ao contrário disso, Brandão, ao referir-se sobre os programas de educação popular no Brasil entre as décadas de 50 e 60, diferencia os dois tipos de educação usados nesses programas. Segundo esse autor, é possível estabelecer-se dois polos de origem das formas atuais de educação popular: no caso da Educação Fundamental, ela é proposta e patrocinada pela UNESCO (que é o caso da Campanha Nacional de Educação Rural), no caso da Educação de Base, ela é de origem mais francesa, com vínculos cristãos. Em relação à Campanha Nacional de Educação Rural, ao que tudo indica sua orientação pedagógica caminhou no sentido de combinar esses dois tipos de educação, dando, porém, uma ênfase maior à Educação Fundamental associada ao Desenvolvimento de Comunidade. Brandão afirma, ainda, que tal associação ocorreu no momento em que "começava a interessar aos governantes um nível mais estrito de organização popular...". Ou seja, é uma das formas de se manter sob controle os grupos populares. Cf. Carlos Rodrigues Brandão - "Da educação fundamental ao fundamental da educação". Cadernos do CEDES. São Paulo, Cortez Editora / Autores Associados, Ano I, nº 1, p. 5 a 13.

- (7) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Noticiário - Informação do País". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):218, julho de 1954.
- (8) José Arthur Rios - "Educação de Base e Missão Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):140, 1955.
- (9) Muito contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos da Campanha Nacional de Educação Rural, relacionados aos recursos audio-visuais, os convênios estabelecidos entre ela e o Ponto IV dos EUA e da colaboração do Instituto Nacional de Cinema (I.N.C.E.), ao oferecer o apoio técnico à Campanha Nacional de Educação Rural na produção de Filmes relacionados com os problemas rurais do Brasil. /
- Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "A Campanha Nacional de Educação Rural. Produzindo seus filmes Educativos:" Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):9, 1956.

Vale ressaltar que o Ponto IV é um dos organismos vinculados aos E.U.A. interessado na expansão da ideologia da modernização e do modo de

produção capitalista, atendo-se, para isso, nas técnicas educativas por meio de materiais áudio-visuais.

- (10) José Arthur Rios- "Educação de Base e Missão Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 2:140, 1955.
- (11) Encontramos na revista da Campanha Nacional de Educação Rural, um artigo sobre "Como descobrir os líderes funcionais?", que foi inicialmente publicado no Boletim Trimestral da UNESCO, Education de base et education des adultes-abril 1954, e traduzido pela assistente Social Cecília de Castro Souza, do 3º Centro de Treinamento de Educação de Base e Orientadora da Campanha Nacional de Educação Rural. Esse artigo discute a eficiência do uso da técnica sociométrica do psicodramacista J.C. Moreno para a elaboração do sociograma, associada ao efeito de demonstração, como um recurso técnico e didático para se descobrir os camponeses com certo grau de liderança e que são mais receptíveis aos ensinamentos e técnicas modernas da agricultura capitalista. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Como descobrir líderes funcionais?" Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):116-125, 1ª sem., 1956.

- (12) A CARE (Cooperativa Americana de Remessa para o Exterior dos Estados Unidos da América) é um organismo particular, sediado em New York, que "conta com o apoio do governo dos Estados Unidos e colabora com as Nações Unidas. Seus recursos são oriundos de contribuições voluntárias de indivíduos e de organizações particulares em todo o mundo. Colabora com material junto às organizações que se aplicam, com resultados concretos, à educação popular. Não tem fins lucrativos, sendo sua finalidade entrosar todos os países num movimento de boa vontade e de colaboração mútua". Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "A realidade e a grandeza do trabalho em equipe entre Entidades Públicas e Particulares no Brasil". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):34, 1ª sem., 1956.
- (13) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Plano de cooperação entre a Campanha Nacional de Educação Rural e o Ponto IV". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):50, 1ª sem., 1956.
- (14) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "A Campanha Nacional de Educação Rural e o Ponto IV: programação do curso áudio-visual para os bolsistas na

Universidade de Indiana, Bloomington - Indiana". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (4):84, 2ª sem., 1956.

- (15) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "A realidade e a grandeza do trabalho em equipe entre Entidades Públicas e Particulares no Brasil". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):34, 1ª sem., 1956.

- (16) Em 1954, a Campanha Nacional já contava com um grande número de Missões Rurais em funcionamento em diversos Estados, e outras em fase de instalação, conforme se pode conferir abaixo:

- "- PALMEIRA DOS ÍNDIOS - (Estado de Alagoas), atuando nas comunidades de Cacimbinhas, Colônia, Igaci, Canafístula e Palmeira dos índios.
- CRUZ DAS ALMAS - (Estado da Bahia), atuando nas comunidades de: Araçá, Santa Terezinha, Sapucaia, Pau Mulatino, Taboleiro da Vitória, Aldeia, Chapada, Poções, Cadete, Três Bocas, Tuá, Velame, Bebe Água, Tapera, Embira.
- FEIRA DE SANTANA - (Estado da Bahia), atuando nas comunidades de Pé de Serra, Sobradinho, Boa Vista, Gameleira, Olhos D'água, Maria Quitéria, Matinho e Pacatá.

- SERRINHA - (Estado da Bahia), atuando nas comunidades de Retiro, Chapada, Bela Vista e Tanque Grande.
- MISSÕES em instalação no Estado da Bahia: Jequié e Ipiáu, Barreiros e Angical, Seabra, Senhor do Bonfim.
- ITAPAGÉ e BATURITÉ - (Estado do Ceará), atuando nas comunidades de Santa Luzia, Cruz, Soledade, Itapagé, Uruburetama, Pacotí, Guaramiranga, Apuiarés, Itapipoca.
- SOBRAL - (Estado do Ceará), atuando nas comunidades de Monte Castelo, Pedrinha, Cidão, Coração de Jesus, Patrocínio, Estação, Fortaleza, Saúde.
- BACABAL - (Estado do Maranhão).
- VARGINHA - (Estado de Minas Gerais), atuando nas comunidades de Anta, Vargem Grande, Mata da Onça, Rimanso, Bela Vista, Pedra Negra.
- JANUÁRIA - (Estado de Minas Gerais), atuando nas comunidades de Brejo do Amparo, Bela Vista, Levinópolis, São José do Patrocínio.
- MISSÃO em instalação no Estado de Minas Gerais: São João Del Rei.
- PARAÍBA DO SUL - (Estado do Rio de Janeiro), atuando nas comunidades de Inconfidência, Queima-Sangue, Cavaru, Werneck.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - (Estado do Rio de Janeiro), atuando nas comunidades de Santa Cruz, Valverde, Boa Vista, Contendas, Jaguará, Córrego Sujo, Tristão

- Câmara, Posu, Parada Moreli.
- NÍSIA FLORESTA - (Estado do Rio Grande do Norte), atuando nas comunidades de Pirangi, Alcaçuz.
 - OSÓRIDO - (Estado do Rio Grande do Sul), atuando nas comunidades de Morro Azul, Maquiné, Costa, Aguapé, Encruzilhada, Marquês de Herval.
 - ALEGRETE - (Estado do Rio Grande do Sul), atuando nas comunidades de Encruzilhada, Vasco Alves, Pinheiros, Posso Novo.
 - MISSÕES em instalação no Rio Grande do Sul:
 - TORRES, abrangendo 4 distritos
 - SANTO ANTÔNIO, abrangendo 7 distritos
 - GRAVATAÍ, abrangendo 3 distritos
 - VIAMÃO, abrangendo 2 distritos
 - PINHAL, (Estado de São Paulo), atuando nas comunidades de Jaquaribe, Santa Luzia, Fazenda da Glória, Parque Municipal, Santa Maria, Areia Branca.
 - MISSÃO em instalação no Estado de São Paulo:
 - BIRIGUI, atuando em toda a zona rural do município". Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "O que é a Campanha Nacional de Educação Rural e o que vem fazendo, há 2 anos, pela recuperação dos municípios rurais brasileiros, através do processo de Educação de Base". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):15-16, julho de 1954.

(17) Miguel Alves de Lima - "O problema da escolha de áreas de trabalho na Campanha Nacional de Educação Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):31, julho de 1954.

(18) Diamantina Costa Conceição - "Centros Sociais de Comunidade". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):140, 1ª sem., 1956.

(19) A Campanha Nacional de Educação Rural reitera por diversas vezes esse argumento, enfatizando que se as decisões fossem "colocadas de cima para baixo, dentro da comunidade ao sabor e ao arbítrio dos técnicos ou patrocinadores, o Centro Social de Comunidade desabaria". Cf. op. cit., p.143.

No entanto, contraditoriamente a essa preocupação, a Campanha Nacional de Educação Rural sempre partiu do suposto de que o camponês era atrasado culturalmente, necessitando adotar os referenciais da "cultura avançada", importada e difundida por tal programa.

(20) op. cit., p.142.

- (21) Vale ressaltar ainda que "desde a década de 40 inúmeros Centros proliferavam-se pelo Brasil principalmente sob a orientação da Igreja Católica e do Serviço Social, mas a sua institucionalização e respaldo oficial se deveram à Campanha Nacional de Educação Rural". Cf. Safira Bezerra Ammann - Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, 6ª ed., São Paulo, Editora Cortez, p.51.
- (22) Diamantina Costa Conceição - "Centros Sociais de Comunidade". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):140, 1ª sem, 1956.
- (23) Em 1954, além daqueles Centros Sociais de Comunidades que estavam se organizando sob orientação das Missões Rurais, encontravam-se em atividades os seguintes:
- Estado do Ceará: Caucaía, Itapagé, Apuiarés, Itapipoca, Capuan e Sobral, nas comunidades de Ubajara, Taparuaba, Santana do Acarau, Ibiapina, Coreau e Meruoca.
- Rio Grande do Norte: São Paulo do Potengi, Riachuelo, Cachoeira do Sapo, Potengi, São Pedro, Ponta Negra, Pirangi do Norte, Itaretama, Pedro Velho, São Rafael, Santana de Mattos, Touros, São José do Mipibu, Canquaretama, São Tomé, Santa Cruz, Nova Cruz, em

Itaretama havia mais 14 Centros em diversos Municípios. Estado de São Paulo: (Litoral Paulista) - Tupiniquins, Jaraçatiá, Miracatu, Juquiá, Apiaí, Morro Agudo, Barra do Chapéu, Iporanga, Ribeira, Ana Dias, Maranduba, Peruíbe, Biguá, Sete Barras, Itupamirim, Musácea, Três Irmãos e Jaquará, em organização. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "O que é a Campanha Nacional de Educação Rural e o que vem fazendo, há 2 anos pela recuperação dos municípios rurais brasileiros, através do processo de Educação de Base". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):16 e 17, julho de 1954.

- (24) A solenidade contou com a presença do Ministro da Cultura, Clóvis Salgado, do Governador do Estado, Francisco Lacerda de Aguiar, e do representante da QNU, Mr. Henry Laurentie, além de outras autoridades. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "A Criação e o Desenvolvimento do Centro Regional de Educação de Base (CREB), de Colatina, Espírito Santo". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):3, 1961/1962.

- (25) Para atingir seus objetivos, a Campanha Nacional de Educação Rural organizou um programa de atividades, assim distribuído:

"a - Serviço de Extensão Educativa e Cultural;
 b - Cursos de Habilitação de Professores Rurais;
 c - Cursos de Treinamento de Professores Rurais;
 d - Núcleo de Orientação de Líderes Rurais;
 e - Núcleo Cooperativo de Treinamento Agrícola;
 f - Núcleo Cooperativo de Treinamento Artesanal;
 g - Cursos de Treinamento de Educadores de Base;
 h - Cursos de Especialização em Educação de Base;
 i - Cursos de Formação de Auxiliares Rurais;" Cf.
Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - op.
 cit. p.24. Cf. op. cit., p.24

(26) Nesse ano, tais Centros de Educadores de Base encontravam-se localizados nos seguintes municípios: Cruz das Almas - Bahia; Pará de Minas - Minas Gerais; Pinhal - São Paulo; Osório - Rio Grande do Sul. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura - (1):19, julho de 1954.

(27) op. cit., p.19.

(28) Idem, Ibidem - loc. cit.

(29) A Campanha Nacional de Educação Rural realizou esse curso nos seguintes Centros: Palmeira dos Índios

(ALAGOAS); Mecejana (CEARÁ); Betim, Dismantina, Pará de Minas, Viçosa, Pirapora, Teófilo Otoni (MINAS GERAIS); Natal (RIO GRANDE DO NORTE); Osório e Santa Maria (RIO GRANDE DO SUL); Cruz das Almas (BAHIA). Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):17, julho de 1954.

(30) Em 1954, a Campanha Nacional de Educação Rural orientava os seguintes Centros de Líderes Locais: Mecejana e Sobral (CEARÁ); Barra (BAHIA); Santos (Estado SÃO PAULO); Fortaleza (CEARÁ), com 10 centros localizados nos subúrbios, em colaboração com a Prefeitura Municipal. Cf. op. cit., p.19.

(31) Esses Centros estavam sendo instalados nos municípios de: Pará de Minas e Esmeraldas (MINAS GERAIS); Santa Maria (RIO GRANDE DO SUL); Ilha Bela e Avaré (SÃO PAULO). Cf. op. cit., p.18.

(32) Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):18, julho, 1954.

(33) Cf. Francisco Gago Lourenço Filho - "A valorização das zonas rurais pela Educação da liderança local". -

- Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):39, julho, 1954.
- (34) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):15, julho, 1954.
- (35) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Pelotão da Saúde". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):148, 1961/62.
- (36) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Como trabalha uma equipe de Missão Rural da Campanha Nacional de Educação Rural". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):109, 1955.
- (37) Nehyta Martins Ramos - "A Missão Rural educando a mulher rural para a maternidade". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):123, 1955.
- (38) Em 1958, essa escola contava com 26 alunos entre 8 e 12 anos de idade. Os alunos desenvolviam atividades extra-classe, com o acompanhamento das "professoras-alunas", que se constituíam no Clube Escolar, através

de: Museu Escolar, Jornal Mural, atividades agrícolas, vendinha escolar e biblioteca. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Escola Primária Rural de Aplicação de Métodos". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):162 e 163, 1961/62.

(39) Compunham o currículo desse curso as disciplinas de: "ciências, história, linguagem, matemática, conhecimentos gerais e englobadamente noções de sociedade e de higiene, bem como esclarecimentos quanto aos processos de Educação de Base". Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Curso supletivo noturno do Centro Regional de Educação de Base: alfabetização de adultos". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):245, 1961/62.

(40) Cf. Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952, p.11.

(41) José Arthur Rios compôs a primeira equipe que organizou os trabalhos da Campanha Nacional de Educação Rural, entre 1950 e 1951. No ano subsequente, ele foi designado coordenador, permanecendo até 1953. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura,

(Microfilme), (8):13 e 30, 1ª sem., 1959.

(42) José Arthur Rios - Educação dos Grupos . Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, (Microfilme), p.18, 1957.

(43) Estes foram os artigos que José Arthur Rios publicou nas Revistas da Campanha Nacional de Educação Rural:

- José Arthur Rios - "Educação de Base e Missão Rural".

Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):135-144, 1955.

- ----- - "O conceito de rural e urbano". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):104-144, 1ª sem., 1956.

- ----- - "O planejamento e suas fases". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (4):110-116, 2ª sem., 1956.

- ----- - "A educação dos grupos e a comunidade". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural; Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (Microfilme), (5):64, 1957.

(44) O objetivo desse Seminário foi discutir o processo da técnica de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. A participação de José Arthur Rios no evento deu-se através de uma comunicação, na qual ele se baseou, entre outros, em Jacques Maritain e Padre Lebreton, filósofos que retomaram São Tomás. Cf. Antônio Geraldo de Aguiar - Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá - 3ª ed., São Paulo, Cortez / UNIMEP, 1985, p.28.

A simpatia de Rios pela filosofia tomista também aparece em alguns de seus artigos citados na nota anterior.

Vale dizer que esse Seminário contou com a participação do Prof. João Pedro dos Santos, executor da Campanha Nacional de Educação Rural no Rio Grande do Sul, na qualidade de representante de um programa pautado nas técnicas de Desenvolvimento de Comunidade. Ele participou de todos os debates, demonstrando materiais fotográficos do trabalho da Campanha Nacional de Educação Rural, além de propiciar aos congressistas a visita às áreas de atuação desse programa no Rio Grande do Sul. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (Microfilme), (5):43, 1957.

(45) Balbina Ottoni Vieira - Introdução à Organização Social da Comunidade. Rio de Janeiro, Serviço Social do

Comércio, 1958.

- (46) Safira Bezerra Ammann - Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 6ª ed., São Paulo, Cortez, 1987, pp.39-40.
- (47) José Arthur Rios - Educação dos Grupos. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária (Microfilme), p.7, 1957.
- (48) Safira Bezerra Ammann - Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 6ª ed., São Paulo, Cortez, 1987, p.39.
- (49) Balbina Ottoni Vieira - Introdução à Organização Social da Comunidade. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, 1958, apud: Safira Bezerra Ammann - Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 6ª ed., São Paulo, Cortez, 1987, p.40.
- (50) Safira Bezerra Ammann - op. cit. p.40.
- (51) Sobre os pressupostos do positivismo comteano em questão, consultar: Ruy Coelho - Indivíduo e Sociedade na Teoria de Augusto Comte. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., Boletim nº 297,

1963.

(52) Safira Bezerra Ammann - op. cit. p.41.

(53) A Campanha Nacional de Educação Rural também foi influenciada, em sua constituição filosófica e ideológica, pelos pressupostos teóricos adotados pelo Serviço Social brasileiro, que, a partir da década de 40, importava dos EUA o funcionalismo e a filosofia tomista. Cf. Antônio Geraldo de Aguiar - Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 3ª ed., São Paulo, Cortez : UNIMEP, 1985, pp.57-58. Ainda em relação à influência norte-americana que o serviço social sofreu na década de 40, Yamamoto afirma que, caminhando no sentido de definir suas áreas preferenciais de atuação técnica, "aprofunda-se, no plano do ensino, a influência norte-americana, voltando-se o Serviço Social ainda mais para o tratamento, nas linhas da psicologia e psiquiatria, dos desajustamentos psicossociais". Cf. Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho - Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica - metodológica. 6ª ed., São Paulo, Cortez, (Lima - Peru) : CELATS, 1988, p.350.

Estas novas orientações do Serviço Social exerceram influência nos trabalhos da Missão Rural de Educação de Itaperuna e também na Campanha Nacional de

Educação Rural, na medida em que esses programas tratavam as populações rurais como "desajustadas".

A influência da filosofia tomista na Campanha Nacional de Educação Rural se fará presente através de Rios (nota nº 5) e de Aylida Pereira, que, na qualidade de assistente social, compôs a primeira equipe da Experiência de Itaperuna. Em relação a esse pensamento, afirmava a autora: "Sem uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a atividade da assistente social será falha, porque lhe faltarão os elementos que garantem uma ação educativa, que é visada pelo Serviço Social". Tal ação educativa deveria despertar o sentido social através da análise dos problemas da realidade, com propostas de "soluções possíveis dentro da visão cristã. Utilizava-se o método da Ação Católica: ver, julgar e agir". Cf. Antônio Geraldo Aguiar, op. cit., p.32-34.

(54) Safira Bezerra Ammann, op. cit. pp.42-43.

(55) op. cit. p.38

(56) op. cit. p.43.

(57) José Arthur Rios - Educação dos Grupos. (Microfilme). Rio de Janeiro, Sociedade Nacional de Agricultura,

1957, pp.189-193.

(58) Míriam Limoeiro Cardoso - Ideologia do desenvolvimento.
Brasília, JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp.
149 e 144.

(59) Ao longo do desenvolvimento do trabalho da Campanha, registraram-se contradições que abriam possibilidades de direcionamento do programa rumo aos pressupostos vinculados à pedagogia do conflito, a qual levaria ao desenvolvimento de uma educação popular entre os camponeses. Nesse sentido, lembremos que foi necessário o desenvolvimento de estratégias, por parte dos preconizadores da Campanha Nacional, para fazer com que os técnicos não se identificassem com os valores e com a cultura camponesa quando realizavam seu trabalho educativo, desviando-se, assim, dos rumos previamente estabelecidos, conforme veremos no capítulo VI desse trabalho. Contudo, de forma geral, a Campanha Nacional de Educação Rural desenvolveu um trabalho edificado com os pressupostos da pedagogia do colonizador. Os conceitos de pedagogia do conflito e pedagogia do colonizador, nos quais estamos nos apoiando, é de Moacir Gadotti - Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito. 3ª ed., São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1982, pp.53-64.

Quanto ao conceito de educação popular, Brandão define-o da seguinte forma: "Processos de participação, através de práticas pedagógicas, na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares. Isto com o interesse de formar uma agência de apoio à passagem do saber popular ao saber orgânico, ou seja, do saber da comunidade ao saber de classe na comunidade". Cf. Carlos Rodrigues Brandão - Saber e ensinar: três estudos de educação popular. 3ª ed., Campinas, Papirus, 1986, p.181.

Promovendo a crítica ao caráter colonizador da Educação Rural Capitalista, desenvolvida pela Campanha Nacional de Educação Rural, não estamos sendo céticos em relação às possibilidades de uma Educação Rural Socialista. Podemos perceber que os gérmenes de uma educação socialista vinculada à pedagogia do conflito estavam presentes, embora naquele momento histórico não tivessem se desenvolvido no interior do próprio trabalho da Campanha. Assim, "a análise crítica da escola capitalista, - como, por exemplo, a que estamos desenvolvendo em relação à Campanha Nacional de Educação Rural - ao explicitar o sentido conservador e reprodutor dessa educação, está reconhecendo o valor e as possibilidades de uma escola socialista". Cf. Moacir Gadotti - Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo,

Ática, 1987 (Série Fundamentos), p.74.

CAPÍTULO V

A Campanha Nacional De Educação Rural: Reforma Agrária e Lutas Camponesas

1. A política de fixação

Até o presente, situamos o contexto histórico que propiciou a criação da Campanha Nacional de Educação Rural, a forma como ela desenvolveu seus trabalhos e as correntes filosóficas e ideológicas que lhe deram suporte. Criada para atuar a nível nacional, resta-nos agora examinar os critérios adotados para ela fixar-se nas diferentes regiões do Brasil. A escolha dessas regiões de atuação era tida pela Campanha Nacional de Educação Rural como tarefa difícil de ser realizada. Em função disso, a campanha cuidou de estabelecer alguns critérios que norteariam tal decisão.

Competia inicialmente à Coordenadoria da Campanha Nacional de Educação Rural a fixação da política geral de ação do programa e a indicação das possíveis regiões para a sua instalação. Dado esse primeiro passo, o setor de Estudos e Pesquisas da Campanha Nacional de Educação Rural analisava as regiões indicadas por sua Coordenadoria, avaliando se as mesmas tinham condições econômicas e culturais para receber seus ensinamentos dentro dos critérios estabelecidos. Tais critérios deveriam estar vinculados a duas idéias fundamentais: "1 - o trabalho na área escolhida deveria dar o máximo de resultado no menor tempo possível para os valores investidos; 2 - o trabalho realizado deveria ter um máximo de possibilidade de difusão espontânea nas zonas próximo - vizinhas" (1). Diagnosticadas as regiões, competia à Coordenadoria da Campanha Nacional de Educação Rural decidir da conveniência ou não de se iniciar os trabalhos nas regiões apontadas pelo setor de Estudos e Pesquisas. Em caso positivo, cabia ao setor de Missões Rurais, em cooperação com o de Estudos e Pesquisas, indicar as comunidades que deveriam receber os trabalhos da Campanha Nacional de Educação Rural.

Na prática, a seleção dessas comunidades deveria estar em consonância com a política adotada pela Campanha Nacional de Educação Rural, "considerando ainda os grupos que melhor poderiam se adaptar às condições impostas pelo programa" (2). Para se chegar à indicação das comunidades,

levava-se em consideração o sistema de utilização das terras, que, conforme sua interpretação, refletia as condições de vida das populações rurais a nível econômico e cultural, possibilitando, com isso, uma avaliação mais segura em relação à aceitação e disseminação de seu trabalho. Para tanto, "a Campanha Nacional de Educação Rural distinguia três tipos de estabelecimentos agrícolas predominantes no Brasil: o de tipo 'plantation', a grande fazenda de economia agro-pecuária de tipo mineiro e a pequena propriedade agrícola" (3), procedendo-se à análise de cada um desses estabelecimentos, a partir dos critérios já citados. Após um exame exaustivo dos critérios, a Campanha Nacional de Educação Rural concluiu que sua atuação deveria incidir sobre a pequena propriedade, porque ela assegurava condições favoráveis ao seu trabalho.

As pequenas propriedades, segundo a Campanha Nacional de Educação Rural, condicionam maiores densidades de população, facilitando a propagação do ensino, além de que qualquer mudança nos processos de trabalho refletiria de imediato na vida dos camponeses, já que dentro de uma mesma zona os interesses eram comuns.

Porém, essa mesma avaliação não se estendia aos lavradores parceiros ou rendeiros. Acreditava a Coordenadoria da Campanha Nacional que a intensa mobilidade, a que estavam sujeitas essas categorias de camponeses, constituía-se em sério obstáculo ao trabalho que pretendia

desenvolver (4). Diziam, pois, os coordenadores da Campanha: "Devemos, assim, escolher zonas em que o número de pequenos proprietários seja considerável, para assegurar a permanência dos valores a serem introduzidos" (5). Assim, analisando o tipo de produção e a estrutura de propriedade, a Campanha Nacional de Educação Rural chegava à comunidade e, dentro desta, detectava pessoas ou grupos de famílias que mais se prestavam potencialmente à experimentação do programa.

A seleção das regiões e das comunidades para a atuação da Campanha Nacional de Educação Rural, como vimos, define não só uma escolha geográfica, espacial, como também uma escolha que envolvia decisão política e dominação de classe. Com a forma minuciosa de análise para se chegar à população-alvo, pretendia-se obter um maior controle sobre o espaço e as pessoas. Assim, ao mesmo tempo em que ela analisava as condições favoráveis para a implantação do programa, também excluía aqueles que, segundo os seus critérios, eram inadequados aos seus ensinamentos.

Porém não se pode, a rigor, dizer que a Campanha Nacional excluiu os "parceiros" e "rendeiros". Mas, para com eles trabalhar, precisou torná-los aptos a assimilarem as representações sociais disseminadas pelo programa. Ou seja, a Campanha teria que acabar com a itinerância dos camponeses "parceiros" ou "rendeiros". Para isso, ela desenvolveu uma política de assentamento. Nesse sentido, valorizou o seu

programa educativo enquanto um instrumento que poderia, segundo a Campanha, despertar no camponês "a consciência do valor e nobreza de seu trabalho, auxiliando-o na melhoria de seu padrão de vida, interessando-o, assim, na fixação à terra" (6). Ainda com a preocupação de promover a fixação, a Campanha Nacional organizou os Centros de Treinamento de Cooperativismo de Jovens Rurais, que objetivavam, segundo dizia, "educar os moços dentro do regime de cooperativismo, incutindo-lhes o amor à terra e o interesse em fixar-se nas regiões onde vivem" (7).

Porém, contraditoriamente, apesar de promover a fixação temporária do camponês, o próprio conteúdo modernizador do programa da Campanha contribuiu para a intensificação da concentração fundiária, o desenvolvimento técnico da agricultura e a expulsão do camponês do campo, transformando-o em trabalhador sazonal ou "bóia-fria" (8).

É preciso dizer ainda que o trabalho de assentamento da Campanha não se desenvolveu a partir de um questionamento político da estrutura fundiária injusta. Com a preocupação de promover a fixação do camponês, houve momentos em que a Campanha Nacional de Educação Rural deparou com algumas situações de conflito pela posse da terra entre grandes proprietários e camponeses. Porém, o encaminhamento da questão foi colocado em termos individuais, em que a Campanha Nacional não assumiu nenhum compromisso político amplo em relação ao problema (9). É

coerente, pois, que a Campanha acolhesse positivamente pronunciamentos como os do Deputado Rui Ramos, dizendo que a Reforma Agrária não é uma questão de desapropriação, mas sim uma questão de educação do "homem rural pobre" (10).

2. A definição das áreas de atuação

As colocações feitas até o momento em relação à escolha das regiões, aos conflitos pela posse da terra e à concepção de reforma agrária assumida pela Campanha Nacional de Educação Rural indicam que o tratamento dado pelo programa a essas questões caminhou mais no sentido de atenuar tensões e conflitos do que de resolvê-los, quando não de canalizá-los. É possível da mesma forma dizer que a escolha das localidades a serem trabalhadas pela Campanha priorizou, pelas mesmas razões, o trabalho nas regiões onde existam conflitos sociais pela posse da terra.

É sabido que os anos 50 representaram um marco histórico de luta dos camponeses ao reivindicarem seus direitos pela posse da terra, através da organização de

sindicatos e das Ligas Camponesas (11), especialmente no Nordeste. No decorrer da leitura da documentação da Campanha Nacional de Educação Rural, não encontramos nenhuma referência aos movimentos populares dos camponeses dos anos 50, que questionavam a dominação capitalista, nem mesmo nas localidades onde eles foram mais ativos, embora houvesse uma "coincidência temporal" e "espacial" entre a atuação dessas organizações e os trabalhos da Campanha Nacional. Exemplos dessa coincidência são os movimentos das regiões de São Rafael (RN), Barreiros, Vitória de Santo Antão (PE), e Limoeiro (PE). Todavia, isso não significa que a Campanha Nacional de Educação Rural não estivesse preocupada em contrapor-se ao desenrolar desses conflitos sociais. Detectamos tais preocupações a partir das conclusões do Seminário de Educação de Adultos realizado em Porto Alegre, em 1957, onde sugeriram idéias para subsidiar a formação dos líderes sindicais articulados ao objetivo de conciliação de classe (12). A Campanha Nacional fez questão de frisar, ainda, que "figuram claramente - nas conclusões do Seminário de Porto Alegre - todos os pontos de vista da Campanha Nacional de Educação Rural ali debatidos, pontos de vista aliás, inspirados na filosofia e nos objetivos da Campanha Nacional de Educação Rural e na sua atuação através das várias modalidades de trabalho de que se incumbe" (13).

Finalmente, nossas considerações vão ainda no sentido de refletir sobre o próprio suporte ideológico e

filosófico adotado pela Campanha Nacional de Educação Rural, condizentes com as idéias que marcaram o contexto de sua criação. Como já vimos anteriormente, tanto a nível nacional como internacional as representações dominantes preconizavam que as populações mais pobres eram mais suscetíveis às idéias comunistas. Como instrumento de combate, a Campanha Nacional foi criada de comum acordo entre o Brasil e os EUA, pautada no Desenvolvimento de Comunidade atendendo às recomendações da ONU e tendo como modelo as missões mexicanas. O Presidente Juscelino Kubitschek, em seu governo também partilhava das idéias de "temor" e combate ao comunismo (14). Assim, a atuação da Campanha nas áreas de conflitos camponeses não foi neutra e teve o objetivo - nunca declarado, mas real - de desarticular as lutas populares dessas regiões.

Notas do Capítulo V

- (1) Miguel Alves de Lima - "O problema da escolha de áreas de trabalho na Campanha Nacional de Educação Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):27, julho de 1954.
- (2) Idem, Ibidem - loc. cit.
- (3) Idem, Ibidem, p.29.
- (4) é possível entender as preocupações da Campanha Nacional em relação à mobilidade e itinerância do "parceiro" e do "rendeiro", como elementos que dificultavam a interiorização dos "valores" que se queria neles introduzir, quando recorremos, por exemplo, ao estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Essa autora, estudando o homem livre e pobre do século XIX, concluiu que as condições históricas nas quais ele se inseriu dificultaram a interiorização das representações dominantes nessa população, em virtude

de seu caráter itinerante e de sua intensa mobilidade. Em face à resistência do homem livre e pobre do século XIX de assimilar a disciplina de trabalho capitalista, diz, então, Maria Sylvia:

"Em resumo, a análise da natureza e da ordenação das relações que se estabeleceram em grupos cooperativos de trabalho, em um sistema social de tipo comunitário, revela a existência de um estado de tensão conjugado às formas mesmas de solidariedade que definem a ação de seus membros. Condições estruturais internas ao grupo em estudo são elementos importantes para se compreender o aparecimento regular de situações de pressão que se resolvem violentamente. A intensa mobilidade não favorece o estabelecimento de vínculos estáveis e duradouros, necessários à cristalização de modelos tradicionais. A ausência de uma exteriorização desse tipo põe em risco a própria possibilidade de cooperação contínua: o processo de produção é frequentemente interrompido e o grupo de trabalho dissolvido. De outro lado, a indiferença social e a simplicidade da cultura estabelecem um tipo de cooperação entre iguais, realizando conjuntamente tarefas semelhantes: a falta de uma discriminação de autoridade e a ausência de hierarquização de funções não são propícias, à constituição de mecanismos disciplinadores das atividades de produção". Cf.

Maria Sylvia de Carvalho Franco - Homens Livres na Ordem Escravocrata. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1974, 1976 reimpressão, (Ensaio, 3) p.36-37. (grifos meus).

- (5) Miguel Alves de Lima - "O problema da escolha de áreas de trabalho na Campanha Nacional de Educação Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):31-32, julho de 1954.
- (6) Em relação ao problema da fixação tratado pela Campanha Nacional de Educação Rural, é esclarecedora a posição de Foucault ao estudar as sociedades modernas. Este autor referindo-se aos instrumentos usados para a ordenação das multiplicidades humanas, ressalta que "fixar é um dos primeiros objetivos da disciplina; é um processo de antinomadismo". Através da disciplina obtém-se um melhor controle e domínio da multiplicidade de forma a diminuir sua "desutilidade". Para tanto, as disciplinas definem táticas de distribuição, de ajustamento recíproco dos corpos, dos gestos e dos ritmos, de diferenciação das capacidades, de coordenação recíproca em relação a aparelhos ou tarefas". Cf. Michel Foucault - Visitar e Punir, Vozes, 1983, p. 191 a 139.

- (7) Miguel Alves de Lima - "O problema da escolha de áreas de trabalho na Campanha Nacional de Educação Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):39, julho de 1954.
- (8) A concentração fundiária, o desenvolvimento técnico da agricultura, a expulsão do camponês do campo e a criação do trabalho sazonal foram temas desenvolvidos no Capítulo II de nosso trabalho. Sobre a política de fixação desenvolvida por programas como os da Campanha Nacional, vale a pena atentar para o que dizem Calazans e Brandão.

Calazans, ao abordar o problema da falsa solução que os diversos programas educativos pretenderam dar às questões do campo, toma como um dos exemplos o caso da Campanha Nacional de Educação Rural, argumentando o seguinte: "Há um lugar comum entre educadores e pesquisadores que atuam (criticamente) no meio rural, segundo o qual o homem do campo que frequenta com "êxito" tais cursos - os cursos ministrados pelos programas de extensão rural -, torna-se um inadaptado ao seu meio e procura a cidade. Quando não participa dos programas educacionais com a clara disposição de migrar. Neste último caso, a educação é procurada já com o fim expresso de atingir a cidade,

transformando-se assim em uma espécie de "passaporte" que assegura o trajeto entre o rural e o urbano". Cf. Maria Julieta Costa Calazans - "Questões e contradições na educação rural no Brasil". In: Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas. (org.) Jorge Werthein e Juan Díaz Bordenave, Trad. Paulo Roberto Kraner e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p.170.

Brandão questiona ainda de forma contundente a existência ou não de uma educação rural e a política de fixação do homem do campo desencadeada por essa suposta educação. O autor conclui pela existência de "fragmentos da educação escolar urbana introduzidos no meio rural", usada como meio de controle e de subordinação da vida do homem do campo. "Políticas e projetos de educação rural capazes de "fixarem o homem à terra" são ilusórias... Os trabalhadores rurais: lavradores, posseiros, meeiros, camponeses, abandonam o trabalho rural e o lugar de vida e de moradia porque não há mais condições políticas e econômicas de reprodução da vida familiar lá. Uma educação rural adequada à cultura e ao "homem do campo" precisa ser um entre outros elementos de uma política efetiva de redistribuição da propriedade fundiária e de garantia de justiça social plena entre trabalhadores rurais. Fora destas condições, conteúdos, currículos e tipos de

escola e ensinos "rurais" são propostas inadequadas, perdidas no tempo. Ou são tipos de engano maldoso maiores do que é lícito esperar da educação". Cf. Carlos Rodrigues Brandão - Casa de Escola: cultura camponesa e educação rural. Campinas, Papirus, 1983, p.243.

- (9) Ilustrativo, por exemplo, é o fato ocorrido com a Missão Rural de Jequié-Ipiad, no povoado de Tesourinha - Bahia, em 1955. Os moradores denunciaram a existência de um grande proprietário que não lhes permitia o uso da terra e nem estava disposto a aforá-las. Após discussão, a Missão Rural concluiu "que um dos presentes deveria ir se entender com o proprietário, examinando as possibilidades de uma conciliação dos interesses". Cf. Campanha Nacional de Educação Rural - "Como trabalha uma equipe de Missão Rural da Campanha Nacional de Educação Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):102, 1955.
- (10) O deputado Rui Ramos, ao proferir uma conferência no Congresso de Municípios, em 1954, no município de Garça, assim se expressou em relação à reforma agrária. "Tenho dito que a reforma agrária no Brasil é muito mais do homem do que da terra. Quem precisa ser

reformado neste país é o pobre homem rural, e não a terra brasileira. Quando ouço falar, por exemplo, em desapropriação de terra, sempre digo que antes de desapropriar a terra, precisamos apropriar o homem. No dia em que tivermos o homem brasileiro apropriado à terra, valorizado para poder usá-la, na sua imensidade, não precisamos mais de reformá-la nem desapropriá-la, porque o homem valorizado irá buscá-la onde estiver para cultivá-la...". Rui Ramos - "Governo Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):79, julho de 1954.

- (11) Andrade afirma que "as ligas camponesas ganharam grande importância nas áreas onde havia camponeses a serem expropriados devido à expansão da cultura de cana-de-açúcar, como nos municípios de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e Mari e Sapé, na Paraíba, ou nas áreas em ocupação, onde os posseiros eram expulsos da terra por latifundiários e grileiros - sertões do Maranhão, Piauí e Bahia". Esse autor ressalta que, paralelamente à organização das ligas camponesas, foram realizados congressos dos trabalhadores rurais de Limoeiro, em 1954, reprimidos pela polícia. Cf. Manuel Correia de Andrade - Lutas camponesas no Nordeste. São Paulo, Ática, 1986, (Série Princípios), pp. 27 e 28.

Em Vitória de Santo Antão, a Campanha Nacional de Educação Rural realizou pesquisas para avaliar o desenvolvimento de seu trabalho e, no entanto, não se refere à organização da Liga Camponesa desse município, a do Engenho da Galiléia. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1:20, julho de 1954.

Em várias revistas, a Campanha Nacional de Educação Rural informa sobre os diferentes congressos ligados ao mundo rural, mesmo aqueles de que não tenha participado. Curiosamente, ela não noticiou o congresso dos trabalhadores de Limoeiro, apesar de ali ter desenvolvido seus trabalhos.

Sobre a organização dos camponeses, consultar ainda Martins, que, ao discutir as lutas camponesas pela posse da terra, faz um levantamento exaustivo de várias revoltas e das ligas camponesas que se desenvolveram em diferentes estados. Cf. José de Souza Martins - "Los Campesinos y la Política en el Brasil". In: Pablo Gonzáles (coord.). História Política de los Campesinos Latino Americanos. México, Siglo Veintiuno Editores, 1975, vol.4, pp 41 a 58.

- (12) Entre as conclusões do Seminário de Adultos de Porto Alegre, 1957, do qual a Campanha Nacional de Educação

Rural participou ativamente, constam as seguintes conclusões:

1º é considerada "de grande importância a formação de líderes sindicais dentro de um regime de liberdade, à base de métodos e técnicas que permitam o desenvolvimento integral de sua personalidade e os capacitem para o desempenho de seus deveres na vida sindical e da sua missão na comunidade".

2º "Deve-se proceder, simultaneamente com o preparo de líderes sindicais, à formação de uma nova mentalidade nas classes patronais e grupos dirigentes, tendo em vista a instauração de uma estrutura social ordenada ao bem comum". (grifo meu). Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Representação da Campanha Nacional de Educação Rural a seminários, congressos, etc". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (Microfilme), (5):82 e 83, 1957.

- (13) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Representação da Campanha Nacional de Educação Rural a seminários, congressos, etc". (Microfilme). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, (5):80, 1957.
- (14) "Deixei claro que o intuito básico do Programa de Metas era defender o nosso modo de viver contra a ofensiva

das ideologias opostas a nossas crenças cristãs. Cf.
Míriam Limoeiro Cardoso - Ideologia do Desenvolvimento
- Brasil : JK - JQ. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e
Terra, 1978 (Estudos brasileiros, vol. 14), pp.149 e
144.

PARTE III

EDUCAÇÃO RURAL E CULTURA CAMPONESA

CAPÍTULO VI

O lazer, a cultura, o trabalho

Vimos, no decorrer do trabalho da Campanha Nacional de Educação Rural, que a mesma atuou no sentido de abarcar todos os aspectos da vida do camponês, com o objetivo de "modernizá-lo". O trabalho desenvolvido pelos técnicos da Campanha não se restringiu a preocupações de nível material. Ao contrário, aqueles técnicos, representados pela assistente social, pela educadora doméstica, pelo médico e pela enfermeira, penetraram e interferiram na intimidade da vida dos camponeses por acreditarem poder "aparelhá-los espiritualmente para receber a reorganização de seus lares" (1). Essa reorganização consistia em uma nova definição da arquitetura de suas casas e novas noções de higiene e de lazer, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo. Tal "aparelhamento espiritual", bem como a "reorganização de seus lares", cumpriram a função de "recuperação do homem rural pela elevação de suas condições de vida" (2), entendida pelos

técnicos como "elevação dos padrões culturais das comunidades rurais" (3).

É importante ressaltar que todo o trabalho desenvolvido pela Campanha teve como preocupação central a superação do atraso em geral do camponês, decorrente do atraso cultural, conforme interpretava o programa da Campanha Nacional. Ou seja, essa população era tida como "inferior" e "atrasada", do ponto de vista cultural. É comum encontrarmos afirmações nos documentos de que "qualquer trabalho de ordem material seria inócuo, sem antes haver uma mudança cultural". Por isso, o aspecto cultural do camponês recebeu um tratamento diferenciado, e particularmente importante. Era necessário transformar sua mentalidade para torná-lo receptivo às inovações tecnológicas do campo e à sociedade moderna em geral. Imbuídos de tal preocupação, acreditavam os organizadores da Campanha ser premente a

"organização de serviços que levem ao camponês a revalorização de sua pessoa; noções de vida para que ele se reconheça como homem, como ser humano participante do país. Que lhe seja levado, também, sentimentos de religião, de moral, de obrigações para com a pátria, com a família e a

sociedade; vitalidade
espiritual que lhe mobilize as
energias e crie nele
necessidades sociais e
econômicas" (4).

Na prática, esse elenco de preocupações traduziu-se, no cotidiano do camponês, nas mais diferentes formas de atuação e intervenção por parte dos técnicos da Campanha. Nesse processo educativo intervencionista, o camponês foi invadido culturalmente, para que pudesse absorver os padrões culturais "modernos" da Campanha Nacional de Educação Rural. Pudemos verificar que o seu enfrentamento com o que lhe era imposto como moderno foi tenso e contraditório. Debateu e lutou, às vezes, contra o que lhe era imposto, chegando mesmo a "ludibriar" seus "iluminadores" em algumas situações, na tentativa de preservar seus costumes. Outras vezes, sem armas para lutar, reduziu-se apenas à condição de objeto, incorporando os novos ensinamentos, em detrimento de seus padrões tradicionais de cultura. Ainda, em outras situações, apropriou-se do "moderno", que lhe era transmitido, para recriá-lo e imprimir-lhe um sentido inesperado para os técnicos da Campanha, de tal forma que o "exterior" à sua cultura, era transformado, passando a ter um significado de uso para a sua vida. Enfim, ao consultarmos a documentação da Campanha Nacional de Educação Rural, observamos que o desenvolvimento desse programa

ocorreu num clima de tensão e conflito entre o "novo" e o "velho", onde o camponês às vezes lutava contra a imposição do "novo", porque isto significava a expropriação de seu saber. Conflito, ainda, por parte dos diretores da Campanha Nacional, que temiam que seus técnicos assimilassem e incorporassem hábitos e costumes do meio rural que queriam transformar, prejudicando o andamento de sua missão. A Campanha possuía "Técnicos Orientadores", que viajavam em rodízio, para todo o país, a fim de manter os "Técnicos em Trabalho" sempre atualizados e

"evitar que os mesmos [fossem] absorvidos pela cultura do meio, o que lhes [prejudicaria] a visão geral do conjunto dos trabalhos" (5).

Tais preocupações mostram que nesse enfrentamento, que é enfrentamento de luta de classe, estava sempre colocada também a possibilidade das "representações" camponesas influírem na estrutura de pensamento burguês veiculada pela Campanha Nacional.

Dentre as diversas atividades propostas para tornar o camponês receptivo aos imperativos da modernização, a Campanha Nacional propôs-se a introduzir profundas modificações em suas atividades de lazer, como mostraremos a seguir.

1. Do lazer tradicional ao lazer disciplinado

Através da professora e do técnico em recreação, o lazer orientado foi amplamente desenvolvido na escola rural, frequentada por crianças e adolescentes e também por adultos. Apesar da diferença etária dessa clientela, os objetivos gerais do lazer eram os mesmos:

"promover a organização das horas sociais e o uso da recreação como aproveitamento das horas de lazer" (6).

Esses objetivos expressavam a preocupação de ocupar o tempo do lazer do camponês de forma adequada. No entender dos técnicos, o tempo livre do camponês era ocioso, mal preenchido e inaproveitado. O lazer, assim concebido para atender a objetivos racionalizadores, perdeu o sabor do acaso, para tornar-se formativo e desenvolver o espírito de ordem, de obediência, amor à pontualidade, e outras virtudes importantes para satisfazer às modificações estruturais que começava a experimentar a sociedade brasileira, a partir dos anos cinquenta, com a fase de modernização que passava o Brasil.

Graziano, ao estudar o desenvolvimento da modernização agrária a partir dos anos 60, afirma que apesar da mesma ter particularidades em relação às regiões do país, ela ocorreu tendo como características gerais a concentração fundiária, a utilização de técnicas para desenvolver a irrigação e a drenagem, a introdução de máquinas, fertilizantes, e o uso de adubos químicos (7). A Campanha Nacional de Educação Rural, através da educação modernizadora, procurou formar nas crianças uma mentalidade mais compatível com os requisitos da modernização agrária. Com este intuito, o lazer passou a ser orientado no sentido de desenvolver virtudes racionalizadoras e morais compatíveis com os objetivos da modernização, conforme se pode ver através da citação a seguir:

"a recreação deve ser proporcionada, estimulada e orientada de acordo com a idade. Uma recreação bem orientada desenvolve o indivíduo, física, moral e intelectualmente. A professora, ao planejar suas aulas, terá o cuidado de planejar também o recreio. O recreio será dirigido sempre que possível. Inicialmente,

até que se desenvolva a liderança dos grupos, terá direção cuidadosa da Professora. O recreio livre, desordenado, é prejudicial, deseducativo. Além de divertir as crianças, o recreio dirigido desenvolve grande número de qualidades, como sejam: espírito de ordem, de obediência, altruísmo" (8).

Ao definir o lazer como "higiene física e mental" (9), o mesmo transformava-se em remédio da carne e do espírito, traduzindo-se em "jogos de expressão: mímica, dramatização, teatro informal, fantoches e jogos" (10) entre as crianças e os adultos. O lazer formativo também foi evocado como meio de pôr fim à monotonia do meio rural, proporcionando a essa população a alegria de viver (11). O lazer organizado pelo camponês era considerado inadequado e fonte geradora de doença. Em um artigo sob o título "Pesquisa Informal do Município de São João Del Rei Realizado pela Equipe da Missão Rural ali Instalada", os técnicos atribuíam as manifestações de loucura e neuroses, naquela população,

"à falta de higiene mental, de bom relacionamento e de

recreação sadia, que acabam por desencadear a enfermidade, mesmo nos elementos de melhores condições sociais" (12).

Referindo-se ainda a essa mesma população, os técnicos da Missão Rural faziam a seguinte descrição de seu lazer, classificando-o como recreação inadequada:

"Nas localidades que dispõem de luz elétrica, a única recreação conhecida é o rádio ou a conversa à porta das casas para as mulheres, e a reunião na venda para os homens. Oferecem também uma distração, os leilões da confraria, após a reunião dominical dos confrades. Outro motivo de festa e alegria é a missa mensal e, de modo especial, os oito dias dedicados ao Padroeiro, que é o maior acontecimento anual, esperado por toda a população. Fora disso, somente a oportunidade de um casamento,

ou morte, reúne os amigos junto à família e, por isso, a própria morte passa a ser um motivo de distração, para aqueles que não estão ligados ao morto, por laços mais estreitos. Apreciam as danças de salão e as realizam nas épocas de festas religiosas ou casamentos, apesar da campanha contra, desenvolvida pela Igreja. Os vícios ocorrem em menor escala, também pela ação constante dos padres, mas o hábito dos aperitivos e o excesso de bebidas aos sábados e domingos é lugar comum. No mais, são populações ordeiras de bom nível moral" (13).

Concebido como "recreação inadequada" e geradora de insanidade, os costumes das populações rurais, tais como, a festa do padroeiro, os leilões, a missa mensal, os casamentos e a reunião nas vendas representavam, contudo, formas tradicionais de lazer para o camponês. Como forma de combate a essas tradições que causavam "doença", os técnicos introduziram o lazer formativo e organizado. Contudo, o

lazer formativo preconizado pela Campanha era exterior à vida do camponês e não poderia ser usado como meio de libertação das populações rurais através da crítica. Como afirma Brandão, a politização da cultura só é possível através da extensão da produção da cultura a todos os segmentos sociais e não através da polarização e apropriação da mesma por parte de uma determinada classe social, para atender aos seus interesses (14). Logo, é na produção de sua cultura, e não no que vem de fora, que o camponês poderia fazer e refazer o seu saber, fazendo com que no decorrer desse processo ele apontasse as soluções e encaminhamentos de suas questões. A consciência do homem emerge das próprias relações e problematizações que ele estabelece com o seu meio e não a partir de uma consciência trazida de fora.

Mas, ao contrário disso, as evidências indicam que o lazer formativo foi usado como instrumento de inculcação de normas e valores nos camponeses, tais como a obediência, a ordem, a submissão, normas estas condizentes com o processo de trabalho racional requerido pela modernização agrária dos anos 50. O lazer formativo era também disciplinador, na medida em que o corpo transformava-se para a Campanha Nacional em um objeto de investimento, especialmente, por exemplo, no lazer com jogos. A Campanha Nacional procurava determinar uma sincronia de funcionamento entre o corpo e o espírito ao procurar, através do lazer, "desenvolver o indivíduo, física, moral e intelectualmente",

conforme afirmavam os técnicos. Isso ocorreria através da eficácia dos movimentos, proporcionada pelo lazer formativo, constituindo, com isso, um novo saber, que se traduzia em limitações, obrigações e proibições impostas e incorporadas através da disciplina (15). Para a Campanha Nacional, o lazer formativo era necessário em virtude das próprias condições "anárquicas" a que a população camponesa estava submetida. Era necessário disciplinar e submeter o camponês aos interesses da classe dominante, na tentativa de adequá-los às formas de trabalho racionais advindas da modernização agrária. Essa situação de "anarquia" da vida dos camponeses fica clara nas observações dos técnicos. Em 1954, portanto no início dos trabalhos da Campanha Nacional, o geógrafo Miguel Alves de Lima, chefe do Setor de Pesquisa da Campanha Nacional, que tinha por função pesquisar as áreas rurais mais adequadas para instalar a Missão Rural, externa suas preocupações em relação ao tipo de vida desregrada da população rural do Estado de Alagoas, em levantamento por ele realizado na região, afirmando:

"...vivendo tão afastados social e economicamente dos órgãos de governo e instituições, essa gente evolui anarquicamente, sujeita às leis naturais. O oeste do Estado nos pareceu

inteiramente alheio à normalização de seu governo. Sua vida sertaneja por todos os aspectos, não nos pareceu suficientemente integrada, de consciência, ao conjunto do Estado" (16).

Assim, com o intuito de adequar o trabalhador às novas necessidades da modernização agrária, os preconizadores da Campanha Nacional enfatizavam a necessidade de racionalizar os processos de trabalho no meio rural. Nesse sentido, as atividades ligadas ao lazer formativo eram meios para a consecução desses objetivos. O discurso de Oscar Machado vem também dentro dessa mesma linha de preocupações. Ele era coordenador da Campanha em 1954 e, ao fazer a apresentação do periódico do programa, que passou a circular regularmente desde essa data, faz menção ao número de brasileiros

"até agora à margem das atuais concepções de trabalho" (17).

Diamantina da Costa Conceição, chefe do setor de Missões Rurais da Campanha, num de seus artigos da Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, tece comentários sobre as condições de vida precárias da população rural de nosso país, referindo-se também à ausência de processos racionais de trabalho" (18).

Essa preocupação em adequar o camponês às normas e às leis do Estado, bem como à valorização do processo racional de trabalho, estava presente também nos cursos de terinamento de professores rurais. Em tais cursos, os técnicos tinham como objetivo a ser desenvolvido junto às professoras a idéia de

"fortalecer o valor do trabalho coletivo, da organização social, da cooperação, da solidariedade, da justiça, da disciplina, da responsabilidade" (19).

Em outro curso, também da mesma natureza, objetivos similares, senão idênticos, compunham o programa de atividades:

"fortalecer as atividades de exatidão, ordem, economia, solidariedade, justiça, socialização, disciplina e criar hábitos de pesquisa" (20).

Verificamos ainda, nesses cursos, a preocupação da Campanha Nacional em introduzir conceitos que encaminham no sentido de racionalizar o processo de trabalho na agricultura. Tais medidas, baseadas no sistema de cooperação, alterariam as relações de trabalho estabelecidas

pelos camponeses. A cooperação é uma forma de organização do trabalho, onde estão implícitas relações de dominação, controle e disciplina. Segundo Marx, a cooperação é a

"forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos" (21).

Afirma ainda que

"a quantidade e a qualidade do produto dependem de se iniciarem e se concluírem em tempos fixados essas operações" (22).

Esse tempo não é mais o tempo cíclico estabelecido pela natureza e usado pelos camponeses, mas é um tempo linear, contábil, produtivo. Podemos afirmar, enfim, que esse conjunto de atitudes disciplinares desenvolvidas na escola e no lazer formativo, que se encaminhavam no sentido do estabelecimento de novas relações de trabalho, representaram um conflito com as concepções de tempo, do espaço e de movimento veiculados pelos camponeses com os quais trabalhou a Campanha.

2. Tempo de brincar não é tempo de trabalhar

A nova concepção de tempo foi, pois, outro mecanismo de controle disciplinar explorado no decorrer das atividades desenvolvidas no meio rural. A modernização agrária trouxe a necessidade de orientar o camponês a usar o seu tempo de forma mais racional. As novas condições de trabalho no campo requeriam um tempo melhor medido. Ao nível do discurso da classe dominante, a melhoria das condições de vida do camponês esteve sempre associada à racionalização dos processos de trabalho, que conseqüentemente proporcionaria o aumento da produtividade. Na prática, contudo, a racionalização dos processos de trabalho, no meio rural, trouxe um aprimoramento e intensificação da exploração do camponês (pequeno proprietário, renteiro, meeiro), beneficiando os grandes produtores empresariais. A modernização agrária expulsou o homem de suas terras devido às grandes plantações monocultoras, promoveu em muitas situações a substituição de seu trabalho pelo da máquina, transformando-o em trabalhador sazonal. Graziano afirma que, na década de sessenta, no Estado de São Paulo,

“os proprietários rurais procuravam reter no imóvel

apenas aqueles trabalhadores dotados de uma qualificação qualquer, como por exemplo, tratoristas, retireiros, machadeiros, etc" (23).

Os demais trabalhadores "não qualificados" submetiam-se a diferentes condições de trabalho, sujeitando-se na maioria das vezes à execução de tarefas no campo, onde a tecnologia das máquinas agrícolas não estava adaptada para desenvolver todas as fases da produção agrícola. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo, de forma desigual, determinou relações de trabalho também desiguais. Assim, declara Graziano que,

"em virtude do capitalismo desenvolvido de forma desigual, existem desde o proletariado rural claramente constituído no Estado de São Paulo e algumas regiões vizinhas (como sul de Minas Gerais e norte do Paraná) na figura do volante, até situações de semi-escravidão, porque não há outras palavras para qualificar as privações dos peões da Região Amazônica.

O mais marcante entretanto parece ser os pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros que se assalariam apenas temporariamente, desde a região Nordeste até o extremo sul do país" (24).

Em conclusão, podemos dizer que a introdução da concepção de tempo moderno, bem como as demais medidas racionalizadoras, significaram para o homem do campo uma perda; a perda do tempo cíclico, regido pela natureza e também a autonomia sobre o seu próprio processo de trabalho. Tudo isso acaba, enfim, representando uma perda cultural para os camponeses desse período. A aleatoriedade que permeava o uso do tempo do camponês entre as suas atividades de lazer e as de trabalho (possivelmente para satisfazer suas necessidades básicas) teria que deixar de existir, traduzindo-se em maior disciplina e pontualidade no processo de trabalho. A nova concepção de lazer conflitava, pois, com a do camponês, que para a Campanha era concebida e organizada de forma doentia. Tudo indica que o lazer, definido como higiene física e mental, tal como era veiculado pela Campanha, objetivava transformar o camponês "tradicional" no homem produtivo, também através do combate a determinados hábitos de vida considerados como vícios pela ideologia da racionalidade.

Através do lazer formativo da Campanha, procurava também combater o uso do álcool entre os camponeses.

Gramsci enfatiza que a partir do evento da industrialização, os americanos tipo Ford investiram na adaptação dos costumes dos operários às novas necessidades de trabalho, bem como no combate a costumes considerados perniciosos à eficácia da produção. Dentro desse objetivo, o combate ao uso do álcool tornou-se função do Estado, por acreditar que destruía as forças de trabalho, contrariando dessa forma os interesses capitalistas que objetivavam desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas. Dentro de tal raciocínio, era preciso evitar que o trabalhador se entregasse aos prazeres que interferiam na produção (25). O uso do álcool entre os camponeses também era motivo de preocupação para os técnicos da Campanha, que procuravam combatê-lo através da recreação. O combate do álcool, através do lazer, visava a promover mudanças, para transformar o camponês em trabalhador mais produtivo. Em relação a essa questão, afirmava a Campanha:

"Suavemente, através da recreação e dos desportos, vai-se atacando o grave problema do jogo e da bebedeira" (26).

Através da citação acima, podemos dizer que a preocupação por parte da campanha em controlar o tempo do camponês para

não deixar margem à ociosidade e ao vício, através do recreio dirigido, ao que tudo indica objetivava imprimir

“uma nova qualificação do ócio e uma nova diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de lazer” (27).

Ambos (lazer e trabalho), não mais deveriam coexistir porque a educação rural veiculada pela Camapna Nacional considerava isso nocivo ao homem do campo. Era preciso que ele assimilasse uma concepção moderna, que priorizasse a produtividade. Ao se dicotomizar tempo de lazer e tempo de trabalho, o objetivo era o de imprimir um novo conceito entre os camponeses, que é o de tempo linear. Esse mecanismo também foi usado em outros momentos históricos. Nicolau Sevcenko, ao referir-se às mudanças estruturais ocorridas entre os séculos XI e XVI, no Ocidente europeu, que conduziriam à dissolução do sistema feudal predominante até então, afirma que esse quadro de mudanças determinou uma nova ordem social, influenciando diretamente na noção de tempo (28).

3. O Teatro Rural: as luzes do palco e a expropriação da cultura

Através do que foi desenvolvido até o momento, é possível verificar que as várias estratégias utilizadas pela Campanha Nacional, em seu trabalho, caminhavam no sentido de formar um novo homem adequado aos pressupostos da modernização.

Outra estratégia usada pela Campanha Nacional de Educação Rural para introduzir a ideologia da modernização entre os camponeses, das diversas regiões brasileiras em que foram desenvolvidos os trabalhos de educação rural, foi a da encenação teatral, orientada pelo técnico em recreação. Na tentativa de levar o "elemento novo" aos camponeses, o Teatro Rural desenvolvido pela Campanha Nacional procurava explorar os valores e tradições da população rural, para que, através deles, pudesse haver mais introjeção e assimilação da ideologia veiculada por tal programa (29). Ody Braga, em seu artigo "TEATRO RURAL", publicado na Revista da Campanha Nacional, afirma que a característica básica do Teatro Rural foi a de:

"andar sempre na trilha do folclore, utilizando as

tradições populares, transmitindo através dos temas conhecidos e queridos do povo o fato novo, o elemento educativo, a informação, a novidade" (30).

Como exemplo de encenação teatral entre os camponeses, encontramos, no decorrer da documentação, fotografias que mostram cenas do drama "O Filho Pródigo" realizado pelo Clube das Moças de Cafundó, no Rio Grande do Sul, em 1956 (31). Ao usar as representações culturais dos camponeses, como veículo transmissor da cultura "avançada", a Campanha Nacional procurava apropriar-se de determinados aspectos da cultura invadida, para, num segundo momento, retraduzi-los no "fato novo", e no "elemento educativo", mas já na qualidade de conhecimento sistematizado e transformado pelos técnicos do programa. Essa foi uma forma, sutil de apropriar-se de elementos da cultura invadida para serem adaptados e usados como instrumento de inculcação de novos valores e de nova cultura. Com isso, procurava-se evitar resistências por parte dos camponeses ao próprio programa, uma vez que o teatro rural era constituído de elementos da própria cultura camponesa.

O Teatro Rural, enquanto elemento usado para apropriar e expropriar culturalmente o camponês, cumpriu essa função desde a sua preparação até a encenação e

discussão dos papéis. O Teatro Rural

"é um espetáculo preparado por uns e dramatizado por outros nos papéis de herói, de santo, de chefe de família, do vilão, da megera, do bandido, da mocinha, da criança, etc; depois, a fase dos comentários sobre o espetáculo realizado e vivido pela comunidade, que leva também, muito tempo às vezes, realizando-se, assim, lenta, mas segura a assimilação educativa do tema dramatizado" (32).

Essas considerações, escritas pela Educadora de Base Diamantina Costa Conceição, mostram que os papéis encenados no Teatro Rural, pelos camponeses, revelavam que o conteúdo das peças carregava uma conotação valorativa, marcada por um certo maniqueísmo que contrapunha herói/vilão; santo/bandido; megera/mocinha; destacava também a existência de temas ligados à família, certamente marcados pela dicotomia do bem e do mal. O envolvimento dos camponeses no processo teatral, com peças veiculando conteúdos maniqueístas, conduz ao desaparecimento do espaço da dúvida, quando se trabalha com dicotomia. Moacir Gadotti, ao falar

sobre o significado pedagógico da dúvida (33) enquanto possibilidade do homem tornar-se sujeito da sua própria ação, afirma que

"na dúvida opera-se a passagem à consciência crítica ou simplesmente à consciência, o que significa que eu renuncio a me submeter ao julgamento de outrem, a toda a autoridade exterior, qualquer que seja o seu valor" (34).

Porém, a forma como o Teatro Rural era executado pela Campanha objetivava anular as possibilidades dos camponeses posicionarem-se frente às situações concretas colocadas pelo teatro. O Teatro Rural, desenvolvido pela Campanha, procurava atender estritamente aos interesses educativos estabelecidos pelo seu programa. Nesse sentido, prossegue a citação:

"não nos ateremos aos problemas complexos do teatro somente, mas apenas ao que dele poderemos aproveitar na execução de tarefas educativas peculiares aos serviços de uma equipe de Missão Rural" (35).

Portanto, tal concepção de teatro conduzia a um processo concreto de expropriação cultural, em que a partir da utilização dos costumes e das tradições da população rural a Campanha Nacional transmitia o "fato novo", o "elemento educativo", a "informação" e a "novidade", inspirado nas encenações dos diversos papéis, como vimos anteriormente. Em tese, à medida que o invasor cultural, aqui representado pela Campanha Nacional, utilizava-se da cultura camponesa para levar novos conhecimentos aos camponeses, estes passariam a produzir uma cultura "inautêntica", como denomina Brandão (36).

Vale a pena acrescentar, ainda, que havia uma divisão de trabalho bastante sintomática na elaboração da encenação de teatro, conforme se pode deprender da seguinte citação:

"...o programa do teatro em seu espírito, nos seus fundamentos e conteúdo apresentará melhores resultados em sendo trabalho da equipe técnica" (37).

Ou seja, o roteiro e o conteúdo da peça teatral eram elaborados pelos técnicos. Os protagonistas, que eram os próprios habitantes do meio rural, reduziam-se a meros intérpretes de um texto em cuja elaboração não tinham participação fundamental.

As reflexões de Paulo Freire são bastantes significativas para iluminar nossa discussão do trabalho da Campanha Nacional de Educação Rural sobre os camponeses brasileiros nos anos cinquenta. Esse educador popular, ao analisar, em 1968, o problema da comunicação entre o técnico extensionista e o camponês no decorrer do processo de desenvolvimento agrário no Chile, lembra que

"o invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, (invadidos) jamais com eles; estes são "pensados" por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição" (38).

Teoricamente, esses camponeses são expropriados de sua cultura e de seu saber, devido à imposição de novos hábitos e costumes pertencentes à classe dominante, passando enquanto classe dominada a produzir uma cultura inautêntica. Entretanto, a sua resposta não é tão linear. Acabam exteriorizando comportamentos no mínimo ambíguos, resultantes de uma mistura de

seus próprios valores com os valores impostos e incorporados. O camponês manifesta-se, ainda, de forma ambígua frente a seus invasores, porque a realidade como lhe é apresentada também é tecida de ambiguidade. Nesse sentido, ora ele recusa, ora aceita as representações vindas de fora. Chauí, ao discutir o tratamento dicotômico que recebe o popular devido à forma como ele se manifesta, critica as posições que o encaram ora como ignorante, ora como portador de um saber autêntico.

"Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se

conformar" (39).

Talvez o camponês dos anos cinquenta, que é objeto de nossas preocupações neste trabalho, devesse ser pensado dentro dessa perspectiva de ambiguidade, em que ora se manifesta como objeto, ora como sujeito da ação, resistindo às atitudes impostas.

4. A educação de classe e a reapropriação do moderno

Na documentação da Campanha Nacional de Educação Rural, encontramos indícios de resistência do camponês ao desenvolvimento do trabalho desse programa. No entanto, essa resistência, entendida por nós como luta da população rural para opôr-se às intervenções realizadas na sua cultura, é entendida pelos organizadores e técnicos da Campanha como manifestação de atraso. A professora Helena Antipoff, executora do programa da Campanha Nacional de Educação Rural, em Minas Gerais, faz a seguinte observação em relação a essa questão, na aula inaugural do VI Curso de Treinamento de Educadores de Base da Campanha:

"os obstáculos, bem sabeis, podem provir da ignorância das próprias massas rurais e do apego irracional às formas tradicionais de vida, de trabalho, de maneiras de pensar impermeáveis à experiência, como em toda sociedade de civilização primitiva" (40).

A resistência colocada pelo camponês, impedindo a efetivação de determinadas atividades da Campanha Nacional, é interpretada como "atraso", "ignorância" e "incapacidade" dessa população em usufruir do moderno. Porém, ocorreram situações em que o camponês usufruiu muito bem das inovações modernas, não na qualidade de consumidor do moderno, como pretendia a Campanha, mas através da recriação desse moderno para que o mesmo passasse a ter um significado de uso em suas vidas.

Brandão, ao tratar das formas de trabalho desenvolvidas pelas elites entre as classes subalternas, refere-se àquelas formas que têm como proposta a de atuar sobre, e não com a classe envolvida no processo de mudança. Diz, a respeito desse trabalho, que muitas vezes as classes subalternas deixam-se invadir por não terem formas de controle, mas depois de invadidas desenvolvem mil

artimanhas, como instrumentos de resistência.

"Artimanhas de resistência popular das quais a mais sábia é a de aproveitar seletivamente dos serviços e novidades oferecidos (posto de saúde, curso de alfabetização, teatro na praça, campanha de vacinação, etc) sem se envolver politicamente com o compromisso inaceitável de servir com a sua fidelidade coletiva e persistente a programas de mediação que se servem do povo com o seu poder de manipulação, aparentando fazer o oposto" (41).

Em uma das passagens do trabalho da Campanha, encontramos uma situação idêntica à mencionada por Brandão. Nela, o camponês, depois de invadido, usa de sua capacidade e usufrui dos serviços modernos, imprimindo-lhes um novo sentido, sem, no entanto, envolver-se politicamente com o projeto modernizador. O fato aconteceu em Minas Gerais, num distrito onde funcionava um dos Centros de Treinamento para Professores Rurais, que era beneficiado com o motor gerador de luz elétrica. O Centro de Treinamento, sob o argumento de

beneficiar a comunidade local, promoveu um abaixo-assinado, o qual recebeu assinatura de todos os moradores, solicitando um gerador mais potente. O pedido foi atendido, causando grande satisfação no povoado, por causa do novo conforto. Porém, a Campanha relata, com muito espanto, um novo fenômeno que surgiu no povoado, decorrente da nova medida introduzida. Antes do evento da luz elétrica, entre as vinte e vinte e uma horas,

"o povoado mergulhava no silêncio da noite e seus habitantes tranquilamente restauravam as energias gastas durante o dia que começava cedo" (42).

Com a expansão da luz elétrica no povoado, a iluminação do mesmo estendeu-se até às vinte e três horas, aumentando, em decorrência disso, as horas de vigília e de lazer entre duas a três horas por noite. Em decorrência dessa alteração, os habitantes criaram novos hábitos, incompatíveis com os objetivos da Campanha.

"O número de botequins de 2 passou a 3 e talvez mais ainda, aumentando bastante a frequência neles da população masculina à qual tendem a se juntar elementos femininos

mais levianos. Aumentou o consumo de bebidas alcoólicas, multiplicaram-se cenas de brigas e agressões. As irradiações das canções carnavalescas, histórias tolas e dramas cheios de histerismo difundidos pelas estações das metrópoles vieram interferir com as modinhas, cantigas populares, serenatas tradicionais ali. Como enxurrada bem fazeja de uma chuva de verão, aparecem destroços e sujeiras carregadas de lugares estranhos" (43).

O exemplo citado desmistifica a visão da Campanha de que o camponês recusa o "moderno" porque é atrasado e ignorante. Ao contrário, mostra que ele participou diretamente no processo de aquisição do gerador, através do abaixo-assinado. Porém, ao perceber que os objetivos do uso da energia elétrica concebido pelo programa contrariavam as suas expectativas, apropriou-se dos resultados daqueles benefício de forma criativa e original, imprimindo-lhe um novo significado, de tal forma que o elemento moderno (o

gerador mais potente) ganhou sentido de uso para eles. Assim, no caso desses camponeses, não houve uma recusa da energia elétrica, mas a forma como eles usaram esse benefício moderno é que contrariou os objetivos da Campanha. A exemplo da população envolvida no projeto SACI (44), aqueles camponeses resistiram em usufruir do "moderno" na forma em que lhes foi imposto, recriando-o e imprimindo-lhe um sentido inesperado de tal forma que ele ganhou um significado diferente do desejado pela Campanha Nacional. A luz elétrica não serviu só para iluminar o Centro de Treinamento de Professores Rurais e o lugarejo, proporcionando uma maior integração entre os habitantes locais e a Campanha Nacional. Ao contrário, atendeu a outras necessidades da população, a partir da redefinição de seu uso, decidido por ela própria. A população usufruiu dos benefícios da luz elétrica, sem no entanto comprometer-se politicamente com os pressupostos do programa.

O aumento das horas de lazer noturno, longe de ser o lazer formativo preconizado na época pela educação rural imposta pela Campanha Nacional, era muito mais uma forma de negar e ludibriar a ordem disciplinar por ela veiculada. Se no século XVIII, conforme Jurandir, a "moral do lazer correspondeu ao enaltecimento do valor do trabalho" (45), o mesmo sentido não tiveram estas horas de lazer recriadas pelos camponeses em referência. Ao contrário, o aumento do número de vendas e o novo caráter imprimido ao lazer

representaram a negação do trabalho disciplinado. Se para disciplinar o homem do campo para o trabalho racional, fez-se necessário um certo rigor quanto à dicotomia do tempo, entre tempo de trabalho e tempo de lazer, essas novas formas de lazer, recriadas agora, interferiram exatamente nesse controle disciplinar, transformando o ócio em lazer. O aumento do consumo de bebidas alcoólicas e a diminuição das horas de descanso, interferindo no rendimento do trabalho no dia seguinte, expressam em si mesmas, uma resistência em relação às novas regras da temporalidade burguesa. Mais que isso, são formas de resistência aos mecanismos introduzidos pela Campanha em relação ao tempo linear, necessário às novas formas de trabalho que se anunciavam, com a modernização dos anos cinquenta. Assim, a venda, como ponto de encontro e forma de resistência, tornou-se um local de domínio e controle dos camponeses daquela localidade. Eles criaram esse espaço, conferindo-lhes uma identidade (46). Enquanto espaço de domínio do camponês, a venda desarticulava o espaço de controle criado pela Campanha Nacional. A venda transformou-se em espaço de controle do camponês, à revelia da educação modernizadora que ali se desenvolvia.

Perplexa frente aos rumos que tal fato tomou, a professora Helena Antinoff, executora dos programas da Campanha Nacional em Minas Gerais, indagava-se:

"Quem de nós seria bastante perspicaz em prever tais consequências de uma medida altamente civilizadora - luz elétrica - com seu cortejo inesperado de distúrbios e inconvenientes, tanto de ordem cultural quanto de higiene mental e de boa ordem social, no pacato rincão de Minas Gerais? Assim, lembremo-nos que toda medida nova é uma arma de dois gumes e toda técnica de progresso material nunca pode ser introduzida no ambiente social sem um esforço paralelo na elevação cultural da comunidade e da educação integral de seus membros" (47).

A perplexidade da Professora Helena Antipoff prende-se ao fato daqueles habitantes rurais não terem aproveitado a "medida altamente civilizadora", na forma como previa o programa educativo. Esta recusa é entendida pela Campanha como decorrente do atraso cultural e do baixo nível de cultura a que estava submetida a população rural. Na

realidade, aqueles camponeses não se recusaram em usufruir dos benefícios da luz elétrica, mas recusaram-se a usufruir apenas na qualidade de consumidores. Eles reinventaram o seu uso e a sua utilidade.

Notas do capítulo VI

- (1) Miguel Alves de Lima - "Reconhecimento geográfico para instalação de uma Missão Rural no Estado de Alagoas". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):131, jul. 1954.
- (2) Luiz Rogério - "A Missão Rural, fator de recuperação do homem do interior". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):50, jul. 1954.
- (3) Idem, *Ibidem*, p.47.
- (4) Severino Pereira da Silva - "O êxodo em função das condições do meio rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):130, 1ª sem. 1956, grifos meus.
- (5) Diamantina Costa Conceição - "Desfazendo dúvidas em relação aos processos utilizados pela Educação de Base". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural,

Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura,
(4):132, 2ª sem. 1956.

(6) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural -
"Cursos de Habilitação de Professores Rurais". Rio de
Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):229,
1961/1962.

(7) José Graziano da Silva - Progresso Técnico e Relações
de Trabalho na Agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981,
P.118.

(8) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural -
"Mecanismos dos serviços gerais nos cursos de
treinamento e habilitação". Rio de Janeiro, Ministério
da Educação e Cultura, (10):82, 1961/1962.

(9) ----- - "Cursos de Habilitação de Professores
Rurais". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e
Cultura, (10):229, 1961/1962.

(10) Idem, Ibidem - loc. cit.

(11) Idem, Ibidem - loc. cit.

- (12) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Pesquisa informal do município de São João Del Rei realizada pela equipe da Missão Rural ali instalada". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):87, 1955.
- (13) Idem, Ibidem, p.89.
- (14) Cf. Carlos Rodrigues Brandão - A Educação como cultura. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, pp.31/32.
- (15) O uso da disciplina enquanto técnica de controle não se restringe apenas a "cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas a trabalhá-lho detalhadamente, a exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo". Cf. Michael Foucault - Visitar e Punir, nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1983, p.126.
- (16) Miguel Alves de Lima - "Reconhecimento geográfico para instalação de uma Missão Rural no Estado de Alagoas". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):131, jul. 1954.

- (17) Oscar Machado - "Apresentação" - Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):4, jul. 1954.
- (18) Diamantina Costa Conceição - "Qual o melhor processo para a dinamização e o desenvolvimento cultural e econômico dos municípios brasileiros" Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):5, jul. 1954.
- (19) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural: "IV Curso de Treinamento de Professoras - "A criança" Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):120, 1961/1962.
- (20) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, "IV Curso de Treinamento de Professoras Rurais - "Nossa Horta". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):99, 1961/1962.
- (21) Karl Marx - O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 1, Vol. I, parte quarta, cap.XI; 1980, p.374.
- (22) Idem, Ibidem - p.377.

- (23) José Graziano da Silva - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981, p.128.
- (24) Idem, Ibidem - p.119.
- (25) Cf. Antônio Gramsci - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. pp.397/398.
- (26) Luiz Rogério - "A Missão Rural, fator de recuperação do homem do campo". Revista da campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):5, jul. 1954.
- (27) Jurandir, ao estudar o processo de reabilitação familiar no sec. XVIII, no Brasil, afirma que a cadência do tempo deveria comandar várias atividades da família remodelada. Jurandir Freire Costa - Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979. p.183.
- (28) "As pessoas não se movem mais pelo ritmo do sol, pelo canto do galo ou pelo repicar dos sinos, mas pelo tique-taque contínuo, regular e exato dos relógios".

Nicolau Sevckenko - O Renascimento. Campinas, Editora da UNICAMP, 1984. p.12.

(29) Para pensar a questão do teatro entre os camponeses dos anos cinquenta, foi útil a leitura do trabalho de Barreiro. A relevância do simbolismo, como instrumento de controle e de protesto popular no Brasil do século XIX, fez com que este autor dedicasse bastante atenção às características específicas do teatro exercido pelas categorias sociais dominadas nesse período. Cf. José Carlos Barreiro - O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX. São Paulo, 1989. 529 p. (Tese doutorado Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP) especialmente pp.227-236.

(30) Ody Braga - "Teatro Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (4):118, 2º sem. 1956.

(31) Diamantina Costa Conceição - "Desfazendo dúvidas em relação aos processos utilizados pela Educação de Base". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (4):133, 2º sem. 1956.

- (32) Diamantina Costa Conceição - "Desfazendo dúvidas em relação aos processos utilizados pela Educação de Base". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (4):130, 2ª sem. 1956 (grifos meus).
- (33) Em 1976, no Centro de Filosofia da Universidade de Genebra, foi escrito o "Manifesto Filosófico", com a participação, dentre outros, do Prof. Gadotti e do Prof. Claude Pantillon. Na ocasião, ele serviu como ponto de partida para se tomar consciência de que a filosofia não é uma questão abstrata, mas pode intervir concretamente na transformação da realidade. A discussão sobre a questão da dúvida é um exemplo disso. Cf. Moacir Gadotti - Educação e Poder: introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1982.
- (34) Idem, Ibidem - p.17.
- (35) Ody Braga - "Teatro Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (4):118, 2ª sem. 1956.
- (36) Carlos Rodrigues Brandão - A Educação como Cultura. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p.62.

- (37) Ody Braga - "Teatro Rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (4):117, 2ª sem. 1956.
- (38) Paulo Freire - Extensão ou Comunicação? 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.41.
- (39) Marilena Chauí - Conformismo e Resistência da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986. p.124.
- (40) Helena Antipoff - "Aula inaugural do VI curso de treinamento de Educadores de base da CNER". Revista da campanha nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):171, jul. 1954.
- (41) Carlos Rodrigues Brandão - A Educação como Cultura. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p.76.
- (42) Helena Antipoff - "Aula inaugural do VI curso de treinamento de Educadores de Base da CNER". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):173, jul. 1954.
- (43) Idem, Ibidem - loc. cit.

(44) Marilena Chauí, ao discutir as razões que levaram o projeto SACI/EXTERN de educação, transmitido via satélite, a fracassar no Rio Grande do Norte, observa que o extermínio de tal programa deu-se em função da inadequação cultural entre a sua proposta e seus telespectadores, levando-os a criarem mecanismos de resistência. A autora diz que o cancelamento final do projeto SACI pelos seus organizadores deu-se mais em função do uso "inadequado", dos rádios e televisores, destinados a transmitir tal programa. A população envolvida, ao invés de vê-lo e ouvi-lo, passou a ver e ouvir programas de seu interesse, como esporte, novelas, programas de auditório. Com essa nova determinação de uso dos aparelhos por parte da população, as baterias que os alimentavam eram gastas e, no momento de transmissão do SACI, rádios e televisores não funcionavam. Ao analisar esse episódio, a autora faz a interpretação de que a população não se opôs abertamente ao governo, "simplesmente não deu ao Estado o que o Estado pedia, isto é, apoio, adesão, cooperação. Ressalta, ainda, que a população não recusou a "modernidade", pelo contrário, usufruiu os rádios e televisores, integrando-se em seu próprio lazer, mas determinou, por sua conta, o que desejava ver e ouvir". Cf. Marilena Chauí - Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São

Paulo, Brasiliense, 1986. pp.63/66

- (45) Jurandir Freire Costa - Ordem médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, p.184.
- (46) Inspirei-me em Barreiro, que, ao estudar como a classe dominante desenvolveu mecanismos de controle para disciplinar o trabalhador livre do século XIX, na tentativa de ajustá-los ao trabalho, ressalta também o uso da venda por esses trabalhadores enquanto forma de lazer para burlarem a ordem estabelecida. "A venda negava a ordem social porque transformava-se em força negadora do próprio trabalho. Isso ocorria porque, longe de estimular o desenvolvimento da disciplina de trabalho, ela concretizava a possibilidade, para o oprimido, de converter o seu tempo-ócio em lazer". Cf. José Carlos Barreiro - O trabalhador no Século XIX: organização informal, cultura e prática política. São Paulo, 1987, p.57. (Relatório de Qualificação científica para o Doutorado, Fac. Fil. Let. Ciênc. Hum., USP).
- (47) Helena Antipoff - "Aula inaugural do VI curso de treinamento de Educadores de base: Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):173, jul. 1954.

CAPÍTULO VII

O Controle e a Penetração na Intimidade Camponesa

Concebidos como "atrasados" pela Campanha Nacional de Educação Rural, os camponeses passaram a ser vistos como um problema a ser superado pelos técnicos desse programa. Era preciso, inicialmente, "modernizar" a sua própria habitação. Para isso, fazia-se necessário "aparelhá-los espiritualmente para receber a organização de seus lares" (1), no dizer de um membro da Campanha Nacional. Era premente "colocar a casa em ordem" em todos os sentidos, conforme a interpretação do dito popular. Esse "aparelhamento espiritual" era tido como fase preparatória para a introjeção no camponês de determinados "saberes" conferidos pela Campanha. Saberes estes, que se detinham particularmente na tentativa de "elevar os seus padrões culturais" (2), já que a população rural era tida como atrasada e inferior, do ponto de vista cultural. A superação desse atraso, representava, dentre outros aspectos, a

aquisição de uma nova concepção de lazer e de tempo, entre os camponeses, como vimos mais detalhadamente no capítulo anterior. Isso significava, por outro lado, uma perda cultural sob vários aspectos para os camponeses dos anos 50, nas localidades atingidas por tal programa.

1. A casa higiênica e a nova moral: os mecanismos para a constituição de condutas disciplinares

Um desses aspectos referia-se à instituição de uma nova concepção de habitação. Sob o argumento de que a habitação camponesa tal como estava organizada e concebida pelos seus habitantes, provocava a transmissão de determinadas doenças, particularmente a verminose, devido à falta de higiene, a Campanha sugeriu que a casa do camponês fosse remodelada, tanto do ponto de vista da arquitetura, quanto do ponto de vista da higiene. A implantação de uma nova arquitetura para as casas, bem como de um plano de reformas para as já existentes, eram medidas vistas como pré-requisitos para uma política de higiene bem sucedida.

A partir das descrições das habitações rurais, realizadas pelos técnicos em seus depoimentos, detectamos sua preocupação constante em intervir na construção e reforma das habitações, de modo a atender aos padrões de higiene valorizados pela Campanha Nacional. Em um levantamento realizado pela Equipe da Missão Rural da Campanha, no município de São João Del Rei, em Minas Gerais- 1954, para que pudesse obter um parecer da Coordenadoria do programa a fim de se instalar na localidade, encontramos a seguinte descrição das condições habitacionais ali existentes:

"Algumas casas apresentam relativa limpeza e razoável grau de habitabilidade, outras são verdadeiras pocilgas. Encontram-se ainda, casas média normal, que designaria as casas de chão batido, paredes de adobe, sem forro, iluminação deficiente, aeração insuficiente, divisão interna dos cômodos inadequada ao asseio, em geral, precário. A promiscuidade é a regra geral; crianças e adultos dormem nos mesmos leitos, utilizam-se dos

mesmos objetos de higiene e bebem e comem em vasilhas comuns. O doente está em contato direto com as crianças, o sadio por pouco tempo continua a sê-lo" (3).

É impressionante o tom pejorativo dos técnicos ao descreverem as habitações dos camponeses desse município, chegando a compará-las a pocilgas devido à "imundície" denunciada por sua ótica. Severas restrições são colocadas em relação à arquitetura das mesmas, atribuindo a ela a maior facilidade pelo contágio de doenças. A iluminação deficiente, a aeração insuficiente, a divisão interna dos cômodos inadequada, constituíam-se num quadro patológico facilitador do aparecimento de doenças. Este quadro agravava-se ainda mais devido à promiscuidade em que estava vivendo essa população, conforme a afirmação dos técnicos da Campanha.

As restrições colocadas à vida promiscua do camponês e a constante referência a ela, nas anotações dos técnicos da Campanha Nacional, leva-nos a crer que não se justificavam somente sob o aspecto doentio que essa relação poderia determinar, mas muito mais sob o aspecto moral da promiscuidade. O trabalho apresentado pelo engenheiro agrônomo Severino Pereira da Silva, no 10º Curso de Educadores de Base da Campanha Nacional de Educação Rural,

por ocasião da reunião dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, de 21 a 26 de maio de 1956, ao descrever as condições de vida da população rural do nordeste, referia-se também à promiscuidade, associando-a à questão da moral:

"A sua moral se fundamenta na promiscuidade familiar, que até lhe nega os sentimentos da pessoa humana. A sua vida espiritual é presa a credices e sua escola é a mesmice, repetida de gerações para gerações" (4).

A questão da moral é motivo de preocupação, também, no VI Curso de Treinamento de Professores, tendo como tema central "A Criança", realizado em Colatina - Espírito Santo, em 1954. Esse problema constituía-se como preocupação importante, inicialmente, entre as próprias professoras treinadas para trabalhar com a comunidade, com o objetivo de:

"Levar a aluna (as professoras que estão sendo treinadas) a respeitar em si própria e nos outros os preceitos da moral social mais elevada e as necessidades do espírito" (5).

A preocupação com a questão da moral está presente, então, nas formas de vida da população rural quando a Campanha Nacional discute a questão da habitação camponesa. Mas ela aparece, ainda, nos cursos de Treinamento para Professoras, como revela a citação anterior. As professoras deveriam desenvolver entre si os preceitos de moral para que, na atuação junto à comunidade, essas mesmas normas fossem amplamente disseminadas.

É necessário ressaltar, aqui, a relevância do papel do professor rural atribuído pela Campanha Nacional tanto em relação à sua atuação em sala de aula, como também a outros aspectos da comunidade rural. Às professoras cabia não só desenvolver suas atividades docentes, mas deveriam também ser preparadas e treinadas "para desempenharem o papel que lhes cabia de líderes em suas comunidades" (6). Nesse sentido, ressaltava o coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, Colombo Etienne Arreguy, que competia aos cursos de Treinamento de Professores Rurais

"capacitá-los a desenvolver, através de suas escolas, atividades educativas, com vistas à melhoria de condições higiênicas, sociais e econômicas das comunidades"

(7).

Ainda dentro dessa concepção de educação, salientava o engenheiro Severino Pereira da Silva que a escola rural deveria constituir-se em

"célula máter na formação do lastro para a fixação de novas técnicas e progressos sociais" (8).

Em outro curso de Treinamento para Professoras, realizado em Colatina - Espírito Santo, em 1958, os objetivos do programa de Agricultura prendiam-se a

"substituir as crenças e interpretações errôneas pelo conhecimento científico, empregando todos os recursos didáticos possíveis para a concretização dos objetivos: experimentação, demonstração, etc" (9).

Nos cursos de treinamento, acreditava-se que as técnicas de experimentação e demonstração eram possíveis de serem associadas a conhecimento científico e com isso serem assimiladas sem resistência por parte do camponês (10).

Através do quadro que acabamos de traçar, podemos verificar como, nos anos 50, a escola rural atuou no sentido de não só adequar a educação rural aos propósitos desenvolvimentistas que caracterizam esses anos, mas também

de veicular, através de seu conteúdo e do seu serviço de extensão à comunidade, normas e valores para atender aos requisitos desse novo momento. Como já detalhamos anteriormente, tais conceitos encaminham-se no sentido de disciplinar o camponês a uma forma de trabalho racional, requerida pela modernização da agricultura. Essa finalidade da educação rural, nos anos 50, de ser um agente facilitador do processo de modernização, é constatada pelo geógrafo Luiz Rogério, ao publicar um artigo sobre os resultados obtidos a partir do trabalho da Campanha. Sem mencionar a localidade, afirma o geógrafo:

"A escolinha da roça, animada e ajudada pela professora (que sempre viveu abandonada a si mesmo), cria um novo elan e retira da equipe toda a colaboração possível; fazem-se palestras e demonstrações (11) dentro do currículo ou nos intervalos; organizam-se clubes agrícolas e pelotões de saúde, cultiva-se a horta, faz-se experiência da sopa escolar; começam-se pequenos projetos de artes manuais; faz-se boa recreação, em

rodas, canções, dramatizações diversas, teatrinho de fantoches (preparados os bonecos pelas mesmas crianças); os cursinhos de costura e bordados absorvem o interesse e o entusiasmo das garotas - a escola começa a viver e atrair a criançada" (12).

Através dessa citação, verificamos que a extensão e a penetração do trabalho da escola rural não se restringiram somente à sala de aula, mas atingiram principalmente a comunidade rural, atacando várias frentes. A análise até agora desenvolvida reforça o papel que a Campanha Nacional de Educação Rural desempenhou junto à escola nos anos 50, fazendo com que a educação rural veiculada atendesse aos interesses da classe dominante, através de uma política educacional adequada ao desenvolvimento econômico. No entanto, esse novo enfoque dado à educação rural não foi um movimento isolado na sociedade, mas decorrente de um projeto de modernização e racionalização do processo de trabalho desenvolvido na sociedade brasileira, devido à aceleração do processo de industrialização.

Como já tratamos em outros momentos deste trabalho, o processo de industrialização desses anos não se limitou

somente ao setor urbano, modernizando também a agricultura. Contou ainda nesses anos, para formar um novo quadro de mão-de-obra qualificada, com a criação por parte do governo Federal de outros programas extensionistas (13) que objetivavam atender às novas necessidades da agricultura moderna.

Portanto, a escola rural, através do novo enfoque dado ao seu conteúdo, encaminhava-se no sentido de participar como agente da modernização da agricultura. Da mesma forma, as intervenções e restrições pela Campanha Nacional, em relação à precariedade das casas rurais e à falta de higiene de seus habitantes, tentou proporcionar a aquisição de novos hábitos e valores que atendessem aos princípios da modernização. Assim, a preocupação em sanear o meio ambiente do camponês parece antes de tudo estar associada à intenção de regenerar e disciplinar essa população segundo os valores preconizados pela Campanha Nacional (14).

Verificamos que os objetivos da Campanha se encaminhavam no sentido de construir normas de condutas disciplinares, que serviriam para atender aos interesses da sociedade brasileira dos anos 50, que se modernizava, necessitando redefinir seus hábitos e valores. De modo mais específico, atuou no sentido de adequar às formas racionais de trabalho que requeria a modernização da agricultura desses anos. Tal adequação referia-se, por exemplo, à

mecanização da agricultura, estimulada e orientada pela Campanha Nacional (15), que requeria uma mão-de-obra especializada, desempenhando um serviço mais organizado.

As observações em relação à precariedade das habitações e à falta de higiene de seus habitantes não foram motivo de comentários e restrições apenas nos anos 50, mas também de viajantes que passaram pelo Brasil no séc. XIX. É o caso do francês Augusto de Saint-Hilaire (16), que, em inícios do séc. XIX, relatou suas viagens à Província de São Paulo. É curioso que, apesar do tempo, as impressões desse viajante são muito parecidas com aquelas realizadas pelos técnicos da Campanha Nacional nos anos 50. O viajante revela o mesmo estado precário de uma choupana que visitara,

"construída de taipa, coberta de sapé, e cujas entradas são portas estreitas fechadas com couro" (17).

Em outra viagem, descreve uma casa com compartimentos pequenos, sem janelas e, por isso, extremamente escuros. Observa ainda os camponeses, que andavam com as pernas e os pés inteiramente nus e com as roupas sujas (18). Luis Agassiz, viajante americano, passando pelo Brasil entre 1865-1866, faz observações da mesma natureza (19). Isso permite constatar que a cultura camponesa tem traços seculares de permanência e que as mudanças efetivas devem estar em consonância com o seu próprio ritmo.

Como decorrência das impressões reveladas em relação à pobreza e precaridade arquitetural das habitações rurais, o passo seguinte foi o de elaboração de sugestões pelos técnicos da Campanha Nacional, de como estas populações poderiam proceder a mudança. Imbuídos de tal preocupação, Francisco Gogo Lourenço Filho, Chefe do Setor de Treinamento da Campanha Nacional, ao sugerir a construção de Centros de Orientação de Líderes, de Professores Rurais e Centro de Treinamento de Cooperativismo, para as diferentes regiões, aconselha o seguinte procedimento e modelo com respeito às casas a serem construídas:

"A casa será construída com material próprio da região, sem grande pretensão, semelhante à das comunidades, porém melhoradas. Poderão ser de padrões diferentes e servirem de modelos aos que desejarem construir uma casa resistente e econômica"(20)

Tal sugestão é indicativa do caráter ambíguo dos trabalhos da Campanha Nacional que, se por um lado pretendiam transformar o camponês do ponto de vista cultural, desconsiderando a sua cultura, por outro demonstram nesse momento a preocupação em construir novas casas em consonância com as já existentes, respeitando, portanto,

alguns elementos de sua própria cultura em relação à arquitetura das casas. Esse procedimento sugere que o trabalho poderia ter sido desenvolvido dentro de outra perspectiva, contando efetivamente com a participação da população rural nas determinações de suas próprias mudanças, no sentido das mesmas ocorrerem dentro da lógica da cultura camponesa. No entanto, existe um grande distanciamento entre a preocupação inicial e as intervenções ocorridas na prática, demonstrando que a introdução dos novos modelos de habitações são exteriores aos hábitos, costumes e estilos de vida da população rural.

A descrição dos novos modelos de habitação, configurados em algumas regiões, após a atuação da Campanha, demonstra o quanto a organização desses novos lares ficou alheia à cultura camponesa. Vejamos as citações subsequentes:

"O ambiente reflete o novo conceito de vida. Os mais pobres buscam esforçar-se por melhorar a casa e consertam uma parede, abrem uma janela, fabricam um móvel (a equipe mantém curso de fabricação de móveis rústicos), caiam a casa, enquanto os menos deprovidos de meios, iniciam

obras de construção, e as novas casas se fazem com mais higiene e mais conforto, tendo um fogão, um banheiro, uma latrina..."(21).

Encontramos, em outro momento na documentação da Campanha, relato de mudanças ocorridas em habitações rurais, em Pé da Serra-Bahia. Particularmente nesse caso, a nova casa estava em "exposição", para servir de modelo à comunidade local. As transformações, aqui, atestam ainda mais o distanciamento em relação à cultura camponesa:

"A residência do líder está servindo de demonstração aos comunitários, os quais gostam de visitá-la e são muito bem recebidos pelo líder e sua esposa (também líder). Possui um jardim de entrada e tem ao lado uma varanda muito bem ventilada. A casa está mobiliada com móveis simples, mas confortáveis e bonitos. A instalação sanitária dispõe privada higiênica de louça, banheiro com chuveiro, tanque de cimento e pia de ferro

esmaltado. O piso da casa é de cimento, em cores de belo efeito. Completando a harmonia do conjunto, um quintal bem cuidado com muitas árvores frutíferas recentemente plantadas”(22).

Ainda no sentido de documentar o próprio trabalho da Campanha Nacional em relação às mudanças introduzidas nas habitações rurais, encontramos a seguinte afirmação:

“Imensa é a relação de que já dispõe a CNER e, interessante o seu documentário fotográfico sobre a atuação das equipes de Missões Rurais no tocante à reforma ou à construção de habitações decentes e higiênicas do homem rural”(23).

Essas citações são indicativas de que a Campanha Nacional desenvolveu um trabalho distanciado da lógica da cultura camponesa relativamente ao problema da habitação.

Não se trata de idealizar as condições higiênicas em que vivia a população rural. As descrições do programa extensionista são convincentes no sentido de mostrar que aquelas condições poderiam provocar doenças, principalmente

a verminose. Porém, o que pretendemos assinalar é que o trabalho da Campanha desejava submeter aquelas pessoas a um processo de perda cultural e à invalidação de seus conhecimentos e valores, a partir da imposição de um saber tido como moderno. Na verdade, valendo-se dos argumentos da necessidade de se remodelar a casa imunda e sanar os problemas de saúde, "proporcionando um completo bem estar físico, mental e social"(24), a Campanha procurou introduzir hábitos culturais exteriores à população rural. A transformação cultural não ocorreu, então, a partir de uma situação definida como problema pelo próprio camponês, para que ele pudesse determinar as mudanças significativas para ele.

As observações e intervenções dos técnicos da Campanha Nacional não ficaram somente na estética arquitetural da casa dos camponeses, mas voltaram-se também para o interior das mesmas. Assim relata o técnico que participou de um levantamento econômico do Município de São João Del Rei, em 1954:

"Na quase totalidade o mobiliário se resume a um banco e uma mesa na sala, onde enxerga o estrado como cama, algumas panelas e canecos como utensílios de cozinha, tudo pobre e descuidado. Como

enfeite, nunca falta a galeria de retratos, quadros e santos e uma folhinha, dispostos sobre a mesa. Enfeitando os santos, costumam colocar flores de papel. Nas casas de melhor nível, há sempre guardanapos bordados, ornamentando a mesa ou cantoneiras dos santos" (25).

Pela descrição, esta é uma casa tipicamente rural, do ponto de vista funcional, no sentido de suprir as necessidades de seus habitantes, aproveitando tudo que o meio rural oferece. Para exemplificar, normalmente os canecos e bacias que são usados como utensílios de cozinha são feitos a partir do aproveitamento de algum tipo de lata (de banha, por exemplo) colocando-se um cabo e transformando-a em um caneco. Os enfeites, descritos em tom pejorativos como "galerias de retratos, quadros e santos", também compõem a tradição das populações rurais, que têm o hábito de colocar em molduras as fotografias dos parentes, particularmente de avós paternos e maternos. Desconhecendo a existência e o significado desses hábitos, eles são severamente criticados pela Campanha.

Contraopondo-se à não-casa, pobre e sem recursos, Luiz Rogério descreve o novo perfil que a habitação rural

ganhou a partir do trabalho da Campna.

"... a preocupação pela limpeza e pelo bem-estar vai surgindo e os quadros e jarros de flores vão adornando o lar; no quintal cultiva-se a horta, à frente da casa plantam-se flores. As jovens aprendem a fazer utensílios domésticos, com arame, contas, fibras, pedaços de madeira, tampa de garrafas, usando toda essa porção de coisa inúteis que a arte feminina sabe transformar em beleza, e surgem os centros de mesa, os tapetes e capachos, as toalhas e porta-toalhas, os paninhos para o pote ou para o moringue, as cestas de ovos, as peneiras, as bolsas, frutos do trabalho, cujas sobras começam a ser levadas ao mercado, dando, assim, um sentido econômico aos lazeres" (26).

Pela citação, verificamos que a nova-casa, sugerida pela Campanha, também foi adornada com quadros e jarros de flores provavelmente de plástico, já que estas aparecem como elemento novo e moderno em outra descrição. Verificamos que nesse caso ocorreu a substituição de um enfeite por outro, permanecendo, contudo, o mesmo gênero. As flores de papéis e a galeria de retratos e quadros que refletiam a cultura camponesa, a tradição, representavam para a Campanha, o não-adorno, a sujeira, o atraso, necessitando serem substituídos pelos quadros e flores modernos. O mobiliário pobre, os utensílios descuidados e os não-adornos foram trocados por outros, confeccionados na maioria das vezes pelas donas de casa, sob a orientação especializada da Campanha Nacional.

No final da citação anterior, encontramos um conjunto significativo de novos elementos que foram introduzidos nos lares e, com eles, o sentido de economia de necessidade. Ou seja, juntamente com a introdução dos novos elementos, desenvolveu-se também a concepção de lazer econômico.

2. A figura da mulher na modernização camponesa

Chamou-nos a atenção, ainda, o papel que a mulher camponesa desempenhou nesse processo de remodelação da "não-casa". Vimos, há pouco, como a mulher camponesa participou ativamente na confecção dos adornos e utensílios domésticos. Porém, a sua participação, ao que tudo indica, não se restringiu somente a esse particular. A participação da mulher no desenvolvimento do meio rural nos anos 50 mereceu destaque não só por parte da Campanha Nacional de Educação Rural, mas também de outros programas a nível nacional.

Nos anos 50, o papel da mulher camponesa no processo de modernização rural não foi desprezado pela classe dominante, que destinou a ela o tema central de Congressos e Seminários, para que a sua eficácia nesse processo pudesse ser discutida e melhor aproveitada. Nesse sentido, "foi realizado pelo Ponto IV no Copacabana Hotel, o I Congresso sobre o PAPEL DA MULHER NO MEIO RURAL, que contou com a participação de grande número de delegados enviados por diversos países latinos, centro e norte-americanos. A Campanha Nacional de Educação Rural participou desse Congresso, através do Professor Colombo Etienne Arreguy, do Assistente Técnico Professor Joaquim Moreira de

Souza e dos Chefes dos Setores Técnicos Diamantina Costa Conceição e Dr. Francisco Gago Lourenço Filho”(27). Ainda com essa mesma preocupação, realizou-se o Seminário Latino Americano no Distrito Federal sob o tema “O PAPEL DA MULHER NO PROGRESSO RURAL”. Representaram a Campanha Nacional de Educação Rural, nos debates, Diamantina Costa Conceição e Dr. Francisco Gago Lourenço Filho”(28).

A realização dos dois eventos demonstra o quanto foi valorizada pela classe dominante a participação da mulher camponesa no processo de modernização rural. No caso particular da Campanha Nacional, com certeza a mulher ocupou um lugar de destaque no programa, na medida em que ela, em muitas situações, era o veículo de introdução das medidas inovadoras no lar, sob a orientação do referido programa. Pretendia-se que, através de um modelo imaginário de família orientado para a intimidade do lar, promovido pela Campanha Nacional, devesse surgir um novo modelo de organização familiar. A eficácia desse novo modelo de organização familiar certamente estava centrado no papel que a mulher desempenharia enquanto mulher-mãe-dona-de-casa.

Nesse sentido, a mulher camponesa tornou-se ponto de destaque a ser trabalhado nos cursos desenvolvidos, por exemplo, no Centro Rural de Treinamento Doméstico Feminino, ministrados nos Vales do Apodi e do Açu, no Estado do Rio Grande do Norte. Através desses cursos, a mulher era convocada para

"desenvolver a sua personalidade, melhorando os seus conhecimentos básicos em geral, a fim de capacitá-los a bem de cumprir os deveres de seu sexo e a bem exercer os direitos de sua vocação" (29).

Esses mesmos objetivos compuseram o programa do curso realizado no Centro Social de Comunidade, promovido por moças líderes preparadas pela Campanha Nacional em Apiaí, no Estado de São Paulo, próximo ao litoral do Paraná(30). A mulher camponesa passou a ser requisitada para exercer a sua "vocação natural" de mãe e a cumprir os deveres de seu sexo ou seja, procriar e cuidar da casa.

Na verdade, através de vários argumentos, mas principalmente o de cunho moral, esse discurso pretendeu fundar um novo modelo normativo e de regulação da mulher, com o objetivo de intervir para a formação de uma nova conduta feminina na família, através da propagação de um novo modelo imaginário de mulher, de família e de organização da casa. A mulher passa a ser solicitada a modificar os arranjos de sua casa, a melhorar a higiene em todos os sentidos, a criar filhos saudáveis. Enfim, a cuidar e vigiar o bom andamento da "nova-casa", voltando-se mais para o lar. A introjeção e assimilação desse novo modelo

normativo, regrado, é reforçado pelos próprios concursos promovidos pela Campanha Nacional, da "melhor dona-de-casa" e dos nenês mais robustos(31). Foram promovidos ainda, em Bom Fim, na Bahia, em 1958, pela professora rural entre as donas de casa,

"concursos de janelas floridas entre a população, incrementando assim, junto a seus alunos e respectivas famílias, o gosto estético, o ideal de Beleza, que pode existir, em verdade entre os pobres e os simples..."(32).

Esse conjunto de atitudes será reforçado pelos diversos Cursos de Treinamentos para Professores, desenvolvidos nas localidades onde a Campanha Nacional atuou. Como já frisamos anteriormente, o professor rural deveria desempenhar o papel de líder nas comunidades rurais, levando a elas o conhecimento novo, o que conferia grande importância a esses cursos de Treinamento. Em 1958, em Colatina, Espírito Santo, foi desenvolvido um desses cursos, onde a aula de Formação Privilegiava os seguintes pontos:

- 1) "Flirt" - Namoro
- 2) Preparação para o casamento;

- 3) Escolha do futuro
cônjuge; qualidades:
 - a) morais, religiosas e
físicas;
 - b) amor cristão e amor
humano;
 - c) fins do casamento
- 4) Mãe e educadora"(33).

Nesse curso, as professoras eram orientadas a alertarem as moças do meio rural para o casamento e, mais particularmente, em relação às qualidades do futuro cônjuge. O curso não fornece elementos do que foi valorizado como boas qualidades para o homem. Porém, o próprio perfil de boa conduta definido pela Campanha, em outros momentos, indica que o homem adequado para o casamento deveria ser desprovido vícios, ser religioso, forte e saudável. Ou seja, um homem adequado aos padrões burgueses, regrado, disciplinado, contido e produtivo. A junção conjugal desses indivíduos higienicamente preparados para o casamento certamente resultaria numa família com perfil diferente daquela considerada anárquica e imunda, pela Campanha. O casamento higiênico conduz à constituição de uma família marcada pelas normas da regulação do poder, não só pela abolição de condutas inaceitáveis, mas sobretudo pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais. Esta nova família, incentivada pela

mulher-mãe-dona-de-casa, deveria constituir-se em seu próprio fiscal a vigiar-se para não transgredir as normas impostas. A auto-vigilância, realizada a partir da evolução higiênica, provavelmente reverteu-se em maior disciplina, maior vigilância e maior repressão.

É interessante buscar explicações históricas para que se possa entender a atuação da Campanha Nacional sobre a mulher camponesa nesse período. Se recorrermos inicialmente aos exemplos da modernização européia, veremos uma participação importante da mulher no difícil período de transição da Inglaterra pré-industrial para o capitalismo. Sua participação nos motins realizados na Inglaterra, no século XVIII, por exemplo, foi significativa. Elas lutavam contra a exportação de gêneros de primeira necessidade, contra os preços altos, reivindicando a boa qualidade dos alimentos e pesos justos. Essa intervenção em alguns momentos, era mais espontânea, porém em outros mostrava-se mais organizada com a apresentação de cartazes convocando reuniões para fixar os preços (34).

Se dermos um salto no tempo e nos voltarmos para o Brasil de fim do século XIX, veremos que sua presença não foi menos significativa. A insurreição do Quebra-Quilos, ocorrida no Nordeste, entre os anos de 1874-1875, foi um exemplo disso. Trata-se de um movimento que externou a revolta da população nordestina contra as novas medidas econômicas, como modificações no pagamento de impostos e

introdução de novos pesos e medidas de base métrico-decimal. Como parte e consequência do movimento Quebra-Quilos, a população rebelou-se também contra o recrutamento de civis, que serviam ao Estado. A participação das mulheres camponesas no Quebra-Quilos foi, por exemplo, decisiva na questão do alistamento. No Rio Grande do Norte, em Mossoró, ocorreu invasão de igrejas, local onde se realizava o trabalho de alistamento, destruindo-se livros e anotações. Essa invasão ficou

"conhecida como o motim das mulheres, por ter sido dirigida por Ana Floriano, a primeira a arrancar editais e despedaçar listas"(35)

Notícias de Alagoas e da Paraíba relatam, que em Altinho as mulheres também impediram os trabalhos de alistamento, ocorrendo o mesmo na Província do Ceará, ao rasgarem as lista e insultarem os membros das juntas (36). Portanto, parece ser tradicional a participação da mulher camponesa nas lutas políticas da Europa e de vários momentos da história do Brasil. Nos anos sessenta, no Brasil, época da atuação da Campanha Nacional, a mulher camponesa esteve também presente nas lutas sindicais do campo, como demonstra o filme "Cabra Marcado para Morrer" (37). Parece, pois, que a Campanha Nacional tinha razões de sobra para preocupar-se com a educação da mulher camponesa, na sua atuação. Dentro

do mesmo espírito de luta de que participou a protagonista do filme, ocorreram várias manifestações dos trabalhadores rurais nos anos 50, como reflexo da própria condição a que ficariam submetidos, no momento histórico da expansão da grande propriedade e de expropriação do pequeno produtor (38). Reafirmamos, com isso, que paralelamente, ocorreram lutas dos camponeses contra as consequências danosas da modernização agrária, que significaram para eles a sua expulsão do campo, transformando-os na maioria das vezes em bóias-frias.

3. Sanitarismo, saúde e o exercício da dominação

Fundamentados na crença de que a família camponesa era anti-higiênica devido à sua ignorância e falta de conhecimentos, a Campanha Nacional de Educação Rural atuou profundamente no setor da higiene através da Educação Sanitária.

Esta desenvolvia a idéia entre os camponeses de que as suas famílias erravam nesse aspecto por ignorância e

desconhecimento. Para tanto, valendo-se dos índices de mortalidade infantil, da verminose, da falta de higiene das casas, em geral, e da promiscuidade familiar, a Campanha Nacional implantou uma política sanitária no meio rural, inspirada nos preceitos sanitários da classe dominante. Dentro desse raciocínio, tal programa desenvolvia formas de penetrar na individualidade na intimidade da família camponesa, na tentativa de transformar seus hábitos de vida, sob o pretexto de uma vida saudável.

Através de uma pesquisa realizada pela Missão Rural instalada no município de São João Del Rei, encontramos o camponês assim caracterizado:

"O homem do campo é antes de tudo um sujo. Não que o queira, mas porque não sabe viver limpo e não sabe porque não lhe ensinaram isso. Os pés do rurícula sustentam a nudez conseguinte à sua ignorância, as suas pernas desprotegidas constituem para os répteis e insetos, uma presa indefesa. Desde pequeno o rurícula habitua-se a andar descalço. Mesmo possuindo calçado, ele só o usa aos domingos ou dias

de festa para "ir à cidade".

Voltando dela, no meio da estrada, o camponês retira o calçado para "não gastar".

As consequências deste hábito para a saúde, são fáceis de se imaginar. A verminose aí está, para o brasileiro, a igualdade entre os termos trabalhador rural e verminótico, é um fato; ela é consequência da falta de proteção do homem e dos seus maus hábitos de vida" (39).

Ainda no município de São João Del Rei, ao descrever a higiene no trabalho, os técnicos da Campanha Nacional estabeleceram uma associação entre o estado de espírito do camponês, a sua pobreza e a sua saúde.

"Saindo pela manhã, este indivíduo infeliz pelo baixo padrão de vida que arreata e pelas doenças que amarguram sua existência, volta somente ao entardecer. Neste dia ele comeu mal, trabalhou mal e arruinou mais um pouco a sua

estrutura orgânica"(40).

Na percepção dos técnicos, o camponês é triste porque é pobre, doente e sujo. Tanto o seu estado de imundície, como o de sua casa, representam uma ameaça a si próprio e a sua família. A pobreza torna-se o novo veículo de contágio de doenças.

A representação imaginária que associa a figura do camponês pobre à doença, ao perigo pestilencial, aliado à necessidade de transformá-lo culturalmente, é que justificaram a aplicação dessa educação modernizadora pela Campanha nos anos 50 no meio rural. Essa educação, a exemplo do que ocorreu no século XIX, conforme trata Margareth Rago, pretendeu "ensinar-lhes hábitos 'racionais' de comer, vestir, de morar ou de divertir-se"(41).

Tarefa difícil é a de dimensionarmos a profundidade dessas mudanças no meio rural, incorporadas pelos camponeses. Porém, a certeza de que elas ocorreram está nos próprios relatos da Campanha Nacional como já vimos em várias passagens. Tais fatos reforçam-se, ainda mais, a partir de um balanço que esse programa desenvolveu de suas atividades na Bahia, em 1958, nos municípios de Cruz das Almas, São Felipe, Senhor do Bonfim, Muritiba e Feira de Santana:

"As atividades da Campanha evoluem dia a dia...em razão das naturais etapas de

transformação ou "mudança", que se vão observando nos costumes e nas reações do povo sob a pressão lenta e segura dos líderes locais orientados pelos técnicos da CNER"(42).

Relata-se ainda, que em Cachoeirinha, também na Bahia, "o povo está observando os preceitos de higiene do lar, do banho, da limpeza"(43). A presença de mudanças entre a população rural é confirmada também pelo Coordenador de Campanha Nacional de Educação Rural, Colombo Etienne Arreguy, ao ser entrevistado pela imprensa, afirmando:

"Mas o volume de resultados obtidos demonstra que técnica de Missão Rural, já em número de vinte e uma, produz frutos e conduz o homem rural a uma melhor compreensão dos seus problemas, despertando-lhe o espírito de iniciativa, melhorando a sua capacidade produtiva e elevando os seus padrões de vida"(44).

Partindo sempre da perspectiva de que os camponeses são por natureza atrasados, a Campanha Nacional tratou sob o mesmo enfoque a questão da alimentação e da

saúde, no meio rural. Os técnicos da Campanha Referiam-se aos hábitos alimentares dos camponeses de São João Del Rei, Enfatizando sempre a precariedade das vitaminas e proteínas, presentes em suas refeições. Os alimentos mais usados eram o feijão, angú de milho e couve. As verduras, frutas e ovos, bem como a carne, raramente apareciam na refeição do camponês(45). Assinalam ainda que, contribuindo para agravar esse quadro, o camponês faz

"pouco uso dos talheres e a ausência de higiene das mãos completam o quadro sombrio para a saúde que representa o rurícula à mesa de refeições, ao mesmo tempo que ingere alimentos, leva também ao seu corpo os elementos nocivos à saúde"(46).

Na tentativa de resolver os problemas de saúde relacionados à higiene, essas questões foram discutidas no Iº Curso de Habilitação para Professores Rurais e no IV Curso de Treinamento para Professores Rurais, em Colatina 1958. No decorrer do curso, nas aulas de culinárias, discutiram-se os tabus alimentares do meio rural e ainda

"como servir a refeição: arranjo da mesa e serviço"(47).

Essas novas orientações encaminhavam-se no sentido de submeter o camponês a um quadro de normas que se traduziu em como portar-se à mesa, como utilizar os talheres, o quê e quando comer. A eficácia dessa orientação está no encadeamento sincrônico de gestos e atitudes necessários ao manejo dos utensílios, que compõem o ritual de boas maneiras da refeição disciplinada, regrada, da sociedade contemporânea (48). Nesse encadeamento sincrônico de gestos, não se estão impondo somente boas maneiras que justifiquem uma vida saudável, mas se faz com que o corpo do indivíduo, nesse processo, se adapte da melhor maneira possível para responder à eficácia dos gestos. Ou seja, essa situação leva-nos a crer que juntamente com a aquisição desses novos hábitos, impõem-se também uma nova conduta disciplinar (49).

As nossas reflexões em torno dessas questões reforçam-se, ainda mais, quando nos atemos à aula de Educação Moral e Cívica do Curso de Habilitação de Professoras, ao qual nos referimos há pouco, e encontramos os objetivos assim definidos:

"Desenvolver conduta no lar, nas ruas, na escola, na igreja, nas casas de diversões, à mesa, etc."

(50).

Ou seja, ao que tudo indica, as novas orientações em torno da alimentação foram além, propondo-se desenvolver condutas

normativas que extrapolaram o valor da boa alimentação.

Finalmente, cabe discorrer, nesse quadro, sobre a questão de como foi tratado o problema da saúde entre os camponeses, pela Campanha Nacional. Na sua concepção, os hábitos de vida do camponês são todos determinantes de doença. Como vimos, o lazer desorganizado tornava o camponês triste, conduzindo-o à insanidade mental; a casa mal construída, mal dividida, conduzia-o à promiscuidade geradora de doenças; os tabus alimentares e o pouco uso dos talheres determinavam a verminose; finalmente, quando o camponês encontrava-se "doente", preferia o atendimento dos curandeiros, recusando-se ao tratamento médico convencional. Referências nesse sentido foram encontradas em uma Pesquisa Informal do Município de São João Del Rei, realizada pela Missão Rural ali instalada, provavelmente em 1954. A pesquisa revela que o município possuía algumas Instituições de Assistência Médica, porém os camponeses ignoravam esses recursos.

"Os que deles tem consciência, muitas vezes não os procuram, devido a motivo vários; incerteza quanto à maneira como serão atendidos, dúvidas a respeito do tratamento dos hospitais para com os indigentes, influência dos

curandeiros que procuram, por motivo fácil de compreender, afastar os pacientes dos médicos, e a crença de que 'se vai ao hospital para morrer' e outros motivos vários, que atestam o grau de ignorância do homem do campo" (51).

A citação mostra-nos que, se por um lado a Campanha Nacional defendia o uso da medicina convencional por parte dos camponeses, por outro lado, contraditoriamente, ela própria reconhecia que o tratamento hospitalar destinado ao camponês era de indigente. Historicamente, a assistência médica de que o trabalhador rural dispôs sempre foi a de indigente, fato este que, dentre outros, podia explicar a sua preferência por curandeiros. De alguns anos para cá, o Estado assumiu, ainda de forma precária, parte dessa assistência através do INANPS.

A Campanha Nacional observava que os curandeiros levavam seus tratamentos às últimas conseqüências, encaminhando seus doentes ao médico da sede, quando acreditavam não haver mais retorno. Entretanto, asseguravam que a "vontade de Deus seja feita" (52), sugerindo com isso que a vida ou morte estão na dependência de Deus. A crença no curandeiro e em Deus, e a crença de que "se vai ao hospital para morrer", ao contrário de atestarem o grau de

ignorância do camponês, como coloca a Campanha, podem significar, isto sim, o seu grau de consciência da situação precária em que vive. Tal crença é ainda reforçada pela falta de assistência médica adequada por omissão do Estado, e não porque o camponês nesse particular seja ignorante, despossuído de conhecimento ou alienado (53).

Seguindo esse raciocínio, também podemos afirmar que a pobreza e a sujeira não são determinantes diretos de doenças no camponês, mas consequência da própria estrutura econômica dominante, fechada e opressora, que lhe impossibilita uma vida mais digna. Essa situação reflete ainda as condições de precariedade e humilhação a que estão submetidas as classes populares, para as quais a cidadania não existe e a opressão é regra geral.

Notas do Capítulo VII

- (1) Miguel Alves de Lima - "Reconhecimento Geográfico para instalação de uma Missão Rural no Estado de Alagoas". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):131, jul. 1954.
- (2) Luiz Rogério - "A Missão Rural, fator de recuperação do homem do interior". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):50, jul. 1954.
- (3) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Pesquisa informal do município de São João Del Rei realizada pela equipe da Missão Rural ali instalada". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):83, 1955.
- (4) Severino Pereira da Silva - "O êxodo em função das condições do meio rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):130, 1ª sem. 1956.

- (5) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "IV Curso de Treinamento de Professores Rurais - A criança". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):120, 1961/1962..
- (6) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Participação da CNER num perfeito plano de organização de comunidade, visando a recuperação dos Vales do Apodí e do Açú, no Estado do Rio Grande do Norte". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):62, 1ª sem. 1956.
- (7) Idem, Ibidem - loc. cit.
- (8) Severino Pereira da Silva - "O êxodo em função das condições do meio rural". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):129, 1ª sem. 1956.
- (9) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Cursos de Habilitação de Professoras Rurais". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):213, 1961/1962.

(10) O professor José Arapiraca, ao propôr um modelo alternativo de escola rural na Bahia, em 1979/80, chama-nos atenção quanto ao papel legitimador da ordem ou de mudanças que o aparelho escolar pode desempenhar. Assim sendo, afirma o autor que a "escola permite no seu interior e no curso da sua pedagogia que até mesmo as resistências culturais às inovações sejam racionalizadas ou não, bastando para tanto que haja uma intencionalidade por parte de quem tenha competência na objetivação de seus fins".

Cf. José Arapiraca "Escola de Produção Comunitária: Uma proposta de desenvolvimento integrado tomando a escola como centro". 1º Seminário sobre Meio Rural e Educação. IESAC, Fundação Getúlio Vargas, 1981. p.23.

(11) O ensino por demonstração consiste "em induzir os elementos que assistem a adquirirem o material, depois de verificarem a sua utilidade". Cf. Renato Almeida Xavier - "O Ensino por Demonstração". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):112, 1º sem. 1956.

Ainda em relação ao efeito de demonstração, Garcia, em 1975, ao elaborar um estudo "que possibilitasse conhecer melhor, a nível sociológico o fenômeno da transposição dos padrões educacionais de um país

(hegemônico) a outro (periférico)", coloca que o efeito de demonstração consiste na interdependência entre um sujeito e outro no que concerne ao consumo. Continua o autor que "nesta interdependência alguém que se depare com um padrão de vida superior tem o desejo de elevar o seu nível de consumo. A demonstração de um estilo de vida considerado superior suscitará, com "efeito", o desejo de idênticas fruições". Cf. Pedro Benjamin Garcia - Educação: Modernização ou Dependência?, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, pp.13 e 25.

(12) Luiz Rogério - "A Missão Rural, fator de recuperação do homem do interior". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):53, jul. 1954.

(13) Serviço Social Rural (SSR): foi um dos programas extencionistas criados nesses anos, de âmbito nacional e diretamente subordinado ao Ministério da Agricultura. Criado em dezembro de 1951, teve sua etapa inicial de implantação por volta de 1958, e objetivava "dotar os trabalhadores da agricultura de uma instituição nos moldes já existentes para os operários e trabalhadores do comércio (SESI, SESC)".

"Em seu artigo 9º estabelece que o ensino agrícola, seria organizado de acordo com a orientação do

Ministério da Agricultura e terá por finalidade a preparação profissional do trabalhador rural (capatazes, tratoristas, aradores, agricultores, horticultores, práticos de veterinária, de indústria de laticínios, de farinha, etc.) de modo que lhe aumente a eficiência e produtividade". Cf. Maria Julieta Costa Calazans - Estudo Retrospectivo da Educação Rural no Brasil. Rio de Janeiro, IEASE, 1979, p.33 (mimeografado). (Grifos meus).

- (14) Margareth Rogo, ao estudar o movimento histórico de formação do mercado livre do trabalho no Brasil, no período de 1890-1930, afirma que a remodelação da casa imunda "induz uma estratégia disciplinar na qual desinfecção e submissão são assimilados simbolicamente: o sonho de tornar o pobre inodoro sugere a possibilidade de construir o trabalhador comportado e produtivo". Margareth Rogo - Do Cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.174.

- (15) Encontramos na Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, situações por exemplo em que um camponês recebe treinamento para trabalhar com trator, orientado pelos técnicos da Campanha Nacional. Cf. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro,

Ministério da Educação e Cultura, (Microfilme), (6):81,
1ª sem., 1958.

(16) Augusto de Saint-Hilare - Segunda Viagem a São Paulo e
Quadro Histórico da Província de São Paulo, São Paulo,
Martins, 1976, p.38.

(17) Idem, Ibidem.

(18) ----- . Viagem à Província de São Paulo. São
Paulo, Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972,
p.250.

(19) Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz - Viagem ao
Brasil: 1845-1846. trad. de João Etienne Filho, São
Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.263.

(20) Francisco Gago Lourenço Filho - "A valorização das
zonas rurais pela educação da liderança local". Revista
da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro,
Ministério da Educação e Cultura, (1):37, jul., 1954.

(21) Luiz Rogério - "A Missão Rural, fator de recuperação do
homem do interior". Revista da Campanha Nacional de
Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação
e Cultura, (1):53, jul., 1954.

- (22) Campanha Nacional de Educação Rural - "Habitações que se constroem ou se reformam". (Microfilme). Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (6):85, 2ª sem., 1958. (Microfilme).
- (23) Idem, Ibidem - loc.cit.
- (24) Augusto Luiz Duprat - "O problema da habitação. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):157, 1ª sem., 1956.
- (25) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Pesquisa informal do município de São João Del Rei realizada pela equipe da Missão Rural ali instalada". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):88, 1955.
- (26) Luiz Rogério - "A Missão Rural, fator de recuperação do homem do interior". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1):53, jul, 1954.
- (27) Revista da Campanha nacional de Educação Rural - "Noticiário do Brasil". Rio de Janeiro, Ministério da

Educação e Cultura, (3):171, 1ª sem., 1956.

- (28) Revista da campanha nacional de Educação Rural -
"Contribuição da CNER a Congresso - Reuniões -
Conferências- Debates - etc". Rio de Janeiro,
Ministério da Educação e Cultura, (3):94, 1ªsem., 1956.
Tais eventos não trazem a data de sua realização, porém
supomos que foi em 1956, já que estão citados na
Revista da Campanha Nacional, publicada no mesmo ano.
- (29) Revista da campanha nacional de Educação Rural -
"Participação da CNER num perfeito plano de organização
de comunidade, visando recuperação dos Vales do Apodé e
do Açú, no Estado do Rio Grande do Norte". Rio de
janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (3):63, 1ª
sem., 1956. (Grifod meus).
- (30) ----- - "Mudanças que se está operando no
comportamento das Comunidades sob a influência das
Missões Rurais e dos Centros Sociais de Comunidade".
Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura,
(6):23, 1ª sem., 1958, (Microfilme).
- (31) ----- - "Flagrante das atividades em geral da
CNER nos Estados". Rio de Janeiro, Ministério da
Educação e Cultura, (4):69, 2ª sem., 1956.

- (32) ----- - "Exemplos de mudanças". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (6):15, 1ª sem., 1958. (Microfilme).
- (33) ----- - "IV Curso de Treinamento de Professores". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):123, 1961/1962.
- (34) Edward P. Thompson - Tradición, Revuelta y Consciência de Classe. Baralona, Gráficas Diamante, 1979, p.109.
- (35) Armando Souto Maior - Os Quebra-Quilos: lutas sociais no Império. São Paulo, Nacional, 1974, (Brasiliana) p.180.
- (36) Idem, Ibidem, pp.186/188.
- (37) Ver a abordagem do Filme "Cabra Marcado para Morrer", em que a protagonista principal, Elizabete, é uma mulher camponesa nordestina, organizando formas de luta contra a repressão que se instaurou no país nesses anos, atingindo diferentes setores do campo. Sua atuação ocorreu principalmente no Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão (Pernambuco), localidade em que a Campanha Nacional de Educação Rural também

desenvolveu seus trabalhos.

- (38) A esse respeito, consultar os seguintes autores: José de Souza Martins, mais especificamente o tópico III, Los Movimientos Campesinos y las Luchas Campesinas, em que o autor cita vários movimentos camponeses ocorridos entre as décadas de 50 a 70, nos Estados de São paulo, Goiás, Paraná, Maranhão e Nordeste. Tais movimentos, apesar da peculiaridade que os caracterizou, possuíam um elo em comum, que os unia. Era a luta pela posse da terra, que devido a vários determinantes, como trata Martins, expropriou o camponês do campo, relegando-o à condição de trabalhador a busca de terra e trabalho. Cf. José de Souza Martins - "Los Capesinos y la Política en el Brasil". in: Pablo Gonzáles Casanova (coord.). História Política de los Campesinos Latino Americanos. México, siglo veintiuno editores, 1985, vol.4. Consultar ainda, Manoel Correia de Andrade - Lutas Camponesas no Nordeste. São paulo, Ática, 1986. mais especificamente o cap. 5).

- (39) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Pesquisa informal do município de São João Del Rei realizada pela equipe da Missão Rural ali instalada". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):82, 1955 (grifos meus).

- (40) Idem, Ibidem - loc.cit.
- (41) Margareth Rago - Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.175.
- (42) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Exemplos de Mudanças". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (Microfilme), (6):11, 1ª sem., 1958.
- (43) Idem, Ibidem, p.15.
- (44) Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - "Entrevistado pela Imprensa, o Prof. Colombo Etienne, Arregy, na qualidade de Coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural". Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Ministério da Educação e Cultura, (77):163-165, jan-mai., 1960. (grifos meus).
- (45) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Pesquisa informal do município de São João Del Rei realizada pela equipe da Missão Rural ali instalada". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):77, 1955.

- (46) Idem, *Ibidem* - loc.cit.
- (47) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "1º Curso de Habilitação de Professoras Rurais". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):233, 1961/1962.
- (48) Consultar Jurandir em seu estudo sobre a decomposição dos aspectos culturais da família colonial, e os desdobramentos dessas alterações em relação às refeições. "O ritual da alimentação, a reunião da família em torno da mesa, atende a necessidade outras que não as de pura nutrição biológica. A refeição é ocasião de encontro e retração da família sobre ela mesma. É também oportunidade dada aos indivíduos de exercerem controles sobre suas condutas. (...) é o momento de transmitir o modo de vida, o modo contido, disciplinado, higiênico e polido, funciona como norma do bem conduzir-se na casa e na vida". Cf. Jurandir Costa Freire - Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1979, p.88.
- (49) A esse respeito, consultar Foucault, ao analisar a correlação do corpo e dos gestos no séc. XVIII, como instrumento disciplinar. Cf. Michael Foucault - Vigiar

a. Euniri: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1893, p.138.

(50) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Cursos de Habilitação de Professoras Rurais. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (10):207, 1961/1962.

(51) Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. "Pesquisa Informal do município de São João Del Rei realizada pela equipe da Missão Rural ali instalada". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (2):69, 1955.

(52) Idem, Ibidem, p.78.

(53) Marilena Chauí, ao estudar na sociedade brasileira atual a crença que as classes populares devotam às diversas religiões e em Deus, a fim de obterem alguma graça para resolverem seus problemas do cotidiano, afirma que esses pedidos ocorrem não porque as classes populares sejam alienadas, mas extamente "pelo conhecimento da impotência presente que se pede a cura através do milagre, pois caso contrário a morte é certa". Continua a autora que "os pedidos não são feitos porque se escolhe uma via religiosa, mas se escolhe uma via religiosa, porque, se sabe que no

presente não há outra". Cf. Marilena Chauí -
Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular
no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.82 e 83.

CONCLUSÃO

O trabalho da Campanha Nacional de Educação Rural constituiu-se no fenômeno mais importante em termos de educação rural do Brasil nos anos 50/60, articulado que estava ao processo de industrialização urbana, à modernização da agricultura e à expropriação da cultura dos camponeses. Criada para superar o "atraso" dos camponeses, a Campanha Nacional partiu do pressuposto de que os mesmos eram "inferiores" e "atrasados" do ponto de vista cultural e, por isso, atuou no sentido de introduzir práticas e valores exteriores às suas próprias vidas.

As atitudes e manifestações dos camponeses não puderam ser tratadas sob uma perspectiva dicotômica. Tivemos que considerar a complexa mistura de horizontes culturais que determinava, entre os camponeses, um comportamento tecido ao mesmo tempo de ignorância e saber, de atraso e de desejo de emancipação, que os levava em certas situações a resistir e em outras a aceitar as imposições da educação modernizadora ministrada pela Campanha Nacional.

Assim, ao lado da interiorização das representações veiculadas pela Campanha, havia momentos de resistência em que se registravam situações contraditórias,

nas quais a educação de classe dos camponeses confrontava-se com os conhecimentos transmitidos pelo programa modernizador da Campanha Nacional. Isso determinava a existência de situações em que os camponeses se apropriavam de partes da educação modernizadora da Campanha, redefinindo-os de acordo com sua educação de classe. Exemplo bastante expressivo relacionou-se, como vimos, ao trabalho da Campanha para aquisição de um gerador de energia elétrica mais potente destinado ao povoado de um distrito onde funcionava um dos Centros de Treinamento da Campanha. Os moradores do local participaram ativamente no esforço para a aquisição desse benefício "moderno". Todavia, subverteram os objetivos iniciais da Campanha em relação ao uso do gerador, imprimindo-lhe um significado novo, criativo e original, em consonância com seus interesses tradicionais de lazer e a ampliação de emprego de suas horas noturnas com recreação nos botequins locais.

As contradições existiram também no interior do próprio trabalho desenvolvido pela Campanha Nacional. Como pudemos perceber ao longo da pesquisa, tudo parecia indicar que havia um conflito permeando a própria ação dos técnicos da Campanha. Em muitos casos, a sua ação parece ter se constituído a partir da mistura conflituosa entre os valores da cultura camponesa e o pensamento modernizador da Campanha Nacional de Educação Rural. Prova disso encontra-se no próprio temor dos diretores da Campanha de que seus

técnicos incorporassem e assimilassem hábitos e costumes do meio rural que queriam transformar.

Com isso, encerramos aqui uma etapa da pesquisa. Em trabalho posterior, será preciso aprofundar a análise das contradições, investigando novos documentos, entrevistando agentes sociais vinculados à Campanha Nacional de Educação Rural e às categorias sociais camponesas que ainda hoje guardam em sua memória a repercussão daqueles tempos. É preciso ainda, investigar as repercussões do trabalho da Campanha Nacional entre diversos setores da sociedade, a partir de uma pesquisa nos jornais da grande imprensa.

Contudo, foi necessário concluir esta etapa do trabalho, para que, a partir das determinações estruturais e nacionais da vida e cultura do homem do campo, eu pudesse efetivamente elucidar as minhas preocupações iniciais vinculadas ao Bairro do Limoeiro. Posso, agora, entender melhor os camponeses daquele Bairro, bem como as mudanças e conflitos no interior da sua própria cultura. Já é possível, depois desta pesquisa, dimensionar melhor o significado de todas as inovações recebidas pelo Bairro.

Hoje, ao encerrarmos esta fase de nosso trabalho, a situação do Bairro do Limoeiro é de completa transfiguração. O símbolo do "progresso" é ostentado pela Indústria CICA e pelos postes com seus fios elétricos e telefônicos cortando as propriedades. Os projetos de casa populares do BNH e do parque industrial de Presidente

Prudente, desenvolvem-se a pleno vapor. No alto das residências, avistam-se antenas de televisão. Do outro lado, a cidade avança cada vez mais com suas vilas, tendo como moradores os antigos habitantes do Bairro, que outrora migraram para a cidade, e agora regressam ao mesmo local onde moraram e trabalharam, mas numa condição diferente - a de homem urbano da periferia. Dois clubes de campo da classe média prudentina, um motel e várias mini-chácaras de lazer compõem também esse quadro de mudanças. A escola rural do Bairro funciona somente meio período, com média de oito alunos. A dos bairros rurais vizinhos fecharam. A lavoura praticamente desapareceu como atividade, restando ainda o trabalho com algum gado leiteiro, hortaliças e plantações de frutas. Por último, observa-se a nostalgia de antigos moradores que lá ainda permanecem, quando dizem: "Hoje os tempos são outros e tudo está mudado".

Contudo, talvez não se possa falar em completo desaparecimento dos "valores" e da "cultura" que marcaram a existência histórica do Bairro. É possível que os novos desafios do "progresso", interpostos aos antigos moradores do Bairro e à sua geração subsequente, estejam sendo enfrentados à luz dos fragmentos de suas tradições mais antigas. É essa, quem sabe, a forma de se colocarem como sujeitos diante das novas condições históricas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

BOLETIM MENSAL INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1958-1962.

Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 1, 1954.

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 2, 1955.

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 3, 1ª sem. 1956.

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 4, 2ª sem. 1956.

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 5, 1957 (microfilme).

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 6, 1ª sem. 1958, (microfilme).

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 7, 2ª sem. 1958, (microfilme).

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 8, 1959, (microfilme).

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 9, 1960, (microfilme).

REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 10, 1961/1962.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, Rio de Janeiro,
Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos, 14(38):51-58, 1950.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, Rio de Janeiro,
Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos, (77):163-165, 1960.

RIOS, José Arthur - Educação dos Grupos. Rio de Janeiro,
Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957.
(microfilme).

PEREIRA, Aylda Faria da Silva - "Escola de Serviço Social".
Serviço Social, São Paulo, 4(34):65-136, dez, 1944.
(microfilme).

BIBLIOGRAFIA

- AGASSIS, Luiz e AGASSIS, Elizabeth Cary - Viagem ao Brasil: 1845 - 1846. trad. de João Etienne Filho, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- AGUIAR, Antonio Geraldo de - Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá. 3ª ed., São Paulo, Cortez: Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1985.
- AMMANN, Safira Bezerra - Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 6ª ed., São Paulo, Cortez, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de - Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martines - "Institucionalizar ciência e tecnologia - Em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931)". Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 7(14):59-78, mar./ago. de 1987.
- BARREIRO, José Carlos - O Trabalhador no Século XIX: organização informal, cultura e prática política. São

Paulo, 1987. (Relatório de Qualificação Científica para Doutorado, Fac. Fil. Let. Ciên. Hum., USP).

----- - O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX. São Paulo, 1989, 529 p. (Tese dout. Fac. Fil. Letras e Ciências Humanas - USP) especialmente pp.227-236.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues - A Educação como cultura. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.

----- - "Da Educação Fundamental ao Fundamental da Educação". Cadernos do CEDES, São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, (1):5-34, 1980.

----- - Saber e Ensinar: três estudos de educação popular. 3ª ed., Campinas, Papirus, 1986.

----- - Casa de Escola: cultura camponesa e educação rural. Campinas, Papirus, 1983.

CALAZANS, Maria Julieta Costa - Estudo retrospectivo da Educação Rural no Brasil. Rio de Janeiro, IESAE, 1979. (mimeografado).

CALAZANS, Maria Julieta Costa, et alii - "Questões e contradições da Educação Rural no Brasil". In: Jorge Werthein e Juan Diaz Bordenave (Coord.). Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas. Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia T.L. Carregal, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, (Coleção Educação e Comunicação), vol. 5).

CARDOSO, Mirian Limoeiro - Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK - JG. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CHAUI, Marilena - Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

COELHO, Ruy - Indivíduo e Sociedade na Teoria de Augusto Comte. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Boletim nº 297, 1963.

COSTA, Jurandir Freire - Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FARIA, Antonio Augusto e BARROS, Edgard Luiz de - Getúlio Vargas e sua época. São Paulo, Global, 1982, (História Popular, nº 8).

FONSECA, Maria Tereza Lousa da - A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo, Edições Loyola, 1985, (Coleção Educação Popular, nº 3).

FOUCAULT, Michel - Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1983.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocata. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1974, 1976 reimpressão, (Ensaio, 3).

FREIRE, Paulo - Extensão ou Comunicação? 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil. 10ª ed., São Paulo.

GADOTTI, Moacir - Educação e Poder: introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1982.

----- - Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo, Ática, 1987, (Série Fundamentos).

GARCIA, Pedro Benjamin - Educação: modernização ou dependência? Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

GRAMSCI, Antonio - Maquiavel, a política e o Estado Moderno.
2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de - Relações Sociais e
Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação
histórica metodológica. 6ª ed., São Paulo, Cortez,
(Lima-Peru): CELATS, 1988.

MAIA, Enri Marisa - "Educação rural no Brasil: o que mudou
em 60 anos?" Revista da Associação Nacional de Educação
= ANDE. São Paulo, Editora Moraes, (3)5:10, 1982.

MARTINS, José de Souza - O Cativeiro da Terra. São Paulo,
Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

----- - Capitalismo e Tradicionalismo: estudos
sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.
São Paulo, Pioneira, 1975.

----- - "Los Campesinos y la Política en el
Brasil". in: Pablo Gonzáles Casanova (coord.). Historia
Política de los Campesinos Latino Americano. México,
siglo veintiuno editores/división coediciones, 1975,
vol. 4.

MARX, Karl - O Capital: crítica da economia política. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 1, Vol. I, 1980.

PAIVA, Vanilda Pereira - Educação Popular e Educação de Adultos. 4ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio - Formação do Brasil Contemporâneo. 9ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1969.

----- - História Econômica do Brasil. 20ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.

RAGO, Margareth - Do Cabaré ao Lar - a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SAINT HILARE, Augusto de - Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora S.A., 1976.

----- - Viagem à Província de São Paulo. São Paulo, Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

SEVCENKO, Nicolau - O Renascimento. Campinas, Editora da UNICAMP, 1982.

SILVA, José Graziano da - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981.

SOUTO MAIOR, Armando - Os Quebra-Quilos: lutas sociais no Império. São Paulo, Nacional, 1974, (Brasiliana).

TAVARES, Maria da Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

THOMPSON, Edward P. - Tradição, Revolta e Consciência Classe. Barcelona, Gráfica Diamante, 1979.